NICOLA MONTESANO ~ PAOLO ASCAGNI

TERRITORI ROCCHIANI

DECENNALE DEL CENTRO STUDI ROCCHIANO

(2006-2016)

CSDSD

NICOLA MONTESANO – PAOLO ASCAGNI

TERRITORI ROCCHIANI

DECENNALE DEL CENTRO STUDI ROCCHIANO

(2006-2016)

CSDSD

©2016 Edizione CSDSD
Centro Studi e Documentazione sulla Storia e la Devozione
Sede operativa: Via Nazionale, 26 - Tolve (PZ)

Tutti i diritti sono riservati. Nessuna parte di questa pubblicazione può essere fotocopiata, riprodotta, archiviata, memorizzata o trasmessa in qualsiasi forma o mezzo se non nei termini previsti dalla legge che tutela il Diritto d'Autore.

Per informazioni contattare i curatori del volume:
e. mail: paolo.ascagni@gmail.com - nicola.montesano@virgilio.it
web site: sanroccodimontpellier.it – paoloascagni.it – nicolamontesano.it

ISBN 9788894067828

VOLUME PUBBLICATO CON IL CONTRIBUTO DI:

ASSOCIAZIONE ITALIANA SAN ROCCO DI MONTPELLIER
SARMATO (PC)

CENTRO STUDI ROCCHIANO ~ COMITATO INTERNAZIONALE
CREMONA

CENTRO STUDI E DOCUMENTAZIONE SULLA STORIA E LA DEVOZIONE
TOLVE (PZ)

INDICE GENERALE

PRESENTAZIONE (DI CLAUDIO BRAGHIERI) *8*

HELENA GONÇALVES PINTO
OS PERCURSOS DE SÃO ROQUE. NOVOS ITINERÁRIOS DO TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO EM PORTUGAL *10*

PAOLO ASCAGNI - FRANCESCA RIZZI
SAN ROCCO A CREMONA. UN SECOLARE LEGAME TRA LUOGHI, ARTE E TRADIZIONI POPOLARI *15*

GIOVANNA FORZATTI
LA DIFFUSIONE DEL CULTO DI SAN ROCCO IN LOMBARDIA. LE DIOCESI DI PAVIA, BERGAMO E BRESCIA. PERCORSI DI RICERCA *57*

NICOLA PIONETTI - ELISA BERSANI
SAN ROCCO E SARMATO: GENESI, COSTRUZIONE E RADICAMENTO DI UNA TRADIZIONE LOCALE *67*

DANIELE TOMASINI
BREVI NOTE SUL TRANSITO PIACENTINO DI SAN ROCCO E SUL CULTO A CAORSO *80*

EUGENIO GENTILE
NOTE SUL CULTO DI SAN ROCCO A ROTTOFRENO *86*

ALESSIO VARISCO
IL CULTO ROCCHIANO NELL'AREA GROSSETANA. IL CULTO NELL'ANTICA

«San Rocco a Mare» *90*

Louise Marshall
Il culto di san Rocco in Toscana nel tardo Quattrocento: i dipinti di Bartolomeo della Gatta in Arezzo *107*

Ileana Tozzi
Chiese, oratori, cappelle: la devozione per San Rocco di Montpellier nel territorio della Diocesi di Rieti *109*

Ileana Tozzi
«Pestis propulsator mirificus». San Rocco e gli affreschi di Vincenzo Manenti nel duomo di Rieti *126*

Luca Leoni
San Rocco di Montpellier ed il suo culto a Velletri *141*

Nicola Mastrocinque
La devozione rocchiana a Foglianise *146*

Nicola Montesano
Aspetti e problemi dell'associazionismo laicale nel Mezzogiorno d'Italia tra Medioevo ed Età Moderna. La Confraternita di San Rocco di Tolve *154*

Bibliografia Rocchiana *182*
L'Associazione Italiana san rocco di Montpellier *202*
Il Consiglio Direttivo *203*

COMITATO SCIENTIFICO

Direttore

Ascagni Paolo

Vice Direttore

Montesano Nicola

Segretaria

Rizzi Francesca

Componenti

Conte-Privat Anne-Marie

Forzatti Giovanna

Marshall Louise

Pinto Helena Gonçalves

PRESENTAZIONE

Dieci anni di studi, di ricerche e di devozione. Il contributo dell'Associazione Italiana San Rocco di Montpellier alla conoscenza e alla valorizzazione della figura storica di Rocco da Montpellier e del culto rocchiano.

Il volume che oggi si consegna alle stampe è il compendio di questi dieci anni di studi e di ricerche che riprendono il cammino intrapreso da alcuni anni dal Nostro Centro Studi Rocchiano e della sua creatura scientifica, la rivista *Vita Sancti Rochi* continuata, successivamente, negli *Annali* dello stesso Centro Studi. Abbiamo scelto di pubblicare solo una parte delle ricerche edite nelle Nostre riviste, ed in particolare ci siamo soffermati sugli insediamenti rocchiani nel territorio italiano per evidenziare -qualora ce ne fosse ancora bisogno- l'importanza che il culto rivolto al taumaturgo di Montpellier ha avuto -e continua ad avere- tra i devoti rocchiani di tutta la Penisola. Questo volume è un ennesimo tassello del costante impegno dell'Associazione Italiana San Rocco di Montpellier nello studio e nelle ricerche riguardanti san Rocco.

Il mio più vivo ringraziamento, quindi, va innanzitutto a Paolo Ascagni e Nicola Montesano per aver pensato a questo prezioso contributo di conoscenza, e a tutti coloro che in questi anni hanno voluto offrire il frutto maturo delle loro ricerche, scegliendo di renderle pubbliche attraverso la Nostra rivista.

A tutti loro e a tutta la famiglia rocchiana, un sincero ringraziamento.

Sarmato (PC), 16 agosto 2016 (Festa di san Rocco)

CLAUDIO BRAGHIERI

Presidente Associazione Italiana San Rocco di Montpellier

HELENA GONÇALVES PINTO

OS PERCURSOS DE SÃO ROQUE: NOVOS ITINERÁRIOS DO TURISMO CULTURAL E RELIGIOSO EM PORTUGAL.

A realização das *Festas de São Roque* constitui um marco significativo para cada comunidade. Em Lisboa, por ter sido o primeiro centro de difusão do culto sob o signo deste Santo, as cerimónias tornam-se bem presentes no coração do burgo e parte importante da história da cidade. Mas, para além de Lisboa, o património material e imaterial associado constituem a herança de um culto que atravessou diferentes gerações e está presente em todo o País.

Depois da reconquista do território por um conde titular da Casa de Borgonha, de França provieram não só alguns dos nossos primeiros bispos, mas igualmente profundas raízes da arte, da literatura, da religiosidade e por consequência, nos tenha chegado o culto a São Roque, oficializado pelo papa Urbano VIII. Pouco tempo bastou para que o nome do santo se divulgasse entre nós, como onomástico.

Mas no País, o culto a São Roque ganhou uma forte expressão, muitas vezes pela iniciativa real e da nobreza, mas também pela convicção popular que pedia a intercessão a São Roque e a proteção contra as pestes que deflagravam no território. Pequenas capelas foram construídas em zonas de costa, nas vilas dos pescadores e de carpinteiros navais, mas também no interior, junto dos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela. Os devotos foram atribuindo o nome a oragos de capelas, a povoações e a vilas, desde Chaves (no Norte) a Tavira (Sul). São Roque torna-se padroeiro do

Regimento de Infantaria nº 14 de Faro, sendo o acesso exclusivo aos militares, e em Lisboa, era padroeiro da corporação dos Carpinteiros de Machado da Ribeira das Naus, com a exclusividade aos indivíduos da mesma corporação. Até aos nossos dias persistem no continente e ilhas 15 igrejas, 3 ermidas, 62 capelas, 12 povoações e duas vilas, (S. Roque, na ilha do Pico e Vila Chã de S. Roque, em Oliveira de Azeméis), mas há praias (Lagos), um nicho (Porto), uma fonte (Gaia), uma ponte (Ovar), canais (Aveiro) e até draga-minas da esquadra de guerra portuguesa (1956) batizados de *"S. Roque"*.

A partir de meados de quinhentos, por mão portuguesa, o culto ultrapassou fronteiras quer para o Brasil quer para o Oriente. Com esta abrangência São Roque passa a ser figura universal, tal como sucedeu, nas mesmas circunstâncias com Francisco de Assis, António de Lisboa ou Francisco de Xavier cujas terras em que nasceram se transformaram em locais de peregrinação do mundo.

No entanto, se nas últimas décadas, sobretudo em Itália, Bélgica, Áustria e França, a figura de São Roque tem sido objeto de estudos. No nosso país a difusão do culto quer em território nacional quer em territórios africanos e orientais do antigo Padroado português, está pouco investigada e justifica plenamente um olhar novo para São Roque. A investigação propiciará um contributo fundamental para o enriquecimento de um itinerário internacional de São Roque, com o objectivo de criar uma nova dinâmica ligada ao turismo cultural e religioso, com acções que poderão favorecer o diálogo inter-religioso e cultural entre cada uma das comunidades. Dois elementos são cruciais: a criação de eventos culturais e religiosos e a estruturação de rotas de peregrinação de São Roque. Esta rede potenciará o desenvolvimento de itinerários de peregrinação, tanto à escala

nacional, como pelos diferentes continentes onde o culto se enraizou, tantas vezes pela mão dos portugueses. Um contributo com significado, acrescido pelo facto de o Turismo Religioso ser considerado como um produto estratégico, no contexto da aprovação, em Conselho de Ministros, do *Plano Estratégico Nacional do Turismo*, no âmbito da estratégia de dinamização turística para Portugal e da ação de algumas entidades regionais nesse sentido.

Este produto integra uma diversidade patrimonial e de ofertas turísticas, que contemplam a expressão de fé e a procura dos centros de peregrinação ou de vivência espiritual e, também, o cruzamento com outros atrativos regionais, potenciando produtos turísticos compósitos. Regista-se um aumento da procura turística religiosa em Portugal, por parte de turistas estrangeiros, ao passo que o turismo interno ainda não cresce como se esperaria.

Numa aposta que considere um estímulo para este segmento turístico, as viagens pelos passos cultuais de São Roque confluem para celebrar uma Festa, parte de tantas e tantas que, pelo mundo, se realizam, constituindo, no seu conjunto, um novo caso paradigmático, ligado à imagem dos lugares e territórios, das comunidades e da sua cultura e também das suas diferenças. Este trabalho conjunto, por vezes desconhecido entre comunidades, tem respeitado, preservado e valorizado tradições, bem como, promovido o estudo científico (histórico, antropológico, arquitectónico, artístico, sociológico e económico), criado novas linhas de estudo, inseridas nos Centros de Investigação e Conhecimento, atribuído Bolsas de Investigação e estimulado novos desafios e o aprofundamento do saber.

Sente-se, agora, a necessidade de estreitar os laços cultuais e culturais no território português e de conhecer as experiências estrangeiras, para promover a criação de uma rede internacional de partilha de um valioso património comum.

A programação das *"Festas de São Roque no Mundo - Traços de Cultura"* (celebradas em Lisboa, em 2013) pretenderam lançar esse desafio, através da música, do debate científico e das cerimónias religiosas. A organização do Encontro Internacional, em particular, previu a presença de prestigiados especialistas de diferentes disciplinas, para o debate em torno da identidade territorial e da valorização dos recursos religiosos, culturais e patrimoniais, para que, num futuro próximo, possamos, em rede, transformar as *Festas de São Roque* num produto de valorização turística, sendo para tal necessário um profícuo reconhecimento do património ligado a São Roque, por parte das comunidades que as promovem e revivem.

A importância das acções para a preservação do nosso património religioso e o papel vital das comunidades na transmissão desse legado e na sustentação espiritual de identidade, na manutenção e formação contínua dos lugares sagrados, e o papel fundamental em cuidar dessas como herança viva. É responsabilidade de todos os intervenientes, a aceitação e respeito mútuo das diferentes perspectivas quer da partilha dos valores culturais e espirituais e de todos os desafios que se apresentam.

As Festas de São Roque, em Lisboa, exprimiram uma dimensão sintética entre o conhecimento, a tradição, a partilha e o caminho futuro. Pretendem dignificar e valorizar o percurso constituído pelos Encontros anteriores em diferentes partes da Europa, sublinhar, pela

presença efetiva entre nós, a comunidade de países lusófonos (como a *Associação dos Pescadores e Peixeiras de Cidade Velha*, Cabo Verde) onde, também, se registam profundos laços de culto a São Roque e, finalmente, deixar um testemunho de estímulo organizativo a quem prosseguirá, esta Festa verdadeiramente universal e que seguramente, através de um trabalho partilhado entre vários países poderá ancorar-se numa candidatura a Património de Interesse Religioso da Unesco *(Heritage of Religious Interest)*, na qual residirá a compreensão mútua e a aceitação da importância do Património Mundial e especificidade de cada lugar herança, e os seus valores culturais, espirituais e religiosos associados.

Paolo ASCAGNI - Francesca RIZZI

San Rocco a Cremona. Un secolare legame, fra luoghi, arte e tradizioni popolari

La presente ricerca costituisce una sintetica esposizione delle principali testimonianze della devozione a san Rocco nella città di Cremona. Gli studi sulle tradizioni rocchiane hanno dato risultati di grande interesse, dal punto di vista storico, artistico, cultuale e civile. Per ovvi motivi, abbiamo evitato di appesantire il testo con le note, rinviando comunque i riferimenti bibliografici ad una sezione a parte.

La figura di san Rocco nel «Santorale» di Pellegrino Merula (1627)

Prima di addentrarci in modo specifico nella disanima delle testimonianze antiche ed odierne del culto di san Rocco, è opportuno soffermarsi preliminarmente su una delle attestazioni liturgiche più interessanti dell'area cremonese, vale a dire il «Santorale» di Pellegrino Merula, datato 1627.

La «biografia» di san Rocco. Il lavoro del Merula comincia con un breve riassunto della vita del Santo, la cui fonte principale, citata a margine, è un testo del Cinquecento, opera di Albert Krantz. Il genere è dunque quello dei compendi di vite dei santi, annali e cronache; prescindendo dal loro valore e dal prestigio degli autori, dal punto di vista degli studi storici si tratta quasi sempre di opere di

seconda mano.
Ma al di là di questo, il particolare interessante è che il Merula scelse una ricostruzione «biografica» della vita di san Rocco piuttosto anomala, per così dire, nel senso che in non pochi punti essa si discosta dalle più note tradizioni tramandate dalle *agiografie* del Quattrocento. Siamo di fronte ad un caso davvero singolare, anche perché il culto di san Rocco era già profondamente radicato in Italia ed in Europa, e gli episodi salienti della sua vita – non importa se storicamente fondati o meno – erano comunque ampiamente diffusi a livello popolare, secondo un tracciato narrativo ormai consolidato. Ebbene, il testo scelto dal Merula non solo non riporta, o modifica notevolmente, alcuni episodi conosciutissimi della tradizione rocchiana – come vedremo in dettaglio – ma ad una più attenta analisi tende ad eliminare le parti più controverse e meno attendibili, senza neppure curarsi di scansare 'diplomaticamente' le questioni più spinose; anzi, l'autore le affronta direttamente tirando le sue conclusioni, anche se scomode ed imbarazzanti.

I principali contenuti testuali. Il luogo di nascita, cioè la città francese di Montpellier, non è espressamente nominato, anche se Rocco è ricordato come un uomo di alto rango e di *«illustre sangue nella Provincia di Narbona»*. Stessa cosa succede verso la fine, quando per descrivere il viaggio di ritorno viene genericamente indicata, come meta, la *«patria sua»*.
Non è esplicitamente segnalato neppure il tradizionale anno di nascita, anche se lo si potrà ricavare più avanti, nella parte dedicata alla sua morte: *«finì la vita nell'età di trentadue anni il 1327».* Ma il testo, soprattutto, non riporta i nomi dei genitori (Jean e Libère); il padre è semplicemente definito il *«Signore d'un Castello»*, mentre la madre non è mai nominata. La stessa decisione di Rocco di recarsi in

Italia, in veste di pellegrino, fa seguito solo alla morte del padre, senza alcun riferimento a quella della madre – una figura davvero inesistente.

Uno dei particolari più interessanti è proprio l'età di Rocco orfano, nella fattispecie *«dodeci anni»*. Ora, tutte le più antiche *agiografie* a stampa riportano unanimemente, anche se non sempre con la stessa chiarezza, l'età di vent'anni, mentre la variante dei *quindici* si trova solo in pochi testi; l'unica attestazione a noi nota, di epoca quattrocentesca, dell'età di dodici anni è contenuta nel manoscritto di Bartolomeo dal Bovo, ma si tratta di un testo 'privato', ed è difficile pensare che fosse conosciuto dal Krantz o dal Merula. Evidentemente il dato circolava, seppure in modo marginale; probabilmente si tratta di una delle innumerevoli varianti della storia e della leggenda di san Rocco.

Questi particolari possono sembrare insignificanti, ma ci permettiamo di far notare che in realtà essi forniscono allo storico elementi di notevole rilievo per gli studi, specialmente quando si ha a che fare con una figura dai contorni nebulosi come quella di san Rocco. Ad esempio, è importante notare che le città del pellegrinaggio italiano del nostro Santo, ricordate dal testo, sono Roma, Acquapendente, Cesena e Piacenza; dal confronto con le principali *agiografie* quattrocentesche, possiamo rilevare che mancano Rimini, Novara, la zona trevigiana e la Romagna, una comparazione che ci fornisce elementi molto utili – che ovviamente non possiamo presentare in dettaglio – soprattutto a proposito delle connessioni e derivazioni fra gli antichi testi rocchiani.

Ma nel testo del Merula pure le vicende piacentine – le più note, anche a livello popolare – sono piuttosto rimaneggiate: manca, ad esempio, qualsiasi riferimento al celeberrimo episodio del cane ed all'amicizia con il nobile Gottardo. Non c'è bisogno di sottolineare che

si tratta di una mancanza a dir poco sorprendente; per una esposizione *agiografica*, per quanto assai riassuntiva, eliminare proprio il fatto più rappresentativo della storia di un santo, non era cosa di poco conto. Nel nostro caso, la caratterizzazione più nota di san Rocco, tradotta anche in migliaia di immagini e di opere artistiche, è proprio il legame con il suo cane, ben conosciuto, spesso, anche al di fuori dell'ambito strettamente religioso.

Piuttosto originali sono anche le motivazioni del ritorno in Francia – *«e sapendo, che nella patria sua niuno più lo riconoscerebbe, ci volse tornare, ancorche molestata da guerre»* – ma la variante più sorprendente è nella parte finale: dopo cinque anni di prigionia, in quanto *«reputato per una spia»*, Rocco venne addirittura liberato e *«come povero mendìco si ritirò in casa di suo Zio, dove finì la vita nell'età di trentadue anni il 1327»*. La differenza con la versione originale della vita del Santo è di tutta evidenza: le antiche *agiografie* e migliaia di opere devozionali hanno sempre attestato la morte di san Rocco in carcere, al termine di cinque lunghi anni di sofferenza. Si tratta dell'ennesima variazione sul tema, ma certamente la più eclatante; colpisce, peraltro, la singolare coincidenza con le vicende finali di sant'Alessio e di san Giovanni Calibita.

Infine, per quanto riguarda la nascita del culto, il testo si attiene invece alla tradizione, risalente ancora una volta a Francesco Diedo. Esso dice, infatti, che inizialmente fu lo zio, passato dal *«dolore»* ad *«allegrezza grande, considerando che il suo nipote tra Beati regnava in Cielo»*, a far edificare una cappella, che divenne teatro di molti miracoli; successivamente, attenuatosi il ricordo, fu il miracolo di Costanza del 1415 a far *«risplendere il glorioso nome di S. Rocco»*, fra altari e templi, *«di nuovo ancora in Italia».*

L'elemento più interessante, in queste ultime righe, è l'esplicito

riferimento alla mancata canonizzazione, secondo le regole ecclesiastiche, da parte della Chiesa. Il Merula, infatti, non si sottrae al problema, e dice chiaro e tondo che l'iniziale culto promosso dallo zio *«restò in privato, ne ci fù chi pensasse alla canonizzazione di esso»*…

GLI EDIFICI SACRI DEDICATI A SAN ROCCO IN CREMONA

Prima di entrare in argomento, è necessario precisare che, anche per quanto riguarda l'area cremonese, pressoché tutte le opere di storia locale, susseguitesi fino all'Ottocento, devono essere utilizzate con estrema cautela; esse necessitano di puntuali confronti e verifiche (a volte non realizzabili), e nella maggior parte dei casi ci permettono di elaborare più delle probabili ipotesi che non delle conclusioni certe.

Le testimonianze più antiche del culto rocchiano a Cremona risalgono, per quanto risulta dai nostri studi, alla seconda metà del Quattrocento, in linea, pertanto, con la fase più incisiva del primo, grande sviluppo della devozione a san Rocco, sia in Italia che in varie parti d'Europa. Le tracce devozionali e storiche che abbiamo incontrato nel corso della nostra ricerca riguardano edifici sacri, associazioni laicali, testimonianze liturgiche e tradizioni popolari. In questa sezione cominceremo con le notizie riguardanti gli edifici oggi scomparsi: un'antica cappelletta – o meglio, un'edicola votiva – esistente già prima del 1479, lungo l'attuale via San Rocco; una chiesa ed un convento costruiti lì vicino, la cui storia comincia a partire da quell'anno; infine due «oratori» ubicati in pieno centro, nei pressi della cattedrale, uno di epoca cinquecentesca e l'altro risalente probabilmente a metà Settecento.

Si tratta di luoghi di culto ormai distrutti, di cui solo la cappella è sopravvissuta ma in modo totalmente rinnovato; del convento rimane un flebile ricordo, in quanto le costruzioni che ne hanno preso

il posto – prima una tipica cascina agricola ed oggi un elegante *residenza* per abitazioni private – hanno mantenuto il nome di san Rocco; degli «oratori», invece, sono rimaste solo alcune tracce, cioè una porzione dei colonnati interni.

La cappelletta ed il convento di via San Rocco. Cominciamo con le testimonianze devozionali dell'attuale via San Rocco, quindi in una zona ubicata fuori dalle antiche mura perimetrali della città.
Prima dell'anno 1479 era già stata edificata una cappelletta dedicata al Santo di Montpellier, fin dall'origine, probabilmente, dalla parte opposta rispetto alla nuova cappella oggi esistente; tenuto conto delle direttive sia geografiche che cronologiche della diffusione del culto rocchiano nell'Italia medievale, possiamo ritenere, seppur con molta approssimazione, che essa risalisse proprio alla seconda metà inoltrata del Quattrocento. Comunque sia, fu esattamente nel 1479 che una grave epidemia colpì violentemente anche la città di Cremona; probabilmente non si trattava di peste, ma tale fu ritenuta dalla popolazione.
Come successe in migliaia di altre località, i cremonesi fecero voto al Santo per ottenere la Grazia. La cappelletta, ovviamente, conobbe uno straordinario incremento di visite e di atti devozionali, ma parve a molti che essa fosse insufficiente ad assicurare la giusta gratitudine della città; fu così che entrarono in campo i Frati Serviti, chiamati a Cremona, già da qualche anno, dal vescovo Jacopo Antonio Della Torre, che aveva assicurato all'ordine la propria benevola protezione. In particolare, fu frate Arcangelo da Bologna, noto predicatore attivo in Duomo, a chiedere che la cappelletta fosse attribuita ai Serviti, proponendo altresì l'edificazione di una chiesa e di un convento; il *placet* era già stato concesso nel 1480, unitamente alla proibizione di mettere in atto, da parte di chicchessia, analoghe iniziative, per

evitare inutili dispersioni di forze e di offerte. Nel contempo un decreto ufficiale delle autorità pubbliche stabilì, il 14 luglio 1481, che la festa del 16 agosto dovesse essere osservata, negli anni a venire, in forma solenne, con l'offerta di due grandi ceri

Non sappiamo se i due edifici siano stati terminati pressoché in contemporanea, ma è più probabile che prima sia stata ultimata la chiesa, visto che il 6 agosto 1486 un nuovo atto sancì un'ulteriore offerta votiva come ringraziamento per la pace con Venezia, dal cui tono si ricava l'impressione di un luogo sacro ormai completato; la solenne cerimonia per la presa di possesso del convento, alla presenza delle massime autorità civili e religiose, si svolse invece il 9 luglio 1488, nelle mani di frate Benedetto da Piacenza. Da quel momento la storia del convento e della chiesa di San Rocco dei Frati Serviti proseguì, senza particolari scossoni, per oltre un secolo e mezzo, probabilmente senza esercitare una significativa influenza sulla vita cittadina, come sembrerebbe di capire – oltre che dall'esiguità delle notizie tramandate dalle antiche fonti – anche dalle risultanze dei censimenti; nel 1621, ad esempio, i frati del convento erano solo sette, quasi il fanalino di coda (il penultimo) degli oltre trenta monasteri presenti a Cremona.

Gli episodi e le testimonianze che abbiamo rintracciato nelle cronache e nei testi dei più noti scrittori e storici locali non sono molte. Un'iscrizione datata 17 dicembre 1486 attestava l'esistenza, nella chiesa di San Rocco, di un dipinto del pittore Antonio Cicognara, ovviamente perduto a causa della distruzione dell'edificio. Alcune notizie incerte e frammentarie parlano di una presunta, prima demolizione nell'anno 1544, ad opera dei nemici francesi o degli spagnoli acquartierati in città; in tal caso, si sarebbe resa necessaria una nuova riedificazione, ma la maggior parte delle fonti non attesta nulla in proposito. Nel 1573 lo statuto dell'antica corporazione di

pasticceri dei *«festari ed offellari»* sancì l'obbligo di onorare solennemente la festa di san Rocco proprio nella chiesa dei Serviti, con le tradizionali offerte votive. Nel mese di dicembre del 1592 i Frati elevarono una supplica alle autorità pubbliche ed ai cremonesi, affinché soccorressero con le loro elemosine le esigue disponibilità del convento.

Il 22 settembre 1593 una statua devozionale della Madonna di Loreto partì dalla città marchigiana e l'8 ottobre venne temporaneamente depositata in questa chiesa; in ossequio alla volontà dell'offerente, il confratello Giovanni Battista Rena, il 10 (forse il 9) ottobre essa fu traslata alla sua destinazione, un edificio sacro del centro di Cremona, strettamente legato alle vicende di un altro «oratorio» dedicato a san Rocco; la solenne processione fu preceduta dalla benedizione della statua, officiata da Marcantonio Amidano, sacerdote di Sant'Agata. Nel 1616 il priore del convento, padre Valeriano, verificata l'inosservanza del voto che aveva originato la nascita della chiesa, lanciò un appello alla città affinché rinnovasse la propria devozione; un nuovo decreto, emesso il 29 gennaio 1619, ridiede slancio al culto a san Rocco, che peraltro si era allargato nel tempo anche ad una accademia letteraria e a diverse corporazioni cittadine – in particolare quella dei *«fruttaroli, limonari e pollaroli»*, che lo aveva scelto come proprio patrono e che, nello statuto del 1627, aveva deliberato anch'essa di solennizzare la festa del 16 agosto nella chiesa dei Frati Serviti.

Ma giunti a quel punto, mancavano solo vent'anni alla triste conclusione delle più antiche (e sfortunate) testimonianze della devozione rocchiana. Nel 1647, nei primi giorni del mese di ottobre, l'assedio a Cremona delle truppe capitanate dal Duca di Modena segnò il destino dei sobborghi circostanti; in gran parte già demoliti per esigenze difensive, come tutte le zone fuori dalle mura, i pochi

edifici sopravvissuti furono devastati dalle artiglierie, dalle persistenti piogge, dall'inondazione dei corsi d'acqua e dalla deviazione dei navigli decisa dal marchese Serra, comandante delle truppe cremonesi. Anche il convento e la chiesa di San Rocco dei Serviti subirono la stessa sorte e furono spazzati via, travolti dalla furia degli elementi e dagli accaniti scontri a fuoco; non abbiamo notizie della cappelletta, ma è improbabile che non sia stata coinvolta anch'essa nella tragica catena degli eventi.

I frati probabilmente ripararono in una casa della *vicinìa* San Sepolcro, ma i drammatici giorni dell'ottobre 1647 misero la parola fine alla storia dei due edifici costruiti dai Serviti; a nulla valsero, infatti, i successivi tentativi di reperire forze, motivazioni e fondi per poterli riedificare. Una prima petizione venne stilata nel 1650 dal priore Carlo Mazzolari; le autorità pubbliche, favorevoli, nominarono il 22 aprile due esperti, Antonio Maria Ala e Francesco Boselli Sommi, che il successivo 20 maggio diedero parere favorevole alla supplica dei frati, ivi compresa la richiesta di donazione di un appezzamento di terreno nell'attuale via Bonomelli. Ratificata ufficialmente il 25 maggio 1650, l'operazione fu vanificata il 19 aprile 1653, quando il Padre provinciale dei Serviti di Lombardia, frate Anastasio Galli, ingiunse al Mazzolari – in virtù di una Bolla papale sulla soppressione dei piccoli conventi – di consegnare alla diocesi di Cremona tutti i beni relativi anche all'erigendo convento di San Rocco (ivi compresa una statua del Santo depositata nella chiesa di Santa Maria in Betlem). Il relativo atto, che bloccò la raccolta di fondi ed i primi lavori, venne definito dieci giorni dopo.

I successivi tentativi ebbero come obiettivo l'ottenimento, da parte della diocesi, dell'autorizzazione a trasferire il nuovo edificio proprio nella chiesa di Santa Maria in Betlem, che si trovava nella zona di Porta Mosa, non molto distante dall'originaria ubicazione dell'ex

convento di San Rocco. Il vescovado sembrava ben disposto, e fu così che una seconda petizione venne presentata nel mese di febbraio del 1663; il giorno 20 le autorità comunali elessero due priori, Paolo Dati e Lodovico Schizzi, incaricandoli di dare corso alla pratica presso le competenti gerarchie ecclesiastiche. Il risultato, tuttavia, fu deludente, visto che nel mese di marzo del 1667 si rese necessaria una terza petizione, reiterata subito dopo, ad aprile, con una nuova richiesta, espressamente per invitare i responsabili a nominare ufficialmente due incaricati. Anche questa volta, però, l'esito fu negativo, e non ci furono più altri tentativi.
La cappelletta, al contrario, o sopravvisse al disastro dell'assedio o venne riedificata; essa è infatti ricordata a più riprese nel corso dei secoli, finchè, nel 1975, non venne sacrificata per esigenze viabilistiche. Oggi la sua eredità rivive nella nuova cappella, costruita nel 2002 ma dall'altra parte della strada.

I due «oratori» cittadini: via Lanaioli e via Porta Marzia. Possiamo ora presentare le vicende storiche delle due piccole chiese che furono dedicate a san Rocco nel centro di Cremona, in epoche diverse ed indipendentemente dai Frati Serviti. Per distinguerli tra di loro, li chiameremo convenzionalmente *primo* e *secondo* «oratorio», sulla base, ovviamente, dell'anno di costruzione.
Il «primo oratorio» centrale venne edificato nell'attuale via Lanaioli, quando era ancora un piccolo vicolo cieco comunicante con la *Stretta degli Arcidiaconi*, divenuta più nota, nei secoli, come *Contrada delle Beccherie* o macellerie (oggi è la via Solferino). L'edificio era ubicato negli attuali locali della Borsa Merci della Camera di Commercio, e la sua storia fu strettamente legata alle attività della «Confraternita di Santa Croce», istituita nel 1496; essa si dedicava, in particolare, ad opere caritative, assistenza ai malati e servizi di sepoltura, con la sua

caratteristica veste nero-crociata. Inizialmente i confratelli utilizzarono un antico «oratorio» quattrocentesco, dedicato a San Marcello, ed infatti, nel 1518, essi si aggregarono alla Arciconfraternita di San Marcello di Roma, ottenendo di conseguenza le prerogative, i privilegi e le indulgenze previste dalle regole canoniche della Santa Sede.

Nel frattempo, nel 1512, la Corporazione dei Macellai aveva fatto erigere un altro «oratorio», addossato a quello di San Marcello ed intitolato a San Rocco; l'iniziativa fu motivata dalla necessità di avere a disposizione, anche in città, un luogo di culto dedicato al santo protettore della peste, che anche in quegli anni aveva colpito duramente la città. La chiesa dei Serviti, infatti, era troppo decentrata rispetto al circuito cittadino, e peraltro i devoti, facendo edificare la nuova chiesetta in quella zona, vollero anche costringere un vicino postribolo a chiudere i battenti.

Nel 1536 la *Stretta degli Arcidiaconi* cambiò nome in *Contrada delle Beccherie*, che nel 1560 divenne *Beccherie vecchie*. Nel vicoletto interno, ormai da diverso tempo, l'«oratorio» di San Marcello era chiamato, dalla gente e nella vita quotidiana, di Santa Croce, in quanto l'omonima confraternita che lo gestiva aveva ormai acquisito una grande fama; e quando nel 1580, a seguito di un'ampia ristrutturazione o forse di una vera e propria riedificazione, esso venne intitolato, anche ufficialmente, proprio alla Santa Croce, quasi più nessuno rammentava il vecchio nome.

È importante ricordare, pertanto, che anche molti scrittori e storici cremonesi spesso usano alla rinfusa le diverse dedicazioni, a volte senza rispettarne l'esatta scansione cronologica; e la questione è ulteriormente complicata dal fatto che l'«oratorio» di San Rocco aveva un muro in comune con quello di Santa Croce. Peraltro, come vedremo più avanti, il vicolo ebbe il suo sbocco sulla piazza solo nella

seconda metà del Seicento, per cui quasi sempre le due chiesette sono ricordate e segnalate in riferimento alla *Contrada delle Beccherie* o dei *Vecchi macelli* – che era invece la via principale.

In ogni caso, la vera protagonista degli eventi riguardanti i due adiacenti «oratori» fu sempre la Confraternita di Santa Croce; col tempo, infatti, essa assunse anche la gestione della chiesetta di San Rocco, che nel 1567 fu soggetta alla visita pastorale del vescovo Niccolò Sfondrati, dalle cui risultanze veniamo a sapere che essa aveva, nell'unica navata, un altare principale con una piccola statua del Santo (oltre ad alcune immagini dedicate anche a san Sebastiano). Nel 1593, come abbiamo già ricordato, il devoto confratello Giovanni Battista Rena, dopo l'ennesimo viaggio a Loreto, decise di commissionare una statua della Madonna simile proprio a quella lauretana, da depositare nell'«oratorio» di Santa Croce (o forse di San Rocco).

Furono proprio questi donativi a creare le premesse per un'altra giornata speciale: il 2 novembre 1595 la statua della Madonna venne infatti 'incoronata' con una nuova, suggestiva cerimonia, officiata dal domenicano Gerolamo Bernerio, cardinale di Ascoli Piceno. Si determinò così lo stesso processo gergale che aveva 'trasformato' il vecchio «oratorio» di San Marcello in Santa Croce, già prima della nuova dedicazione ufficiale; questi eventi diedero infatti un tale impulso alla devozione per la Madonna lauretana, che nella parlata popolare l'«oratorio» di Santa Croce divenne, di fatto, anche la chiesa di Santa Maria di Loreto. Di conseguenza, quando finalmente, tra il 1597 ed il 1598, la confraternita decise di abbattere il muro divisorio fra i due «oratori» di Santa Croce e di San Rocco, per poter edificare una nuova chiesa, essa fu intitolata a Santa Maria di Loreto; e fu con questo nome, infatti, che essa venne trascritta nei resoconti della visita pastorale del vescovo Cesare Speciano, alla data del 29

luglio 1599. È inutile dire che questo ulteriore cambiamento ingarbugliò ancor di più le notizie tramandate nei secoli, ingenerando nuovi motivi di confusione; a quel punto, infatti, non erano più tre ma quattro, le diverse intitolazioni degli stessi edifici.

La nuova chiesa sopravvisse ancora per quasi due secoli, mantenendo al proprio interno una cappella di San Rocco, ricordo della preesistente chiesa; quest'ultima, il 16 maggio 1597 (datazione più probabile del 1593 attestato da altre fonti) venne concessa all'«Università dei Lanaioli», cioè ad una delle corporazioni che operavano nei diversi settori della lavorazione della lana. Il dato non è del tutto chiaro, in quanto alcune attestazioni chiamano in causa l'«Università dei Mercanti», vale a dire la più importante corporazione di Cremona, quella dei grandi imprenditori, tra cui spiccavano, peraltro, proprio i maggiori commercianti della lana. Comunque sia, la scritta in marmo infissa sopra la porta della cappella indicava come assegnataria questa non meglio definita *associazione* di «lanaioli», con l'obbligo di farvi celebrare le messe; inoltre, in occasione della festa della Pentecoste, la medesima corporazione organizzava una solenne messa cantata, e tramite un'estrazione a sorte sceglieva alcune donne da una lista di famiglie povere, per assegnare loro, il giorno del matrimonio, una congrua dote. Il ruolo dei «lanaioli» nella storia di questa chiesa lasciò evidentemente un segno importante, al punto che quando, negli anni trenta del secolo scorso, la *Stradella di Santa Croce* venne ribattezzata, essa assunse l'attuale denominazione di via Lanaioli.

Secondo le fonti seicentesche, la chiesa di Santa Maria di Loreto (e quindi anche la cappella di San Rocco) conobbe un lungo periodo di splendore. Le celebrazioni solenni erano concentrate, in particolare, a fine maggio – per le cosiddette «quarant'ore» – ed alla metà di novembre, quando l'edificio veniva addobbato con *«arazzi di*

fiandra». Il culmine, però, scoccava alla seconda domenica di ottobre, per l'anniversario del dono alla chiesa della statua di Maria; oltre ad una grande processione, che convogliava notevoli masse di persone, la statua rimaneva esposta all'adorazione dei fedeli per otto giorni, con il canto delle tradizionali litanie tutte le sere. La chiesa, a quanto sembra, custodiva un quadro raffigurante la crocifissione, con Maria Vergine e san Giovanni evangelista; due dipinti più piccoli erano invece dedicati all'Annunciazione. La torre aveva due campane, ed all'interno era in funzione anche un organo liturgico; le messe erano celebrate ogni giorno, grazie alle numerose offerte, voti e legati – altra conferma di un sentito culto popolare.

Del resto nel 1624 si era verificato un altro evento che aveva suscitato una forte ondata devozionale fra la gente di Cremona. Il 13 ottobre venne infatti collocata sull'altare una pregevole riproduzione del celebre crocifisso di Sirolo, un'opera lignea tra le più amate dal popolo cristiano; ancora una volta si snodò per le vie cittadine una solenne processione, a cui seguirono otto giorni di adorazione, musiche e sermoni. Secondo alcune fonti, il crocifisso fu aggiunto proprio alla cappella di San Rocco.

Come abbiamo già detto, nel 1647, durante il drammatico assedio di Cremona, vennero distrutti la chiesa ed il convento di San Rocco dei Frati Serviti, ubicati fuori città; circa un anno prima era stato notevolmente abbellito, all'interno della cattedrale, il sontuoso altare dedicato al Santo, su commissione della «Confraternita di San Rocco» (nata ad inizio Seicento). In quel momento, dunque, non esisteva più una chiesa intitolata espressamente a san Rocco, ma solo le 'sezioni' interne di altri edifici sacri: l'altare della cattedrale e la cappella della chiesa di Santa Maria di Loreto.

Per circa un secolo non furono più tramandate notizie particolari a proposito del culto rocchiano a Cremona. Il primo evento di rilievo si

verificò nel periodo 1750-1757, la forbice temporale che circoscrive la fondazione del «secondo oratorio» di San Rocco, ubicato nell'attuale via Porta Marzia; sopravvissuto per un trentennio o poco più, di esso sappiamo solo che era gestito dall'omonima confraternita e che probabilmente era legato anche alla corporazione dei «granaioli».

Ma nonostante tutto, neppure il forte attaccamento dei cremonesi al Santo di Montpellier potè fare argine alla scure delle riforme 'religiose' dell'impero austriaco. Le datazioni non sono del tutto certe, ma possiamo ritenere che nel 1775 sia stata soppressa la gloriosa Confraternita di Santa Croce, mentre nel 1787 toccò alla Confraternita di San Rocco. Sempre nel 1787 fu sconsacrato il «secondo oratorio» di San Rocco, quello dell'attuale via Porta Marzia, e nel 1790, infine, fu la volta della chiesa di Santa Maria di Loreto, nell'odierna via Lanaioli; la statua della Madonna lauretana venne trasferita nella chiesa di San Girolamo, mentre cessò di esistere la cappella interna di San Rocco, dopo quasi duecento e ottant'anni dalla fondazione dell'originario «primo oratorio».

L'unica testimonianza della devozione rocchiana sopravvissuta nel centro cittadino di Cremona, fu l'altare della cattedrale, mentre in periferia, nell'attuale via San Rocco, rimase solo l'antica cappelletta, di origini quattrocentesche. La fine del Settecento, dunque, fu un momento drammatico per i devoti di san Rocco, che da quel momento non riuscirono più a far rinascere quanto avevano costruito in oltre tre secoli di storia.

L'ASSOCIAZIONISMO ROCCHIANO, TRA CORPORAZIONI E CONFRATERNITE

Questa sezione è dedicata ad un altro aspetto fondamentale del culto di un santo, cioè il suo ruolo nell'ambito delle associazioni laicali, che nei secoli passati erano rappresentate soprattutto dalle confraternite.

Nel caso di san Rocco, peraltro, si tratta di una delle manifestazioni più incisive e più rilevanti della sua popolarità, che a Cremona fu caratterizzata anche dai forti legami con le antiche corporazioni; proprio da qui, dunque, partiremo per analizzare questa ulteriore, significativa dimostrazione dell'impatto della devozione rocchiana sulla storia di Cremona, corroborata da riscontri documentari di notevole interesse.

I legami tra le Corporazioni cremonesi e San Rocco. La presenza e l'attività delle corporazioni di mestiere fu, anche a Cremona, uno dei tratti più caratteristici della vita economico-sociale della città e del contado, soprattutto nel periodo medievale, ma con una storia che si protrasse fino agli ultimi anni del Settecento. Denominate in vario modo – «università», «arti», «paratici» – esse assunsero anche un ruolo di tipo religioso, seppure, a volte, puramente nominale; tuttavia, i regolamenti e gli statuti prevedevano una serie di obblighi che, in certi casi, si concretizzavano in offerte e cerimonie più o meno sontuose, senza contare la partecipazione attiva a festività e pratiche devozionali, spesso in forme solenni e 'spettacolari'.
Nel corso delle nostre ricerche, abbiamo esaminato una serie di antichi statuti conservati in parte nell'Archivio di Stato, in parte nell'Archivio Storico della Camera di Commercio di Cremona. In effetti abbiamo potuto riscontrare diversi riferimenti alla figura di san Rocco, alcuni piuttosto generici, altri, invece, di particolare rilievo. Ne diamo conto qui di seguito, partendo dalle corporazioni meno coinvolte nella devozione rocchiana, per poi giungere via via a quelle più direttamente connesse al Santo di Montpellier.

Corporazioni dei «Lanaioli». La questione è piuttosto complessa, in quanto le due testimonianze scritte a nostra disposizione, attestanti

l'esistenza di un'antica iscrizione in marmo, sono tra loro contrastanti, non a proposito del testo, ma della data e dell'ubicazione. Comunque sia, nel 1597, all'interno della chiesa di Santa Croce, la cappella di San Rocco – 'erede' del «primo oratorio» – venne assegnata all'«Università dei lanaioli», a condizione di rispettare una serie di obblighi cultuali.
Il fatto è che attorno alla lavorazione della lana gravitavano molte e diverse attività, e di conseguenza le corporazioni erano più d'una. Non bisogna poi dimenticare che l'«Università dei Mercanti», la più importante delle corporazioni, contava tra i suoi associati di maggior spicco anche – e soprattutto – i principali imprenditori della lana, coloro, cioè, che non operavano solo nei singoli comparti, ma che si occupavano su grande scala sia della produzione che della commercializzazione del prodotto finito.
Le possibilità sono quindi molte, ma l'iscrizione di cui stiamo parlando – peraltro andata distrutta – rappresenta l'unico riferimento certo ad un legame tra la figura di san Rocco e questi *lanaioli* non meglio specificati.

«Università dei Festari ed Offellari». Nel caso di questa corporazione di pasticceri, i riferimenti a san Rocco sono invece molto chiari, e lo si può verificare sia dagli statuti del 1573 che dalle integrazioni del 1595. Nello statuto originario, sono due gli articoli che ci interessano: il primo obbliga gli associati a far celebrare una messa il 16 agosto di ogni anno, festa del Santo, nella chiesa periferica di san Rocco dei Frati Serviti, con l'aggiunta di un'offerta in denaro e di due ceri votivi; il secondo indice la riunione annuale per la nomina dei massimi dirigenti proprio il giorno successivo alla festa di san Rocco.

«Collegio degli Agrimensori e degli Architetti». Anche in questo caso i

collegamenti sono espliciti, e lo dimostra lo statuto del 1668, conservato nell'Archivio di Stato assieme ad altri documenti, frammentari e per la verità non del tutto chiari, datati fra il 1538 ed il 1540. Il protettore del collegio è il *«il Glorioso Patriarca S. Giuseppe»*, la cui *«benigna, e Santa mediatione»* è invocata sin dal primo articolo; ma subito dopo, a proposito delle riunioni per le nomine e per le delibere d'uso, lo statuto stabilisce che «*si faranno cadaun'anno due congregationi, cioè l'una il Sabbato presso la Dominica in Albis al doppo pranzo, et l'altra il giorno 16 agosto pure al doppo pranzo».*

La festa di san Rocco è nuovamente citata negli articoli dedicati alle singole cariche sociali, a cominciare dalla più importante, quella dell'«abate» del collegio, da eleggere ogni anno il 16 di agosto, a scrutinio segreto e con la metodica alternanza di un agrimensore e di un architetto.

«Arte e Paratico dei Brentatori». Così chiamati per la «brenta», il contenitore di vino legato alla schiena, i brentatori erano personaggi pittoreschi e, come si direbbe oggi, poco raccomandabili. Molto numerosi, erano malvisti per la loro rudezza – condita di *«inhoneste parole»*, senza *«freno in biastemare e maledire»* – e non di rado si intascavano il denaro riscosso per conto dei loro committenti; ma nel caso di incendi, il loro ruolo diventava di fondamentale importanza, in quanto la «brenta» era lo strumento più idoneo a trasportare l'acqua. Inoltre, si ricorreva a loro anche per la pulizia della città, in particolare in occasione delle grandi festività, soprattutto quella dell'Assunta in piazza del Duomo.

Il loro patrono era Sant'Alberto, un terziario domenicano che secondo la tradizione era proprio un *brentatore*, venerato nell'antica chiesa cremonese di San Mattia. Lo statuto del 1434 è conservato

nell'Archivio Storico della Camera di Commercio, in un codice aggiornato fino al 1579; nell'Archivio di Stato è invece consultabile un libro a stampa di epoca settecentesca, che raccoglie gli statuti del 1583 e del 1603, oltre ad alcune integrazioni datate 1741.
I riferimenti a san Rocco si trovano nella parte dedicata agli obblighi devozionali ed alle relative offerte; le festività da onorare, oltre a quella di sant'Alberto, erano l'Assunzione, la Purificazione di Maria, San Rocco e San Sebastiano.

«Università dei Farinaroli» (e «Granaroli»). Le prime attestazioni dell'utilizzo del «secondo oratorio» di san Rocco come sede delle adunanze della corporazione dei «granaioli» risalgono ai primi decenni dell'Ottocento, da parte di diversi autori. Tuttavia, lo statuto di cui disponiamo non contiene alcun riferimento al nostro Santo; conservato nell'Archivio di Stato, esso risale all'anno 1608 ed è molto articolato e minuzioso.
In effetti, il loro protettore era san Fermo e gli obblighi religiosi riguardavano la partecipazione alle solenni processioni dell'Assunta e del Corpus Domini, in modo ufficiale – quindi con le insegne della corporazione – e con le tradizionali offerte in denaro, candele e ceri; inoltre, l'usuale proibizione del lavoro festivo era particolarmente marcata in occasione della festa di San Giovanni Battista. L'unico elemento che potrebbe darci uno spiraglio, è il fatto che la tradizionale assemblea annuale per il rinnovo delle cariche sociali, prevista per la domenica successiva a Ferragosto, doveva tenersi o nella chiesa di San Francesco o in altri locali, scelti liberamente per l'occasione. Si potrebbe ipotizzare, dunque, che in qualche caso la scelta sia caduta sul «secondo oratorio», oppure, se le notizie degli autori ottocenteschi fossero corrette, che ad un certo punto la corporazione abbia deliberato di farne a tutti gli effetti la propria

sede fissa.

«Arte dei Macellai». Sono diverse le fonti che indicano nei macellai i costruttori del «primo oratorio» di San Rocco, quello dell'odierna via Lanaioli, nell'anno 1512; il dato sembra sufficientemente solido, nonostante la complessità degli intrecci storici tra questa chiesa, quella di Santa Croce e la successiva di Santa Maria di Loreto.
Un'ampia documentazione ufficiale della corporazione dei macellai è reperibile nell'Archivio di Stato. Il primo statuto, in larga parte redatto in latino, comprende un testo-base e varie aggiunte, con una successione di date comprese fra il 1378 ed il 1480; una seconda serie di *capitoli*, questa volta soprattutto in lingua italiana, risale al 1605-1606; il terzo testo sembra essere del 1621, ed è tutto in italiano. Il quarto statuto, dell'anno 1693, è il primo ad utilizzare la dizione di «macellai» al posto del tradizionale *«beccari»;* è il più ampio e particolareggiato, ma non contiene alcun cenno a san Rocco. Le testimonianze a conferma, tuttavia, si ritrovano in opere storiche già di epoca seicentesca, mentre è un contemporaneo dei fatti, il Bordigallo, a segnalare anche le motivazioni che diedero origine al «primo oratorio» di san Rocco. Ricordiamo, infine, che nel 1567 il resoconto della visita pastorale del vescovo Niccolò Sfondrati associava l'«oratorio» di san Rocco ai macellai già nell'intestazione stessa della chiesa, e sembrava indicare anche un vero e proprio patronato sulla corporazione.

«Paratico dei Calzolai». Il celebre attivista sindacale Guido Miglioli, in un'interessante ricerca dedicata alle corporazioni cremonesi, attesta che il protettore dei calzolai era proprio san Rocco. Nell'Archivio Storico della Camera di Commercio è tuttora conservato il libro della «matricola» dei calzolai – denominati *«Scarpari Maestri»* – a partire

dall'anno 1598 e fino al 1718. Lo statuto, datato 1575, è invece reperibile nell'Archivio di Stato, dove si trova anche una precedente versione del 1506, in lingua latina e quindi recante l'antica dizione di *«caligari»*. Essa, nella parte riguardante le celebrazioni liturgiche, nomina espressamente il *«d[ivo] Rocho»*.
La sede della corporazione era la chiesa di Sant'Agostino, dove annualmente dovevano riunirsi gli associati per eleggere i propri dirigenti; il giorno prescelto era la festa di san Rocco. Inoltre, fra le molte festività da onorare – con i consueti, relativi obblighi – era indicata anche quella del 16 agosto.
A scanso di equivoci, è bene ricordare che a Cremona esisteva anche un «Paratico dei Ciabattini», i cui rapporti con i calzolai non di rado furono piuttosto tesi.

«Paratico ed Arte dei Fruttaroli, Limonari e Pollaroli». Anche in questo caso il patrono era san Rocco, e per onorare la festa del santo gli associati erano espressamente obbligati a recarsi nella chiesa periferica dei Frati Serviti, ubicata fuori dalla cinta muraria.
I contorni 'associativi' di questa corporazione erano un po' più ampi di quanto non farebbe supporre la sua stessa denominazione, in teoria limitata a tre categorie; ad essa, infatti, erano aggregate anche altre attività tipiche dei mercati di piazza, rendendo vagamente incerti i confini con la corporazione degli ortolani.
Lo statuto è datato 1627, inizia martedì 4 maggio e riporta come data finale giovedì 13 agosto 1682. Rispetto ad altri documenti del genere, è scritto con ottima mano ed è facilmente leggibile; è molto breve ed è composto da soli nove articoli. La miniatura a piena pagina è di scarsa qualità, ma è importante perché raffigura, oltre alla Beata Vergine del Popolo – veneratissima a Cremona – ed allo stemma di Spagna, anche san Rocco.

Come abbiamo già detto, la festa del 16 agosto, con le relative offerte, doveva essere onorata dagli associati proprio nella chiesa di San Rocco dei Frati Serviti, ubicata fuori città e non nei due vicini «oratori», legati invece, come sappiamo, ad altre corporazioni.

La Confraternita di San Rocco in Cremona. Alcune notizie generiche sull'esistenza di questa confraternita, connotata da vesti bianche, le abbiamo già incontrate a proposito del «secondo oratorio» di San Rocco, quello edificato tra il 1750 ed il 1757 nell'attuale via Porta Marzia; queste testimonianze dicono solo che tale «oratorio» era la sede della corporazione dei «granaioli» e per l'appunto della Confraternita di San Rocco, senza però precisare alcunché sulle sue origini e sulle sue caratteristiche.
Essa, in realtà, affondava le sue radici già in epoca seicentesca. Le prime notizie di una *«Societas Sancti Rochi»* risalgono al 1601, come si evince da una pagina delle visite pastorali del vescovo Cesare Speciano; ma i riferimenti al precedente vescovo, Niccolò Sfondrati, ci riportano al periodo 1560-1590, durante il quale egli resse la diocesi cremonese, prima di diventare papa. In effetti, abbiamo reperito un editto di Gregorio XIII, datato 21 ottobre 1581, che nominava il nuovo «cappellano perpetuo» dell'altare di San Rocco, sito ancor oggi nella cattedrale: Cesare Sfondrati in sostituzione del defunto Bartolomeo Paterno. Il dato, come vedremo, è importante anche per ricostruire le origini dell'altare, che secondo le ipotesi più accreditate dovrebbero risalire al 1570; tutto ciò considerato, non è azzardato supporre che, *a latere* dell'altare e del suo cappellano, possa essere nata anche una associazione di devoti a san Rocco, visto e considerato che in quel torno di tempo esistevano ancora, in Cremona, i vari edifici sacri dedicati al Santo: la chiesa ed il convento dei Frati Serviti ed il «primo oratorio» cittadino.

Negli ultimi decenni del Cinquecento, dunque, probabilmente era già attivo un nucleo originario della futura confraternita, quasi certamente nel 1601. L'elemento decisivo, però, è ovviamente l'istituzione ufficiale da parte delle gerarchie ecclesiastiche. Nel nostro caso, l'atto venne emanato proprio dal vescovo Cesare Speciano; la «Confraternita di San Rocco» fu dunque eretta in Cattedrale il 16 agosto 1606, con tanto di aggregazione, il successivo 10 dicembre, all'arciconfraternita madre di Roma. Per quanto riguarda le sue prerogative, i principali storici cremonesi sottolineano soprattutto la cura dell'altare e l'assistenza ai pellegrini.
Una delle fasi di massima espansione coincise purtroppo con un momento storico di estrema drammaticità, cioè l'immane tragedia della peste del 1630; essa ampliò notevolmente la devozione a san Rocco, già ben radicata nei suoi luoghi sacri e corroborata dal legame con le corporazioni. Narrata con accorato realismo dal Manzoni, questa epidemia devastò l'Italia con una virulenza a dir poco disastrosa, confermata in modo eloquente anche dai dati statistici di Cremona: la città passò dai 37mila abitanti del 1627 ai 16mila del 1630, e solo nella seconda metà del Seicento la popolazione cominciò a risalire verso quota 24mila.

Le Regole dei Confratelli di San Rocco. Un'altra fonte storica di rilievo è costituita dai registri delle «visite pastorali», nel nostro caso conservate nell'Archivio Diocesano di Cremona; un primo, elementare esame di questi documenti ci ha permesso di ottenere già un risultato di notevole interesse. All'interno del volume riguardante la visita pastorale del vescovo Croce, dell'anno 1699, abbiamo infatti reperito un foglio piegato in quattro, purtroppo incollato entro la rilegatura; non è quindi possibile allargarlo per intero, e peraltro in alcuni punti risulta strappato. Tuttavia il testo è

facilmente leggibile, in quanto si tratta di un foglio a stampa, presumibilmente databile proprio alla fine del Seicento.
Per le nostre ricerche questo documento assume un valore di eccezionale rilievo, in quanto esso riporta le regole della Confraternita, sormontate da una immagine di san Rocco. Tali regole, ovviamente, parlano degli incarichi tipici all'interno delle confraternite: il Priore era il più alto esponente dell'associazione, mentre con il termine *Offitiali* (ufficiali) erano indicati genericamente tutti coloro che detenevano una carica; il *Bastoniero*, in particolare, doveva occuparsi di tenere in ordine ed in fila i confratelli – o genericamente le persone – in chiesa, nelle processioni e nelle cerimonie pubbliche, utilizzando appunto un apposito bastone.
Le norme erano piuttosto rigide, con tanto di sanzioni pecuniarie per chi non le rispettava. Gli obblighi devozionali imponevano la partecipazione a diverse festività, alcune tipiche del calendario cristiano, altre specifiche della città di Cremona, altre ancora legate a tradizioni particolari (ivi compresi, in certi casi, impegni e cerimoniali non solo religiosi); altrettanta rigidità era statuita per la presenza alle riunioni, per l'utilizzo e la gestione degli abiti confraternali, per le regole di comportamento a cui attenersi non solo nell'ambito delle attività sociali. Veramente singolare, infine, è la regola XVIII, che secondo consuetudine comminava una multa a chi rifiutasse di assumere un incarico.

Le cerimonie e le solennità ufficiali. Le principali feste religiose celebrate a Cremona, come abbiamo già detto in precedenza, coinvolgevano nelle processioni e nelle solenni cerimonie tutte le corporazioni e le confraternite cittadine; si trattava, in particolare, delle feste di Pasqua, del Corpus Domini e dell'Assunta. La Confraternita di San Rocco, peraltro, vi partecipava in modo molto

attivo e con un ruolo di notevole rilievo; tale prestigio è confermato soprattutto dai compiti ad essa assegnati nell'ambito della Settimana di Passione, in special modo il giovedì Santo ed il lunedì di Pasqua.
Il culmine, per i confratelli rocchiani, scoccava comunque il Lunedì dell'Angelo, in quanto essi dovevano assumersi tutte le responsabilità e gli oneri dell'opera di accoglienza e di assistenza dei pellegrini giunti in città per l'occasione; la presenza del vescovo faceva da suggello ad una giornata particolarmente solenne.
Naturalmente la confraternita era coinvolta al massimo grado nei festeggiamenti del 16 agosto, giorno di san Rocco. Le testimonianze scritte parlano da un lato di una cerimonia nell'altare della cattedrale, dall'altro di una processione per le vie cittadine con una statua non meglio identificata, raffigurante il Santo *«secondo l'iconografia tradizionale con abiti di viandante, vincastro e cane»*.

La soppressione della Confraternita. Anche a Cremona le riforme 'religiose' di fine Settecento, adottate dall'impero austriaco, furono letali pure per le diverse realtà legate al culto rocchiano. Pur tra qualche dubbio sulle date precise, possiamo ritenere che la Confraternita di Santa Croce sia stata soppressa nel 1775, il «secondo oratorio» di San Rocco nel 1787, la chiesa di Santa Maria di Loreto, con la sua cappella interna dedicata a san Rocco, nel 1790.
Il protagonista di quel duro scontro con la Chiesa cattolica fu l'imperatore austriaco Giuseppe II, figlio di Maria Teresa d'Austria e di Francesco I di Lorena; egli succedette al padre già nel 1765, ma rimase associato alla madre fino al 1780. Le riforme iniziarono già nel periodo di reggenza di Maria Teresa, ma sono da attribuire soprattutto a Giuseppe II, che le impose con mano pesante fino alla morte, avvenuta nel 1790.
Cremona, in quegli anni, faceva parte dello Stato di Milano e quindi

della corona d'Austria. La soppressione delle corporazioni era già stata statuita nel 1774; esse scomparvero definitivamente nel 1776, ad eccezione della sola «Università degli Orefici», che comunque sopravvisse fino al 1781. La più importante delle corporazioni, l'antica «Università dei Mercanti», fu trasformata in Camera Mercatile, peraltro senza subire particolari modifiche delle proprie incombenze.

Alcune notizie dettagliate sugli edifici, le associazioni e gli enti travolti dalla riforma austriaca si trovano in una serie di resoconti stilati in epoche diverse; molto interessante per le nostre ricerche è uno studio del Bonetti, un testo novecentesco basato, però, su fonti manoscritte del Settecento, quindi contemporanee ai fatti.

Vi si attesta che nel 1775 erano sopravvissute solo due confraternite, tra cui quella di San Rocco; essa, però, nelle pagine seguenti non compare più, anche se le cronache proseguono fino all'anno 1798. La si reincontra, invece, in una appendice, basata sui manoscritti di don Cerioli, un sacerdote il cui lavoro è datato 1791; esso contiene, tra l'altro, due elenchi, il primo per le soppressioni deliberate sotto il regno di Maria Teresa, l'altro per quelle decise da Giuseppe II. Ebbene, è proprio in questa seconda lista che compaiono le *«compagnie dei secolari di S. Gervaso, oratorio, con veste di tela color celeste. Di S. Omobono, oratorio, con veste di tela color verde, ora abitazione. Di S. Rocco, oratorio, con veste di tela bianca. Della buona morte dei condannati, chiesa, di S. Gerolamo con veste bianca a rocchetto»*.

Abbiamo quindi la conferma che la fine della Confraternita di San Rocco si determinò nel periodo compreso fra il 1780 ed il 1790, cioè durante il regno di Giuseppe II. Ma per meglio delimitarne l'arco temporale, possiamo ricorrere ad altre fonti, in particolare una accurata raccolta di leggi e provvedimenti emessi in quegli anni,

riguardanti le città dello Stato milanese. Si ricava che il 19 aprile 1786 le confraternite vennero *«tutte»* sciolte d'autorità, evidentemente quelle che erano sopravvissute alle prime ondate repressive; ovvia conseguenza fu l'incameramento dei loro patrimoni. Il 31 ottobre 1787 un editto proibì espressamente la costituzione di nuove confraternite – ad eccezione di una sola associazione, in ogni parrocchia, per la *«carità del prossimo»* – ma già il 30 luglio 1788 venne definito il regolamento per istituire una nuova confraternita della *«carità cristiana»* in sostituzione di tutte le preesistenti, con l'evidente obiettivo di imporre statalmente un controllo ancor più diretto e stringente. A settembre, infine, furono fissati i termini per la presentazione, da parte dei creditori, dei documenti a sostegno delle loro pretese nei confronti di tutti gli enti soppressi.

Mettendo insieme questi dati, riteniamo di poter concludere, innanzitutto, che la Confraternita di San Rocco si salvò, nel 1775, in quanto era una delle più importanti della città; lo dimostra proprio il fatto, tra l'altro, che assieme a lei era rimasta in vita quella di Sant'Omobono, patrono di Cremona. Entrambe, però, furono soppresse nel periodo 1780-1790, come risulta da alcune fonti; pertanto, tenuto conto dell'editto che sancì definitivamente la chiusura di tutte le confraternite, possiamo affermare che anche quella di San Rocco cessò di esistere nel 1787, come afferma espressamente il Clementi nel suo lavoro manoscritto dedicato *ad hoc* a tale argomento.

LA FESTA DI SAN ROCCO NEI DOCUMENTI LITURGICI E CIVILI

Il nome di san Rocco compare da secoli anche nei messali e nei documenti liturgici (e non solo) della diocesi di Cremona, a conferma del suo ruolo storico nella realtà religiosa e sociale della città. Ci

soffermeremo, qui di seguito, sugli elementi di maggior interesse, uno, in particolare, di notevole rilievo non solo per l'ambito locale.

San Rocco nei calendari ufficiali cremonesi. Una puntuale e meticolosa ricostruzione della secolare evoluzione del «santorale» della diocesi cremonese è stata curata da Daniele Piazzi, dal cui eccellente lavoro attingeremo le notizie riguardanti il nostro Santo. In tal senso, il punto di partenza è il sinodo del 31 maggio 1599, indetto dal vescovo Cesare Speciano, che in ottemperanza degli obblighi sanciti dal Concilio di Trento, ordinò l'affissione, sulle porte della Cattedrale e delle chiese di tutta la diocesi, della lista completa delle festività di precetto; ebbene, nell'elenco del mese di agosto, al giorno 16 compare il nome di san Rocco, per la prima volta in un documento ufficiale della Chiesa cremonese.
In precedenza, peraltro, la festa del nostro Santo era già stata inserita in un calendario del Tribunale cittadino, datato 1577. Dice infatti il Piazzi che *«tra i frammenti di codici usati dai notai cremonesi come filze per i loro atti e parzialmente recuperati dal personale dell'Archivio di Stato, ho rinvenuto un foglio cartaceo a stampa del calendario del tribunale della città con i giorni feriali del 1577»*. Anche in questo caso san Rocco figura al 16 di agosto.
Passando all'epoca seicentesca, i calendari ricordati dall'autore, nei quali compare il Santo di Montpellier, sono uno del 1670 e due del 1673; nel Settecento la casistica è ancor più ampia, e copre un arco di tempo compreso far il 1706 ed il 1790. Nell'Ottocento il culto rocchiano fu meno sentito, e tuttavia le riforme ecclesiastiche, per quanto severe, non intaccano più di tanto la sua preminenza cultuale; infatti, *«con decreto del 16 marzo* [1854] *si introdussero con rito doppio minore* [alcuni] *santi»*, tra i quali, *«al 16 agosto San Rocco, per il culto che ha sempre goduto in molte zone della*

diocesi». È un'affermazione importante, poiché nonostante la tendenza di quegli anni ad ampliare, a volta anche a dismisura, i culti locali, molti riti furono ridimensionati o tagliati; la popolarità di san Rocco, dunque, nonostante tutto era ancora ben radicata, anche se la festa del 16 di agosto gli fu attribuita in abbinamento con un altro santo, san Simpliciano vescovo.

Nel 1871, comunque, il vescovo Geremia Bonomelli si sentì in dovere di mettere un po' di ordine. Una prima edizione del nuovo calendario venne definita nel 1874, la seconda nel 1887, ma nonostante le limature imposte dalla Santa Sede, san Rocco resistette ancora, seppur rimanendo in 'coabitazione'; fu invece nel 1912 che la diocesi di Cremona rinunciò al calendario *proprio* e adottò in pieno quello romano, ovviamente con la facoltà di aggiungere santi e ricorrenze locali.

Anche in anni recenti la popolarità del culto di san Rocco ha fatto aggio sulla scarsità delle notizie storiche, che in teoria avrebbe potuto comportare la sua eliminazione dal calendario, com'è successo – sulla base di regole canoniche assai rigide – a moltissimi altri santi. Cremona ne è una esemplare conferma, come dimostrano i drastici interventi dell'ottobre 1962, ed il testo promulgato dal vescovo Enrico Assi il 31 marzo 1988, vincolante a far tempo dal successivo 26 maggio; san Rocco, infatti, non è stato inserito nel calendario diocesano ma – con una significativa eccezione – le regole per la celebrazione della sua messa specifica sono state comunque aggiunte in appendice, con la seguente specificazione: *«16 agosto. San Rocco. Solennità nelle chiese in cui è titolare. Memoria dove ha particolare culto. Non si è ritenuto di dover inserire questa memoria nel calendario diocesano, ma poiché il culto al santo è abbastanza diffuso a motivo di molteplici chiese e altari a lui dedicati, si è ritenuto opportuno fornire i testi per la celebrazione in appendice ai*

libri liturgici propri».

Il Messale del 1476. Nel secondo volume del suo lavoro, il Piazzi ha messo a confronto alcune delle più antiche fonti liturgiche di rito romano – tra cui il primo messale manoscritto del 1255 ed il primo messale a stampa del 1474 – con una serie di calendari cremonesi di epoca quattrocentesca. Negli otto testi presentati, al 16 di agosto solo due volte compare il nome di un santo: Sant'Ambrogio martire in quello del 1255, san Rocco in quello del 1474.

Proprio nella Biblioteca Statale di Cremona abbiamo potuto reperire un messale romano del 1476 che nel calendario, inserito nelle prime pagine, riporta la festa di san Rocco. Si tratta di un documento di grande valore, ben al di là del contesto di questa nostra ricerca, in quanto assume un ruolo di notevole rilievo nell'ambito degli studi su un altro argomento oscuro della storia del nostro Santo, cioè la sua canonizzazione... che in realtà manca, in quanto non esiste una documentazione ufficiale che dimostri la proclamazione della sua santità, da parte della Chiesa cattolica, secondo le previste regole canoniche. In realtà, la sua straordinaria popolarità fra la gente comune e la rapida diffusione del culto in tutto il mondo cristiano ne hanno fatto, come suol dirsi, un santo a «furor di popolo». La santità di Rocco di Montpellier, scriveva Odo de Cissey nel 1632, *«è stata proclamata alla maniera della Chiesa primitiva* (..) *La pietà e l'affetto del popolo cristiano verso di lui sono state tali da ottenere che, senza altre informazioni sulla sua santità, la Chiesa ed il suo capo hanno tacitamente riconosciuto la sua devozione»*.

In tal senso, è a partire dalla fine del Quattrocento che i documenti ufficiali di alcuni pontefici resero evidente l'accettazione da parte della Chiesa di questa 'santificazione' dal basso. Il primo atto a noi conosciuto è del 1499, quando papa Alessandro VI autorizzò

l'istituzione di una confraternita romana intitolata a san Rocco; altre attestazioni risalgono agli anni compresi fa il 1500 ed il 1629. Accanto a questi atti, emanati dai massimi vertici della Santa Sede, esistono diversi altri documenti, soprattutto di tipo liturgico, che testimoniano il riconoscimento, anche da parte delle chiese locali, della santità di Rocco di Montpellier, in diverse parti d'Europa. Tra i più antichi vengono spesso ricordati i calendari di alcuni breviari, messali e salteri, anche di epoca quattrocentesca (comprese le appendici liturgiche di alcune agiografie).

In buona sostanza, le fonti liturgiche cominciano a riconoscere ufficialmente il culto di san Rocco dopo circa un secolo dalla sua morte, ma quando la devozione popolare si era diffusa spontaneamente e capillarmente in tutta Europa, esplodendo soprattutto a far tempo dalla seconda metà del Quattrocento. E' per questo che si è generalmente ritenuto che, anche a proposito della recezione, da parte della Chiesa ufficiale, del culto del Santo, il momento decisivo sia scoccato *dopo* la pubblicazione delle prime *«Vitae»* rocchiane, quindi a partire dal 1479, anno di edizione di quella più celebre ed influente, a firma del veneziano Francesco Diedo. In definitiva, sembrava proprio di poter dire che il culto di san Rocco *prima* nacque tra la gente comune, *poi* si sviluppò anche grazie al notevole apporto della stampa agiografica ed *infine* venne avallato dalla Chiesa cattolica.

Questa premessa era necessaria per far comprendere appieno il rilevante valore storico del messale conservato nella Biblioteca Statale di Cremona. Esso è datato 1476, tre anni in anticipo rispetto alla prima *agiografia* rocchiana; di conseguenza, l'impianto cronologico fin qui considerato deve essere rivisto, anche se con le dovute cautele. È evidente, infatti, che una sola eccezione non è certo sufficiente ad azzerare una tesi che, nonostante tutto, continua

ad essere sostanzialmente corretta; del resto, il ragionamento di fondo non può basarsi su un *singolo* testo, ma su 'blocchi' consistenti di documenti, che al di là delle date specifiche segnalano una linea di tendenza *globale.*

Resta comunque il fatto che questo messale dimostra, quantomeno, che il processo di recepimento del culto di san Rocco da parte della Chiesa ufficiale era iniziato prima di quanto finora *documentariamente* dimostrato; trattandosi, poi, di un messale stampato nel mese di aprile del 1476 (e la prima edizione, peraltro, è del 1474) possiamo ragionevolmente supporre, considerando la prassi del mondo ecclesiastico, che il periodo di 'accettazione', per così dire, e di consolidamento fosse iniziato (molto) tempo prima. Ricordiamo che questo messale è stato accuratamente esaminato in un testo a cura di Rita Bertoldi, edito nel 2015.

LE PRINCIPALI TESTIMONIANZE ODIERNE DELLA FIGURA DI SAN ROCCO

Al termine di questa panoramica sulle *antiche* tracce della devozione rocchiana in Cremona, come primo bilancio possiamo concludere che se le prime testimonianze del culto risalgono ben indietro nel tempo, cioè alla seconda metà del Quattrocento, la loro storia si è in gran parte esaurita alla fine del Settecento; oggi non rimane nulla, se non qualche tenue ricordo o una sorta di 'eredità' dalle caratteristiche totalmente diverse.

L'antico convento dei Serviti divenne un cascinale agricolo, per diverso tempo dotato anche di un mulino; oggi è un elegante *residenza* composta da vari appartamenti, che solo nella sua struttura esteriore – in special modo nell'ingresso interno – rimanda ai tratti tipici dell'originaria architettura religiosa.

Il «primo oratorio» è indirettamente ricordato da una lapide commemorativa dell'antica sede della Confraternita di Santa Croce,

posta all'interno del palazzo della Camera di Commercio; l'adiacente cortiletto interno, con il tipico colonnato a chiostro, rappresenta una testimonianza delle diverse chiese che qui hanno intrecciato e spesso confuso le loro storie (Santa Croce, San Rocco, Santa Maria di Loreto), sebbene l'ipotesi più plausibile è che esso appartenesse proprio a quella di San Rocco. Anche il «secondo oratorio» è ricordato, con tutta probabilità, dalle colonne del cortile interno di un complesso abitativo compreso tra la via Torriani – con ingresso al numero civico 22 – e la via Porta Marzia; il luogo sacro, infatti, coincideva grossomodo con l'edificio oggi gestito dalla Taverna «La Botte».
In definitiva, l'unica sopravvivenza 'materiale' della più antica devozione rocchiana cremonese è costituita dall'altare di San Rocco, posto all'interno della cattedrale; il suo valore sta non solo nella vetustà delle sue origini cinquecentesche, ma soprattutto nel suo splendore artistico, che ne fa uno dei più bei monumenti in assoluto tra quelli dedicati al Santo di Montpellier.

L'iconografia rocchiana. Com'è noto, san Rocco e san Sebastiano sono spesso accomunati dalla devozione popolare, con riscontri verificabili nelle più svariate parti del mondo; ebbene, per quel che riguarda le raffigurazioni artistiche in Cremona, dobbiamo rilevare che l'accoppiata è talmente frequente da costituire praticamente la regola dell'iconografia rocchiana, con poche eccezioni. La chiesa di San Sebastiano, dedicata solo a lui (anticamente assieme a san Fabiano), riporta sulla facciata le statue di entrambi i santi, mentre nell'altare di san Rocco della cattedrale compare anche san Sebastiano. Un altro dipinto si trova nella cappella dell'«Istituto Secolare delle Figlie di Sant'Angela Merici»: una Madonna con bambino affiancata dai due santi, opera di un anonimo pittore del

Cinquecento.

I dipinti del Museo Civico di Cremona. Le opere di maggior pregio dedicate a san Rocco si trovano comunque nel Museo Civico, ed anche in questo caso confermano la regola 'cremonese': tre su quattro, infatti, raffigurano anche san Sebastiano.
La più antica potrebbe risalire al 1490; si tratta di un affresco staccato, dedicato espressamente ai due santi ed ubicato originariamente nell'«oratorio» della Beata Vergine Addolorata della cosiddetta Motta al Vho di Piadena. L'autore è un anonimo pittore lombardo, il cui stile è ispirato al modello del Mantegna.
Un altro affresco, trasportato su tela, è opera di Bernardino Gatti detto il Sojaro, ma in questo caso la sua *Madonna in trono col Bambino e i santi Sebastiano e Rocco* presenta una data sicura, cioè l'anno 1525. Erroneamente attribuito, da alcuni autori, a Giulio Campi, si trovava in origine nella chiesa cremonese di San Giovanni Nuovo, non più esistente.
È invece un olio su tavola la *Madonna col Bambino e i santi Sebastiano, Andrea (o Giacomo), Giovannino, Giuseppe e Rocco* di Francesco Rizzo da Santacroce, un pittore veneto allievo di un Francesco di Simone da Santacroce che forse era lo zio; l'opera è databile tra il 1505 ed il 1545, secondo alcuni studiosi verso il 1530, e per qualche tempo fu attribuita a Palma il Vecchio, in effetti legato ai Santacroce.
L'unico caso in cui non compare san Sebastiano è un affresco attribuibile al primo quarto del Cinquecento, originariamente ubicato nella chiesa cittadina di Sant'Arealdo, soppressa nel Settecento; si tratta di una *Testa di san Rocco* di un anonimo pittore cremonese.
Per concludere, dobbiamo ricordare per completezza che nel museo sono conservati anche due quadri ottocenteschi, di genere

paesaggistico, incentrati sull'attuale via dedicata al Santo. Il primo dipinto (1850-60) raffigura una veduta panoramica della città dalla prospettiva dell'antica cappella di San Rocco, opera di Giulio Gorra (ma per altri di Felice Giuseppe Vertua); il secondo (1889) riguarda invece il vecchio mulino di San Rocco, ad opera di Francesco Colombi Borde.

L'altare di San Rocco nella Cattedrale. L'altare, secondo la tesi più comune fra gli studiosi, dovrebbe risalire al periodo compreso fra il 1570 ed il 1580, certamente con un aspetto diverso dall'attuale. La sua esistenza è attestata nel 1599, nei registri della visita pastorale del vescovo Cesare Speciano.

Ma il documento più interessante, ai fini cronologici, è una lettera di papa Gregorio XIII, che il 21 ottobre 1581 nominava il nuovo cappellano perpetuo dell'*altare di San Rocco*, Cesare Sfondrati, in sostituzione di Bartolomeo Paterno, deceduto poco tempo prima. Analogamente sarà Clemente VIII, nel 1592, a provvedere alla surroga dello Sfondrati, in favore del proprio *notaro e familiare apostolico* Gian Antonio Schizzi; la relativa lettera fu indirizzata al vescovo di Amelia, all'arciprete di Cremona ed al vicario generale del vescovo di Cremona, incaricati di provvedere al passaggio di consegne.

È evidente la notevole importanza della prima lettera, in quanto essa ci conferma che l'altare doveva sussistere già prima del 1581, visto che ad ottobre entrò in carica un *nuovo* cappellano; abbiamo quindi un importante termine di riferimento, atto a rappresentare un limite temporale certo, nonchè a giustificare, seppur genericamente, l'ulteriore retrodatazione degli esperti fino al 1570.

Ciò detto, passiamo ora alla parte descrittiva, segnalando che le principali notizie sono tratte dalle accurate opere di Luisa Bandera,

Andrea Foglia e Giovanni Rodella.

La struttura generale. Questa splendida testimonianza della devozione rocchiana è una pregevole opera in legno estremamente elaborata, realizzata a più riprese tra la seconda metà del Cinquecento e probabilmente quasi tutto il Seicento; ricca di decorazioni anche nei minimi particolari, si sviluppa in altezza per una intera parete della cattedrale, sopra l'altare marmoreo vero e proprio, che alla base reca una piccola effige di san Rocco. Sopra il tabernacolo, in posizione centrale, è collocata la grande statua, anch'essa lignea, del Santo, contornata da due rilievi a forma di colonna; ai fianchi si trovano due statue più piccole, san Francesco a sinistra (con la scritta *«S. Franciscus»)* e san Bernardino da Siena a destra (con la scritta *«S. Bernardinus»)*. I lati estremi, infine, sono decorati dai sei quadri più minuti del Miradori, tre a sinistra e tre a destra.

La parte soprastante la statua di san Rocco è realizzata secondo il classico schema dell'antichità greco-romana, ma con i lati del triangolo spezzati dalla nicchia contenente una statua più piccola, raffigurante san Sebastiano; tra le due sculture è visibile la scritta *«Confratrum Sumptu MDCXXXXVI»*, ad indicare la Confraternita di San Rocco e l'anno 1646, che come vedremo corrisponde al termine delle decorazioni pittoriche del Miradori. La travatura centrale fra le due statue e la nicchia di san Sebastiano sono sormontate da un arco fittamente lavorato, alla cui sommità si trova un'altra scritta, *«Sancte Roche et Sebastiane / orate pro nobis*. Ai due estremi della base dell'arco ci sono invece due piccoli angeli, recanti entrambi due scritte a striscia: a sinistra *«Libera nos Domine»*, a destra *«A peste et fame»*, cioè la classica, antica invocazione *Liberaci, Signore, dalla peste e dalla fame* – in cui manca, rispetto all'originale, l'indicazione

della *guerra*.
Procedendo verso l'alto, a quel punto si trovano, sempre contornati da cornici particolarmente elaborate, i tre quadri più ampi del Miradori, due per il *lungo*, ai lati, ed uno per il *largo*, in posizione centrale. L'ultima parte sfrutta l'arcata superiore della parete, e pertanto presenta ai fianchi altre due immagini scultoree e, al centro, la tela più grande in assoluto, attribuita però ad altra mano.

La statua. Si tratta di un lavoro eseguito in legno scolpito, dipinto e dorato, che raffigura san Rocco secondo i più classici canoni delle raffigurazioni rocchiane, molto tradizionale e collegabile agli stilemi delle scuole scultoree lombarde. L'immagine è assai realistica, riprende in pieno i caratteri tipici dei pellegrini – anche se le decorazioni delle vesti sono assai raffinate – e non indulge affatto alle connotazioni a volte stucchevoli delle rappresentazioni dei santi; lo sguardo e l'atteggiamento sono infatti quelli di una posa 'normale', priva di espressioni e gestualità esasperatamente mistiche. Naturalmente non mancano i due elementi più qualificanti di san Rocco: la ferita della peste, in questo caso sulla gamba destra, e l'inseparabile cagnolino, accucciato ai piedi del Santo.
Non sappiamo nulla dell'autore, anche se il suo nome è stato forse individuato nel corso di un restauro, durante il quale è stato ritrovato, nel punto su cui poggia l'aureola, un cartiglio con la scritta: "Giuseppe Fieschi fecit" e più sotto "Zambelli Giovanni Restaurò il San Rocco 1864". Nulla possiamo dire, però, di questo artista, se non che il cognome potrebbe attestare un'origine genovese.

La cornice dell'altare. Eseguito in legno intagliato e dorato, l'ampia intelaiatura che contiene in sé le varie statue ed i dipinti del Miradori presenta in modo evidente una serie di caratterizzazioni stilistiche

che – senza permetterci, purtroppo, di risalire né ai progettisti né agli autori materiali – rimandano ad almeno tre diverse epoche storiche.
La pala lignea, le colonne ed il timpano spezzato, contenente la statua di san Sebastiano, e le formelle della predella mostrano i segni del Cinquecento ormai sviluppato e dei primi decenni del Seicento, lo stesso periodo, dunque, della statua di san Rocco; è probabile, peraltro, che le nicchie laterali, oggi occupate dai quadri del Miradori, in origine contenessero altre sculture. L'ancona, molto variegata nella parte superiore, ed il timpano spezzato sul quale un arco accoglie un cherubino, angeli, putti e fantasie di fiori e frutti, risalgono al pieno Seicento; infine, la cornice che sostiene i quadri maggiori del Miradori è sempre seicentesca, ma di epoca successiva alla precedente.
In definitiva, l'altare è stato realizzato in tre fasi cronologicamente comprese tra il Cinquecento già inoltrato ed il Seicento, con una complessa elaborazione che non solo lo ha progressivamente ampliato, ma ne ha pure parzialmente modificato le caratteristiche, le collocazioni e la disposizione interna.

I quadri di Luigi Miradori. Nonostante la bellezza dell'aspetto generale dell'altare, delle singole decorazioni e delle sue varie parti, l'elemento che maggiormente colpisce l'osservatore, inevitabilmente, è la serie di quadri inseriti ai lati ed alla sommità della complessa struttura. Si tratta di sei tele ad olio disposte, a tre a tre, alla sinistra ed alla destra della parte inferiore dell'altare, ognuna di circa 62x42 centimetri, a contorno delle tre statue centrali di san Francesco, san Rocco e san Bernardino; di due tele laterali, poste più in alto, di circa 65x100 centimetri, e di una tela centrale di circa 110x60 centimetri. Ancor più su, al vertice dell'altare, è collocata l'ultima tela, quella di

maggiori dimensioni.

I primi nove, pregevoli dipinti sono denominati le *Storie di san Rocco*, e sono opera di Luigi Miradori, detto il Genovesino, che le realizzò tra il 1643 ed il 1646 o, secondo alcuni studiosi, in un arco di tempo ancor più ristretto (cioè fra il 1645 ed il 1646). L'ultima tela, la più ampia, è invece considerata, pressoché unanimemente, di altro autore, forse un esponente della sua scuola. Il lavoro, comunque, venne commissionato dalla Confraternita di San Rocco di Cremona, forse come *ex-voto* per la tremenda epidemia di peste del 1630.

Le sei tele minori raffigurano, dall'alto in basso, alcuni episodi della vita del Santo. A sinistra, la nascita di san Rocco (oppure, per altri autori, la guarigione miracolosa di un neonato); la preghiera di intercessione di san Rocco per i malati, raccolta da un angelo; la cura e l'assistenza agli appestati da parte del Santo. A destra, l'incontro di san Rocco con il cardinale romano; l'annuncio dell'angelo, a san Rocco incarcerato, della morte ormai prossima; una visione mistica del Santo.

Le tre tele maggiori sono invece dedicate a soggetti di ordine diverso, le due laterali ancora ad episodi della vita di san Rocco, ma per così dire in un senso simbolico, cioè come rappresentazioni delle più tipiche e tradizionali attribuzioni della santità rocchiana: a sinistra san Rocco ed i malati di peste, a destra san Rocco e gli animali. Il riquadro centrale raffigura una processione con la statua del Santo, estremamente vivace e colorita, con sullo sfondo due grandi archi che lasciano intravedere una sontuosa chiesa; è forse questo il dipinto che meglio esprime lo stile del Miradori, giocato su un sapiente utilizzo dei chiaroscuri, sull'attenta osservazione della realtà quotidiana, su uno spiccato realismo pittorico. In tal senso, il confronto con l'ultima tela – che mostra san Rocco ed il cane – è

quasi imbarazzante, per la scarsa espressività e per i tratti poco incisivi.

Pitture e statue nelle chiese cremonesi. Abbiamo parlato fin qui delle opere di maggior pregio artistico; esistono però altre testimonianze iconografiche, importanti comunque per il loro altrettanto importante significato devozionale.

La chiesa di San Sebastiano. Anticamente intitolata anche a san Fabiano – un martire, come san Sebastiano, delle persecuzioni dell'Impero romano – questa chiesa venne edificata in epoca antica, probabilmente già nell' VIII secolo. In origine, però, si trovava in una zona diversa rispetto all'attuale ubicazione; verso il 1542 venne infatti demolita per esigenze militari e fu ricostruita dove un tempo sorgeva la chiesa di Santa Maria delle Grazie, che a sua volta era stata distrutta durante l'assedio del 1526. L'attuale fisionomia, completamente rinnovata rispetto al passato, risale però al periodo 1741-1749.
A proposito dei legami devozionali con la figura di san Rocco, la chiesa cremonese di San Sebastiano non fa eccezione. Sulla facciata, infatti, sono ben visibili due statue, san Sebastiano a sinistra e san Rocco a destra; l'abbinamento è riproposto anche sul portone d'ingresso. All'interno, inoltre, è conservato un quadro di Galeazzo Campi, la *Madonna col Bambino tra san Rocco e san Sebastiano*, datato 1518.

La chiesa del «Boschetto». Le presunte origini della chiesa di Santa Annunciata risalirebbero addirittura al VII secolo, ma sono in larga parte leggendarie; in ogni caso, il nucleo originario dell'attuale chiesa ci conduce all'anno 1525, quando il duca Francesco Maria Sforza

volle adempiere ad un voto. Al suo interno si trova anche una statua di san Rocco, realizzata in cartapesta, presumibilmente di epoca settecentesca. L'immagine è quella classica della tradizione popolare: la veste da pellegrino col bastone, la mano sinistra che indica la ferita della peste, il cagnolino che tiene in bocca un tozzo di pane. Non si tratta certo di un'opera di valore artistico, ma rappresenta, con il consueto stile semplice ed affettuoso, la sincera devozione al Santo della gente comune.

La chiesa di San Felice. Le prime attestazioni risalgono agli anni 1574-1576; particolarmente legata alla nobile famiglia dei Biffi, venne modificata nel suo assetto interno soprattutto in epoca seicentesca, ma fu nell'Ottocento che assunse un aspetto marcatamente diverso, a seguito di un'ampia serie di interventi strutturali e decorativi. Infine, nel 1927 venne completato il rifacimento della facciata esterna, mentre gli ultimi interventi sulla navata furono apportati nel 1934.
Tra i pittori che si prodigarono per arricchire artisticamente la chiesa, figura anche Luigi Morgari, che lavorò intensamente a diverse raffigurazioni fra il 1904 ed il 1906. Proprio al 1906 risale la graziosa immagine di san Rocco che occupa la terza cappella laterale di destra, rispetto all'entrata. Realizzata secondo i più tipici canoni dell'iconografia rocchiana, colpisce l'osservatore per i colori nitidi e per la delicatezza dei tratti del viso del santo, che conferiscono a tutta la figura una espressione calda e rassicurante; altrettanta *simpatia* emana il cane a lui vicino, tratteggiato con mano sapiente ed affettuosa.

La chiesa di Santa Maria Maddalena. Concludiamo con semplice accenno a questa chiesa di origine quattrocentesca, inizialmente

intitolata a San Clemente. Da molti anni la statua lignea dedicata a san Rocco, di inizio seicento, versava in pessime condizioni; l'operazione di restauro, a cura dei *Volontari del Touring Club per il Patrimonio Culturale*, si è conclusa proprio di recente, e la statua è stata ufficialmente ripresentata ai fedeli nel mese di aprile del 2016.

La Cappella di Via San Rocco. L'antica cappelletta, come abbiamo detto in precedenza, venne distrutta nel 1975, quando le competenti autorità decisero di allargare la strada e ristrutturare il ponte limitrofo. L'idea di porre mano alla costruzione di una nuova cappella fu immediata, ma la sua realizzazione pratica si trascinò per diversi anni; il progetto divenne realtà nel 2001, grazie all'intervento di Gioele Quaini.
Le decorazioni furono affidate a Graziano Bertoldi, noto pittore di Cremona e personaggio di spicco dell'ambiente culturale, non solo cittadino; esperto di varie forme d'arte ed apprezzato autore di diverse opere sacre, si era già cimentato più volte con la figura di san Rocco. La cerimonia di inaugurazione si svolse il 16 agosto 2002, e da quel momento l'antica cappella di san Rocco è tornata a 'rivivere' nella storia e nelle tradizioni della città di Cremona.

GIOVANNA FORZATTI

LA DIFFUSIONE DEL CULTO DI SAN ROCCO IN LOMBARDIA. LE DIOCESI DI PAVIA, BERGAMO E BRESCIA. PERCORSI DI RICERCA.

Sulla base di recenti studi che hanno consentito di ampliare la conoscenza degli aspetti devozionali e istituzionali relativi al pellegrino di Montpellier, soprattutto con un esplicito riferimento ad una precisa porzione del territorio dell'odierna Lombardia, si propone una breve sintesi sulla diffusione del culto di san Rocco in alcune diocesi della Lombardia.

PAVIA

Per quanto riguarda la diocesi di Pavia la diffusione del culto si esprime nel secolo XVI, come del resto nei distretti diocesani limitrofi e dell'area veneta; in città tardo-cinquecentesca è l'intitolazione a san Rocco della confraternita di santa Maria della Misericordia, ubicata nell'odierna via Mascheroni, grosso modo contemporanea agli istituti vogheresi.

Di contro a tale espressione tardiva del culto si propongono due significative eccezioni, come attestato dalla visita pastorale alla diocesi di Pavia di *«Amicus de Fossulanis»* del 1460: nella canonica cittadina di sant'Invenzio viene indicata una cappella di san Rocco, di cui gli estimi del clero pavese del 1461, 1471 e 1473 indicano una rendita abbastanza consistente (rispettivamente di 14 e 20 lire); nell'estimo dell'anno 1483, redatto per finalità di tassazione politica e riguardante quindi il distretto territoriale pavese, è menzionata la chiesa di san Rocco *«de la Villata»*, in diocesi di Vercelli.

Nelle visite pastorali pavesi tardo-cinquecentesche si rinvengono sporadiche dedicazioni a san Rocco nel contesto cittadino, mentre nel territorio diocesano le confraternite sono documentate soprattutto in Lomellina (Tromello, Breme, Zeme, S. Giorgio Lomellina, Mede, Sartirana, Lomello, Cilavegna, Scaldasole). Alcuni oratori hanno ormai raggiunto la funzione e la forma istituzionale di chiesa parrocchiale (a Valle Lomellina, dove cambia dedicazione l'originaria chiesa di san Michele a Piovera, in Oltrepò, a Rovescala, a Cascine Calderari, a Zeccone); sono menzionati anche i frati di san Rocco di Castel San Giovanni, l'antica pieve piacentina di Olubra.

Se ridotto appare il numero delle parrocchie intitolate a san Rocco nel territorio diocesano, più consistente si rivela quello delle chiese a lui dedicate che non hanno assunto la funzione di *cura animarum*, presentandosi come oratori, «gesiole», in cui la devozione popolare trova però autentiche espressioni di religiosità. Per quanto riguarda la committenza, il comune spesso realizza la costruzione di questi edifici sacri, ad esempio a Dorno, oppure a Sant'Angelo Lomellina, a Castelnovetto, a Magherno, a Belgioioso; di fondazione privata appare invece l'oratorio di san Rocco ubicato a Sommo. Oltre alla presenza in numerose chiese di altari dedicati al santo, significativi risultano gli aspetti strettamente iconografici; la raffigurazione assume toni più o meno elevati di valore artistico e concettuale, ma testimonia in ogni caso la forte e profonda devozione nei riguardi del pellegrino di Montpellier: troviamo una statua lignea a Marcignago, oltre che dipinti nelle chiese di San Salvatore Monferrato, di Santa Maria di Sale, di Santa Maria e San Rocco di Piovera. Sovente il santo viene raffigurato con l'altro protettore della peste, san Sebastiano, secondo il modello tradizionale del pellegrino, rappresentato col fedele cane e i segni della peste sulla gamba; solo raramente sono narrati nel dipinto episodi della vita.

BERGAMO

Relativamente alla diocesi di Bergamo la diffusione del culto è stata studiata, in un'ottima tesi di laurea triennale della Facoltà di lettere e filosofia dell'Università degli Studi di Pavia, da Lidia Motta. La religiosità della paura del Quattro-Cinquecento suscitò nella bergamasca un intenso richiamo alla protezione dei santi protettori caratteristici dell'epoca, tra cui Sebastiano e Rocco, entrambi soccorritori nelle pestilenze; mentre il culto del primo sembra aver esaurito la sua fase più vitale dopo il 1630, il secondo, venerato a Bergamo già nel '400, appare come il santo più invocato già dal 1575 per numero di chiese e oratori, sorti anche per iniziativa della stessa autorità ecclesiastica. Come risulta dagli Atti della visita pastorale di san Carlo Borromeo e dei suoi collaboratori nel 1575 il culto di san Rocco appare ampiamente radicato sia in città, sia nel territorio extra-urbano, soprattutto per il consistente numero di edifici, altari e rappresentazioni iconografiche a lui dedicate. Per quanto concerne il territorio urbano è attestata dal 1481 la chiesa di san Rocco dei Disciplini, nella parrocchia di san Alessandro in Colonna, edificata in seguito ad un voto rivolto ai santi Rocco e Sebastiano dagli abitanti di via Brosetta, perché la contrada fosse liberata dalla peste. Negli ultimi decenni del secolo sono presenti in città almeno tre oratori e un numero discreto di altari concentrati prevalentemente nella parrocchia di santa Grata *«inter vites»*, dove esisteva anche una chiesa *«sancti Rochi loci Fontanae»*. Anche in diocesi di Bergamo si riscontra la tradizionale iconografia rocchiana, costruita su alcuni tratti fondamentali che rendono il santo immediatamente riconoscibile, quali il pellegrino con il bubbone della peste sulla gamba, oltre al cane che fa la sua comparsa alla fine del Quattrocento. Le immagini del santo, venerato da solo o associato alla Vergine o a san Sebastiano,

abbellivano gli altari e le cappelle delle chiese parrocchiali, ma soprattutto di oratori e di piccole chiese periferiche.
Nelle valli bergamasche, più che nel territorio urbano, la devozione a san Rocco si diffuse in modo capillare, tanto da superare quella del ben più popolare patrono sant'Alessandro; la visita pastorale del 1575 testimonia infatti la diffusione del culto prevalentemente in area extra-urbana, soprattutto nella valle Seriana, in modo più specifico nelle pievi di Clusone e di Nembro. Oltre agli edifici sacri, eretti solitamente per volere della comunità o delle autorità ecclesiastiche a testimonianza di un culto istituzionalizzato, profonde dimostrazioni di affetto e gratitudine verso il santo taumaturgo vennero tributate da privati: numerosi furono nel secolo XVI i lasciti testamentari di rappresentanti di famiglie abbienti finalizzati alla conservazione e cura di altari, cappelle e oratori dedicati al santo pellegrino. Altrettanto frequenti erano gli obblighi di celebrare le messe, settimanali o mensili a seconda della consistenza economica del legato, presso altari a lui intitolati. Pure nel periodo successivo il culto di san Rocco non subì flessioni, come dimostrato dai nuovi edifici sacri in suo onore ricordati nelle varie visite pastorali dei successori di san Carlo Borromeo; tra il XVII e il XX secolo sono state create ben quindici parrocchie dedicate a san Rocco (che compare da solo oppure unitamente ad altri santi), di cui dodici ancor oggi esistenti.

BRESCIA

Anche l'indagine sulla diffusione del culto di san Rocco nella diocesi di Brescia è stata svolta da Lidia Motta nella sua tesi di laurea specialistica in Storia dell'Europa moderna e contemporanea (Facoltà di lettere e filosofia e scienze politiche), sempre presso l'Università di Pavia, con riferimento soprattutto alle visite pastorali cinquecentesche. Il caso di Brescia, non considerato nel convegno di Padova del 2004

(«San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto»), si presenta particolarmente interessante per la precocità del culto rispetto ad altre aree limitrofe, oltre che per la sua collocazione politica, compresa nel dominio della Serenissima, in quanto proprio il nobile veneziano Francesco Diedo, podestà della città nell'anno 1478, l'anno seguente pubblicò a Milano la sua *«Vita sancti Rochi»*. Relativamente alle origini del culto emergono subito importanti e significative coincidenze con Voghera, riconosciuta come località dove il nome di san Rocco è documentato per la prima volta (il riferimento è agli *«Statuti Civili e criminali delle Terra di Voghera»* del 1389, redatti da Gian Galeazzo Visconti, dove viene menzionata la festa del santo); nel borgo oltrepadano, in data 28 febbraio 1469, il verbale della riunione del Consiglio Generale registrava l'importante ritrovamento, nella chiesa dell'ospedale di sant'Enrico, *«in quodam onorabili sepulcro in modo archae*, del *corpus santissimi Rochi, omniaque ossa cum omnibus iuncturis et caput integrum in eodem, in modum quod mirabile videtur»*. Voghera riscopriva dunque il pellegrino di Montpellier, di cui l'unica traccia era conservata negli *Statuti*, riscoperta che ebbe risonanza ben al di là dei confini oltrepadani, per interessare nei decenni successivi gran parte dell'Italia settentrionale e raggiungere Venezia. Anche a Brescia, nell'anno 1469, in seguito alla grande moria per la peste avvenuta l'anno precedente, il culto di san Rocco ebbe la sua sanzione ufficiale attraverso una delibera del Consiglio Generale della città, che il 6 giugno stabilì di erigere una chiesa in onore del santo e di celebrarne in perpetuo la festa, il giorno 16 di agosto. In realtà i lavori per la costruzione dell'edificio furono intrapresi circa dieci anni dopo, in quanto, come attestato dal cronista Giacomo Belga, la prima pietra fu posta il 18 marzo 1479, trascorsa l'epidemia del 1478. Nonostante il ritardo nella realizzazione del progetto, resta significativa la data della delibera del Consiglio cittadino, come pure la

fondazione della chiesa, contemporanea all'opera del Diedo.
Nella *Prefazione* l'agiografo espone le motivazioni che l'hanno indotto a scrivere: anzitutto l'intento di esaltare la santità e la gloria di Rocco, uomo straordinario che aveva dedicato l'intera vita ai bisognosi –un modello, quindi– le cui gesta venivano fissate nella scrittura; inoltre la terribile pestilenza che travagliava Brescia e rendeva necessaria la edificazione di una chiesa per il pellegrino cui gli abitanti della città si erano rivolti; la stessa biografia redatta da Diedo si proponeva come un ulteriore voto a ringraziamento dell'intervento del santo. L'edificio sacro, iniziato nel 1479, fu abbattuto nell'anno 1517 e venne ricostruito settant'anni dopo all'interno della città, non lontano dalla chiesa di san Giovanni, per iniziativa della Confraternita di san Rocco; san Carlo Borromeo, nella visita pastorale del febbraio 1580, attestò l'esistenza di un oratorio dedicato al santo vicino alla porta della chiesa di santa Maria della Consolazione, sottoposto alla giurisdizione della cattedrale estiva di san Pietro.
Sicuramente la pubblicazione della *Vita* del Diedo costituì l'occasione per una vasta e decisiva espansione della devozione per il pellegrino di Montpellier nel territorio bresciano; tra l'ultimo quarto del secolo XV e il primo di quello successivo sorsero molti edifici di culto a lui intitolati, circa la metà di quelli presenti sul territorio diocesano nel 1580, anno in cui fu condotta l'ispezione borromaica (precisamente il 51%, grosso modo, nel periodo 1478-1515, il 39% tra il 1515 e il 1575, il 10% negli anni 1575-1580). Circa la metà degli edifici religiosi dedicati a Rocco nel periodo 1478-1580 furono costruiti nell'area montana: si trattava di oratori o santelle, innalzati in tempi brevi, solitamente dalle comunità, per trovare aiuto immediato contro le frequenti epidemie che infestavano le valli. In pianura gli oratori di san Rocco (circa un terzo di quelli presenti sul territorio nel 1580) si distribuivano principalmente nell'area centrale e occidentale, zone

economicamente più floride, caratterizzate dalla presenza di centri popolosi, vicini alla realtà urbana. Ne è testimonianza il fatto che accanto ad oratori di piccole dimensioni esistessero chiese più importanti, sostenute da legati consistenti, fondate sia per volontà del comune sia di famiglie abbienti locali. Meno incisiva l'esistenza di oratori nella bassa orientale, area più povera, come pure nella parte collinare, dove nel 1580 sono attestati meno di trenta edifici intitolati a san Rocco (circa il 20% di quelli rinvenuti nell'intero territorio diocesano), concentrati in particolare nel Sebino e nella Franciacorta.

Ancora una volta, come si è già verificato per altre realtà diocesane, in città il numero delle chiese rocchiane è veramente esiguo. Un'ulteriore osservazione può risultare utile ai fini della nostra indagine: nel 1580 gli edifici dedicati a san Rocco costituiscono circa l'11% sul totale di quelli presenti nella diocesi, con una concentrazione rilevante in Valle Camonica, a seguire Valle Trompia, Valle Sabbia e Riviera, Sebino e Franciacorta. Aggiungiamo un altro dato significativo: alla fine del XVII secolo le parrocchie che includono almeno uno spazio sacro dedicato al nostro santo costituiscono circa il 42% di quelle di tutto il distretto ecclesiastico bresciano.

In diocesi di Brescia molto interessanti si presentano le testimonianze iconografiche, dove san Rocco è rappresentato secondo una casistica diffusa: il pellegrino, provvisto di tunica, mantello, bordone e borraccia, oltre ai tratti caratterizzanti, il bubbone sulla coscia e il cane accucciato ai suoi piedi, con la pagnotta in bocca, oppure nell'atto di leccargli le ferite. Il più antico affresco, datato 1468, si trova nella cripta della chiesa cittadina di sant'Eufemia; per la medesima chiesa nel 1517 il Romanino realizzò una pala d'altare, dove il santo taumaturgo occupa la posizione centrale rispetto ad altri quattro santi, tutti legati all'esercizio della medicina e della carità: Cosma e Damiano, Nicola di Bari e Antonio abate. Lo stesso artista qualche

anno prima, nel 1508-1509, aveva dipinto una tavola intitolata *«Madonna col Bambino e Santi»*, destinata ad ornare uno degli altari della chiesa cittadina di san Giovanni evangelista: al centro compare la Vergine assisa in trono, ed ai lati quattro santi, Maria, Lazzaro, Antonio da Padova e Rocco, ritratto in primo piano sulla destra mentre mostra la ferita. Nella *«Sacra Conversazione»*, realizzata dal medesimo pittore per la cappella di san Rocco nella chiesa di san Francesco di Brescia, il pellegrino di Montpellier si accompagna invece a san Damiano. Anche in due pitture della fine del Quattrocento Rocco è raffigurato con altri santi: nella prima, datata 1490 circa, situata nell'arco presbiterale della chiesa del Corpo di Cristo, è rappresentato con la Vergine in trono e san Sebastiano, mentre nella seconda –il polittico di san Nicola da Tolentino, realizzato da Vicenzo Civerchio per la chiesa agostiniana di san Barnaba– è raffigurato con san Sebastiano. Un famoso pittore bresciano del XVI secolo, il Moretto, eseguì una serie di dipinti relativi al nostro santo: è del primo ventennio del Cinquecento la pala per l'altare di san Martino nella chiesa cittadina di santa Maria delle Grazie, con la beata Vergine col Bambino, san Martino e ai lati san Sebastiano e san Rocco; lo stesso tema viene sviluppato per la piccola pala d'altare di Pralboino, del 1530, con il dipinto *«La Madonna in gloria e i santi Rocco e Sebastiano»*, entrambi disposti in primo piano, uno di fronte all'altro, nella parte inferiore della tela. Il soggetto è ripreso per la pala dell'altare maggiore della chiesa di san Rocco di Manerbio, molto simile alla raffigurazione realizzata dal Cossali per la parrocchia di Alfianello nel 1587.

Anche Vincenzo Foppa, ormai novantenne quando nel 1514 il comune di Orzinuovi gli commissionò uno stendardo per impetrare la fine della peste, si trovò a dipingere su un lato dello stesso alcuni santi, tra cui naturalmente Rocco. Pure nel Pedemonte e nella Franciacorta troviamo

numerosi affreschi rappresentanti san Rocco unitamente a san Sebastiano e sant'Antonio, come nella chiesa di san Rocco di Rovato, o in quelle sempre a lui intitolate di Gavardo e di Clusane.

Particolarmente interessanti, però, appaiono alcune espressioni pittoriche nelle chiese della zona montana, dove evidentemente il culto del santo era più diffuso e di maggiore intensità: il riferimento è a Bagolino, in Valle Sabbia, dove il protettore della peste risulta protagonista di un vasto ciclo pittorico realizzato da Giovan Pietro da Cemmo, a partire dal 1483. Le *«Storie di san Rocco e san Sebastiano»*, affrescate sulle pareti laterali del presbiterio della cappella omonima, comprendono una lunga sequenza di episodi della vita di san Rocco, per la precisione quattordici. La rappresentazione pittorica segue in modo conforme la narrazione di Francesco Diedo, compreso il controverso episodio del concilio di Costanza, quando sotto la minaccia della peste, con l'approvazione dei padri conciliari, si sarebbe svolta per le vie della città una processione con l'immagine del santo: un gesto che secondo il Diedo avrebbe rappresentato la prima autorizzazione al suo culto. Anche in Valle Trompia, precisamente presso l'antica chiesa di sant'Andrea di Concesio, dopo la peste del 1513 venne realizzato un articolato ciclo pittorico, con numerosi episodi della vita di Rocco e Sebastiano.

Già nei primissimi anni ottanta del secolo XV si rinvengono testimonianze iconografiche in Valle Camonica, in particolare nella chiesa di Santa Maria del Corno a Prestine (1480), in Santa Maria *«in Silvis»* a Pisogne, dove sono affrescati una *«Madonna in trono con il Bambino e San Rocco»* (1481) e in san Valentino di Breno, con la raffigurazione dei santi Sebastiano, Valentino, Rocco e Grato (1484). Più interessante si rivela però il ciclo pittorico realizzato nella cappella di san Rocco di Berzo nel 1504: sono documentati cinque episodi della vita del santo di Montpellier, sviluppati parallelamente alle

storie di san Sebastiano, privilegiando il tema della peste e il suo ruolo di guaritore rispetto ad un altro motivo fondamentale della sua vicenda, il pellegrinaggio verso Roma, così che non appare mai in abiti da pellegrino. Ancora nel 1580 nella visita pastorale di san Carlo Borromeo si dava disposizione che la parete sopra l'altare di san Rocco nell'omonima chiesa di Ghignale, *«ex voto et pietatis constructa de anno 1530»*, fosse abbellita *«picturis et imaginibus»* relative alla sua vita.

NICOLA PIONETTI - ELISA BERSANI

SAN ROCCO E SARMATO: GENESI, COSTRUZIONE E RADICAMENTO DI UNA TRADIZIONELOCALE

IL CULTO DI SAN ROCCO A SARMATO

La tradizione che lega la figura di san Rocco a Sarmato, piccolo comune della provincia di Piacenza che aspira ad essere uno dei centri del culto rocchiano, ha una legittimazione problematica sotto il profilo documentale, ed ampiamente tarda sotto quello cronologico.

In nessuna delle *Vitae* più antiche di san Rocco, piuttosto dense di intenti agiografici, ovvero quelle del Quattrocento e della prima metà del Cinquecento, si parla di Sarmato come luogo che il Santo, colpito dalla peste, avrebbe raggiunto dopo essersi allontanato da Piacenza. La *Vita Sancti Rochi* scritta dal veneziano Francesco Diedo e pubblicata nel 1479, secondo alcune ricerche la più antica di cui si disponga, parla di un bosco non meglio precisato vicino a Piacenza – *"ad nemus urbi vicinum"* – mentre la *Vita* riportata negli *Acta Breviora* (1483) indica il rifugio del santo *"non longe a Placentia* e *in quamdam desertae vallis silvam"*. La vaghezza di questi riferimenti nonché gli scostamenti che esistono al riguardo tra le varie *Vitae* di san Rocco, mettono in crisi, a nostro avviso, ogni successivo tentativo di specificare meglio in Sarmato o in qualsiasi altro luogo il passaggio di san Rocco. Se ci si impegna su uno specifico luogo, ci si imbatte in difficoltà: Sarmato si trova "non distante da Piacenza"? Antonio Maurino, studioso impegnato della figura di san Rocco, che presta fede alla tradizione piacentina, ritiene che Sarmato, distando da Piacenza ben diciassette chilometri, non possa essere identificato

come il luogo del rifugio del Santo, per l'eccessiva distanza che avrebbe dovuto percorrere Rocco colpito dalla peste. Ancora, si può forse dire che Sarmato fosse, nel Trecento, *"in una valle deserta"* o disabitata?

Queste antiche agiografie, oltre a mantenere nel vago il luogo del ritiro del Santo, non sono più esplicite nell'identificare il suo compagno, ovvero Gottardo. La tradizione, per come c'è giunta, lo vuole appartenente alla famiglia dei Pallastrelli, proprietaria del castello e delle terre di Sarmato certamente nella prima metà del Trecento. In realtà sempre le *Vitae* più antiche non legittimano questa identificazione, poiché fanno riferimento solo al nome *Gottardo*, dicendo che egli faceva parte di una ricca famiglia locale, convinto poi dall'*exemplum sanctitatis* di Rocco a lasciare tutti i suoi beni per una vita di povertà e di devozione: naturalmente si tratta di un *topos*, cioè di un luogo comune, dell'agiografia medievale. Peraltro la *Vita sancti Rochi* di mons. Jean de Pins, ambasciatore di Francia a Venezia, pubblicata nel 1516, assegna a Gottardo il cognome *Colombo*, contrastando con la versione tradizionale.

La "localizzazione" del luogo del ritiro in Sarmato è del tardo Cinquecento; è dovuta a Federico Scotti, conte del ramo di Sarmato, dottore e giurista, nonché votato in belle lettere, che in un *carmen* pubblicato nel 1580 rivendica esplicitamente, fin dal titolo stesso, la *"Sarmatesità"* di san Rocco; tale ode, intitolata *"Ad Divum Rochum Sarmaticum"*, passando in rassegna un po' tutta la tradizione piacentina, cerca di mettere in luce Sarmato come luogo del rifugio del Santo e della vicenda del cane. Riportiamo alcuni stralci significativi del componimento.

Sarmatum multa prece supplicantis Rustici victus tamen ex Olympo
Respicis summo: tibi nec dicatas Despicis aras.
Caereo septas, radios iuvare Solis ut plebes videatur ipsa Velle, tam

crebro: varioq. fulvi Vase metalli:
Hoc memor te olim iacuisse campo De via fessum tibi & indigenti
Ore correptam Cererem attulisse Crebrà Catellum,
Quo Palaestellûm domus obtinebat Tempore hanc sedem domui
relictam Post meae, ut tanquam decus ignis esset Omne parentum [..]
Oltre ad essere interessante in quanto prima conferma, seppur indiretta, della devozione verso il santo già nel 1580 – *"tibi nec dicatas despicis aras"* – essa fa riferimento alla presenza a Sarmato di una *capanna di san Rocco*, il luogo di rifugio del santo, e probabilmente già luogo di culto. Significativo è poi il richiamo alla famiglia Pallastrelli, indicata come proprietaria, all'epoca delle note vicende sarmatesi, del sito del tugurio in cui il santo si trovava. Manca tuttavia un riferimento esplicito a Gottardo Pallastrelli, per cui è lecito giudicare l'ode di Federico Scotti come uno stadio intermedio nella elaborazione testuale della tradizione locale. Non manca nella versione dell'ode un ulteriore *topos* agiografico: il bordone del Santo piantato a terra si sarebbe trasformato in un rigoglioso pero che si sarebbe poi essiccato a causa dei delitti e degli stupri perpetrati nel luogo, provocando la morte dell'albero e il venir meno della benevolenza del santo per Sarmato.
L'elaborazione in qualche modo definitiva della tradizione rocchiana piacentina, che sanziona con autorità, in Sarmato il *luogo* di san Rocco, è indubbiamente dovuta al canonico piacentino Pier Maria Campi, che nella sua *Historia Ecclesiastica di Piacenza*, del 1662, si impegna ad offrire ad un culto ormai radicato una più solida base d'appoggio. L'intento del Campi è di salvare la tradizione agiografica locale dal rigore imposto a sé stessa dalla Chiesa dopo il Concilio di Trento, che richiedeva oltre ad una riorganizzazione capillare nel territorio, il rifiuto di pratiche e credenze non ufficiali.
Riportiamo gli stralci del testo del Campi relativi a Sarmato.

"*Quanto poi alla peste, certo è, che in detto anno 1322, in Piacenza fu l'avventurosa venuta del glorioso San Rocco, nobilissimo francese di Mompolieri, dopo d'essere stato in molti pellegrinaggi, & haver in Roma, & in altri luoghi d'Italia risanati varij infermi appestati, liberò ancora il Contado, e la Città nostra da simil contagio malamente vessata* [..] *Quindi col suo bastone in mano il meglio, che potè, condottosi alla porta di strà levata, che và verso il Piemonte, dopo passata la Chiesa di S. Antonio, anzichè riposarsi nell'hospitale di essa, si fermò quivi in un luogo vicino aperto, ò capanna, che fosse, detta la casa di Rocco (non già per questa dimora di esso San Rocco, come alcuni stimano; ma per altro rispetto da quello, che di sopra notammo, così addimandata) nè senza misterio, in quella guisa, che nella terra di Betlemme, interpretata casa di pane, nascer vi volle, che di se stesso dicea: Io sono il pane vivo, che discesi dal Cielo. Hor d'indi valicata la Trebbia, pervenne il buon huomo dopo molto camino, che interrottamente, e con gran pena facea, al villaggio di Sarmato (Castello in tai dì de' Pallastrelli, hoggi de' Conti Scotti) & ivi in una selva sotto fronzuti alberi fece alcuni giorni sua stanza; quando egli nel solo aiuto di Dio havendo piena fiducia, fu dal Padre celeste miracolosamente scoperto al padrone, e Signore del luogo, ch'era Gottardo Pallastrelli, per via d'una cane da caccia, che ognidì levando dalla mensa di quello un pane, lo portava nel bosco a Rocco; e ne seguirono poscia i maravigliosi accidenti, che nell'historia, ò vita di San Rocco si leggono, e noi in quella di San Gottardo rapportati habbiamo: avvengache in particolare, tra i segnalati effetti della superna providenza, adoperati allhora in favore de' Piacentini, mediante la venuta del piissimo Rocco; uno fu la total mutatione di Gottardo, il quale per l'essempio, & avvisi del memorato Rocco, con cui si trattenne alcun tempo, abbandonò egli ancora le ricchezze, e tutti gli agi del mondo, e Santo divenne"*.

"[..] *da varij popoli vennero al detto Santo dedicate Chiese, e Capelle; & i piacentini non furono degli ultimi spetialmente sul territorio nei luoghi visitati dal Santo, e da esso con singolari gratie più degli altri segnalati: dico in Caorso, in Corvara, & in Sarmato;* [..] *in Sarmato; oltre il tugurio del Santo nella selva, convertito in una Chiesa; due altri spetiali miracoli adoperati, cioè d'un altro fonte che egli in detto luogo parimenti fé sorgere; e del bastone piantati ivi da lui in terra, e divenuto fin'allhora albero fruttifero a guisa di quelli di San Christoforo, e di San Gregorio Taumaturgo: producitor di peri di squisito sapore, mà nella notte sola precedente la festa di San Rocco"*.
Questa è appunto la versione classica della tradizione, la sua elaborazione terminale e di maggior successo, con la quale tutte le successive rielaborazioni locali si sono confrontate sia condividendola ed amplificandola, sia criticandola. Andiamo con ordine. Le fonti alle quali Campi fa riferimento nel passo citato sono: la *Vita sancti Rochi* di mons. Jean De Pins (1516), l'ode del conte Federico Scotti – che peraltro egli riporta parzialmente nella sua *Historia* – ed una *Vita di san Rocho* scritta da Bartolomeo Bagarotti, pubblicata in Piacenza nel 1525. La prima non parla di Sarmato ed afferma, come già detto, che Gottardo era della famiglia Colombo. La seconda, che in parte abbiamo riprodotto più sopra, ben difficilmente si può considerare una fonte attendibile sulla vicenda di san Rocco a Sarmato, avendo un valore puramente letterario; ci fornisce qualche indicazione sulla tradizione locale, ma trattarla come documento è inaccettabile.
Sull'altra fonte, la *Vita* del Bagarotti, sospendere il giudizio è almeno opportuno. Questa *Vita* non è mai stata ritrovata, e la sua esistenza è stata messa in dubbio, in particolare, dal Cerri, mentre altri studiosi come Tononi e Maurino sono più clementi al riguardo, anche considerando il fatto che ad essa fanno riferimento, seppur mai citandola direttamente, sia Pier Maria Campi che Cristoforo Poggiali,

nelle sue *Memorie Storiche di Piacenza* del 1756. Resta comunque dubbia la fondatezza di una *Vita* così tarda che (se esistente) probabilmente sarebbe improntata ad uno spirito più agiografico che storico. Quindi Campi, nella sua *Historia Ecclesiastica*, fa una operazione un po' rapsodica di cucitura di tradizioni locali, facendo riferimento alla loro versione letteraria operata dal conte Federico Scotti per sanzionare un culto già radicato nel territorio, elevando Sarmato, con Caorso e Croara, a luogo di passagio di san Rocco, e scartando altri luoghi, "confermando" il tutto con una *Vita* del 1525 che non ci è pervenuta. Così considerate le asserzioni del Campi non si possono ritenere attendibili per la loro mancanza di appoggio documentale, ma sono piuttosto un tentativo di dare linearità e chiarezza nei riferimenti alla tradizione pervenutagli.

Comunque sia Sarmato è per il Campi il luogo del rifugio di san Rocco. Il *restyling* agiografico operato dall'autore della *Historia Ecclesiastica* non manca di dare un cognome a quel Gottardo indicato dalla tradizione come il compagno del Santo, e quindi egli diventa Gottardo Pallastrelli. A conclusioni severe a riguardo è giunto lo studioso Giorgio Fiori, il quale, in sintesi, ha sostenuto che dai documenti del Trecento, che non sono scarsi, benchè sia certa la presenza dei Pallastrelli come proprietari del castello e delle terre di Sarmato, non risulta che alcun membro di questa famiglia si chiamasse Gottardo. Il Campi nel testo riportato rimanda poi ad una sua *Vita di San Gottardo* per quanto riguarda le vicende di Sarmato, ma tale testo, anch'esso non ritrovato, a detta dell'autore riporterebbe il contenuto della *Vita* del Bagarotti, testo di cui si è già parlato. La tradizione campiana fa appunto di Gottardo Pallastrelli un santo che, illuminato dall'esempio di Rocco, si sarebbe dato al pellegrinaggio dopo aver lasciato i suoi beni: la sua canonizzazione comunque non risulta. Un'ultima osservazione sul lavoro del Campi:

egli incontra meno difficoltà ad identificare Gottardo come un Pallastrelli, perché accettando la vecchia cronologia della vita di san Rocco, ritiene che questi arrivò a Piacenza del 1322, anno in cui certamente la famiglia Pallastrelli teneva Sarmato e le sue terre. A difficoltà più serie va incontro il preteso soggiorno sarmatese del Santo se, come pare storiograficamente più opportuno, si accetta la nuova cronologia, e dunque l'anno 1371 al posto del 1322; se la famiglia Pallastrelli aveva già alienato Sarmato tra il 1348 e il 1363, è evidente che si creerebbe una discrasia di almeno otto anni tra l'arrivo di san Rocco a Piacenza e la possibile presenza di un conte Pallastrelli che fosse signore e proprietario delle terre di Sarmato.

Agli inizi del Settecento, è un prestigioso esponente del collegio dei Bollandisti – gli autori delle *Vite dei Santi* che sistematizzano il patrimonio agiografico della Chiesa – il gesuita Daniel Papebroech, ad accettare come attendibile Sarmato e la tradizione piacentina ormai codificata. Il peso di tanta autorità naturalmente si trasferisce sulla credibilità di tale tradizione che, come evidenziato, ha origini strettamente locali.

Come ultimo citiamo l'autore piacentino delle *Memorie Storiche della città di Piacenza*, Cristoforo Poggiali, che assume un atteggiamento critico nei confronti della tradizione locale, pur non giungendo a metterne radicalmente in dubbio l'attendibilità, anche in conseguenza del riconoscimento ufficiale del Papebroech. Riportiamo qui di seguito, allora, una parte del testo del Poggiali.

"*Abbiamo storici i quali asseriscono, che, oltre al flagelo della guerra, e delle civili discordie, sperimentarono i Piacentini nell'Anno presente* [1322] *eziandio i gravissimi della pestilenza, e della carestia; mali, che d'ordinario vanno ad essa guerra congiunti, o si seguitano l'un l'altro con brieve intervallo, e, che liberati ne furono a un tempo stesso per intercessione 'del glorioso S. Rocco, nobilissimo Franzese di*

Montpellier' [..] *che passato quindi come meglio potè, ne' boschi vicini a Sarmato, Castello, dicono quegli Scrittori, allora spettante alla nobile famiglia de' Pallastrelli, vi si fermò alquanti giorni, fino a che, miracolosamente scoperto da un giovane Cavaliere di quella famiglia, il quale Gottardo appellavasi, e nel proprio Palagio caritatevolmente raccolto, con le sante esortazioni sue indusse quel generoso Cavaliere ad abbandonare il Mondo, e ritirarsi in paesi ignoti, e lontani, ove piamente credesi, dopo parecchi Anni di eremitica vita, santamente morisse* [..]

Vorrei, che ben fondata egualmente fosse la santità comunemente attribuita a quell'illistre di lui discepolo [Gottardo], *e nostro Concittadino; ma su questo particolare confessar dovette il Campi medesimo, 'che saper non possiamo né il luogo, né la provincia, né il tempo, né la maniera del suo ultimo fine; eccetto che si continua in una ferma credenza, ch'egli morendo santamente, fosse nel numero de' Santi in Cielo accolto' Egli confesserebbe egualmente, se fosse vivo oggidì, malamente essersi apposto chi il primo fissò il passagio di S. Rocco pel Piacentino al presente anno 1322; imperocchè fra moltissimi Scrittori, e Cronisti del Secolo quartodecimo, che abbiamo presentemente alle stampe, non v'ha pur uno, il quale noti peste, o contagio, o somiglievole altro malore in Lombardia, o in Italia sotto quest'Anno, né sottoveruno de' precedenti, o susseguenti, dall'Anno 1315, fino al 1340"*.

Come è evidente dalla lettura dell'intero testo del Poggiali, egli sembra non volersi impegnare direttamente su molti dei punti sui quali l'autore della *Historia Ecclesiastica* si sbilancia, relegando la loro credibilità nel dominio del *"dicunt"*. Puntuale e condivisa dalla nuova storiografia rocchiana è la critica cronologica del Poggiali stesso: il 1322 non può essere l'anno di arrivo di san Rocco nel piacentino perché non è registrata alcuna pestilenza o contagio diffuso. Ma

abbandonare questa data per spostarla decisamente più avanti, comporta i già citati problemi per la tradizione sarmatese. Concludendo, la tradizione che lega san Rocco a Sarmato, come ad altri specifici luoghi del piacentino (che come mostrato è frutto di successive rielaborazioni), ha una costruzione nel tempo abbastanza tarda, rispetto alle vicende trecentesche di san Rocco, e pertanto si imbatte in notevoli problemi storiografici chi si impegna nel "dimostrarne" l'attendibilità su di un piano rigorosamente storico. Non è peraltro questo il tipo di approccio più opportuno per una tradizione agiografica strettamente locale; essa vale comunque come *"parola-tramandata"*, benchè nella formulazione in cui ci è pervenuta affondi le sue radici più nell'intento – *bona fide* – costruttivo del Campi, che nei documenti del Trecento.

Gottardo, il cane di san Rocco, la fonte miracolosa, il rifugio nel bosco. sono questi i luoghi ed i personaggi protagonisti degli episodi di una tradizione che nella sua forma "classica" non ha subito ulteriori rielaborazioni, giungendo dal Seicento sostanzialmente integra fino ad oggi.

L'ORATORIO DI SAN ROCCO IN SARMATO

LA CHIESA.

La Chiesa di San Rocco a Sarmato si trova in fondo ad una stradina alberata, a pochi passi dalla chiesa collegiata locale, intitolata a Santa Maria.

Paradossalmente, infatti, la chiesa dedicata al santo *sarmatese* per eccellenza non è la chiesa principale del paese, e altrettanto paradossalmente la distanza tra i due edifici di culto è pochissima, quasi a indicare la riconosciuta autorità della chiesa di San Rocco, e insieme la sua natura singolare, legata ad un culto che nelle origini e nei modi rivendica una sua particolarità, una sua individualità.

Forte infatti è la "gelosia" per il culto e la devozione a san Rocco, ritenuto consustanziale a Sarmato stessa, elemento distintivo della religiosità locale.

La facciata della chiesa testimonia il gusto classicheggiante dei restauri, l'ultimo dei quali risale solo al 2005, e l'interno, sobrio e raccolto, fornisce in effetti pochi elementi puramente archeologici per lo studio dell'edificio, in pratica totalmente reimpostato in chiave neoclassica.

A livello documentario, la primissima testimonianza di un luogo di culto dedicato a san Rocco in quel di Sarmato è quella, già citata, di Federico Scotti (fine XVI secolo), al quale fa seguito il Campi, e dal 1658 compaiono le visite pastorali, susseguitesi con una certa regolarità.

Tuttavia, nessuno di questi elementi è utile a tratteggiare storicamente le origini dell'oratorio e la data della sua fondazione. Pertanto, la mancanza parziale di fonti documentarie e totale di studi stratigrafici impedisce di muoversi con sicurezza nella formulazione di ipotesi sulla nascita di questa chiesa.

Una delle poche notizie certe è la data di ricostruzione della chiesa: 1681, come riportato nella relazione del 1776 del Parroco di Sarmato. Fermandosi però a ciò che si vede, e che quindi non è soggetto a interpretazioni, scopriamo come nel raggio di poche decine di metri siano raccolti i tre elementi del culto del santo taumaturgo: l'*oratorio*, cioè la chiesa di San Rocco; la *grotta* di San Rocco, sul lato esterno sinistro della chiesa; la *fontana* di San Rocco.

La grotta con la statua del santo e del cane di Gottardo Pallastrelli, piena di ex-voto, è in pratica una nicchia nella parete della chiesa, bassa e angusta, che dovrebbe essere il luogo effettivo dove san Rocco si è fermato e ha pregato, dopo essere stato scacciato da Piacenza.

La fontana, invece, si trova in un campo, a poca distanza dalle proprietà dei conti Zanardi Landi, e lega in culto di san Rocco a quello delle acque.
Le tre strutture sono indissolubilmente collegate: tutte le tradizioni concordano su questo punto.

LE VISITE PASTORALI (1658-1828).

Le visite pastorali all'oratorio di Sarmato coprono un arco di circa due secoli, nei quali il suo ruolo di centro religioso va definendosi e consolidandosi: *visita Giuseppe Zandemaria* (1658), *visita Barni* (1692), *visita Cristiani* (1762), *visita Pisani* (1776), *visita Cerati* (1789), *visita Scribani-Rossi* (1818), *visita Loschi* (1828). Le visite pastorali sono molto utili per ricostruire la storia della chiesa di San Rocco nel momento a loro contemporaneo, ma poco interessanti per una ricerca sulla fondazione dell'edificio di culto. Tuttavia, data la carenza di fonti di prima mano, è necessario accontentarsi, ed estrapolare il maggior numero di informazioni possibile.
I primi documenti, quelli del XVII secolo, sono in pessime condizioni e difficilmente leggibili; il primo ed unico abbastanza interessante è quello relativo alla visita Pisani, nel 1776, che in effetti riunisce e completa i contenuti delle visite precedenti. La data di fondazione della chiesa non viene precisata, ma viene sottolineata la sua estrema antichità.
L'edificio viene descritto piuttosto grande, intonacato, con soffitto a volta ed un capiente coro. Era presente inoltre una statua raffigurante il santo in posizione però giudicata *"indecens"* – e quindi cambiata – come si evince dalla visita Loschi (1828), che la definisce elegante.
Alla destra dell'oratorio esistevano due stanze che, apprendiamo dalla visita Cristiani (1762), ospitavano l'eremita della chiesa, Pietro

Cervini, un vero asceta; ma nel 1776 queste stesse stanze venivano descritte come dimora del cappellano.
Concludendo, le informazioni basate sulle visite pastorali alla chiesa di San Rocco non sono sufficienti ad illuminarci sulle sue origini, ma ci forniscono scorci interessanti su un culto profondamente sentito e radicato nella cultura locale, tuttora vivo e presente nella vita quotidiana di Sarmato.

LA FONTANA DI SAN ROCCO E IL CULTO DELLE ACQUE.

A questo punto è interessante aprire una piccola parentesi su quella che potrebbe essere un'evoluzione particolare di un determinato tipo di devozione *popolare:* il culto delle acque.
Chiunque si sposti nella provincia di Piacenza (e non solo) trova una grande quantità di sorgenti, fontane e brevi corsi d'acqua collegati alla figura della Vergine; infatti, fin dalle origini della religiosità cristiana, Maria è sempre stata associata all'acqua, alla vita che si purifica e che si rinnova.
Si tratta di un elemento atavico, un retaggio pagano che si manifesta nella intitolazione a Maria di molte chiese con funzione *plebana*, cioè con il compito di conferire il battesimo, il sacramento dell'acqua; questo sembra avvenire anche per la chiesa di Sarmato, Santa Maria. E così si torna al centro della questione.
Arcipretura dal XVI secolo, la chiesa assunse le funzioni di collegiata (*chiesa-madre* cui facevano riferimento altri centri di culto circostanti, tra i quali l'oratorio di San Rocco) e soprattutto di *pieve*, cioè di luogo dove si andava a ricevere il battesimo.
La sua dedica, la sua funzione, il suo ruolo, fanno pensare all'esistenza, anche in questa zona, di una devozione originaria legata all'acqua; la non distante fontana sembra conferire maggiore verosimiglianza a questa ipotesi. L'unico elemento che stona è il

fatto che la suddetta fontana è dedicata a san Rocco, non a Maria; era il luogo dove il santo amava ritirarsi per raccogliere i pensieri, stando alla tradizione. Questo potrebbe voler dire due cose:

- il culto del santo taumaturgo si è sovrapposto a quello della Vergine per quanto riguarda il legame con l'acqua;
- la nascita del culto di san Rocco a Sarmato ha portato *in seguito* alla devozione per l'acqua, che potrebbe essere interpretata come elisir di salvezza contro la peste o altre malattie.

Le prove ad avvalorare la prima ipotesi sono la dedica della chiesa principale del paese e la sua funzione *plebana*, a suffragio della seconda ci sarebbe il fatto che non esistono testimonianze effettive di un culto delle acque legato a Maria a Sarmato. Potrebbe esistere una terza via, sintesi tra le due congetture, che vedrebbe un legame ininterrotto tra la religiosità originaria, popolare, che si evolve fino ad arrivare alla "esclusivizzazione" di un culto, di un santo tutto *sarmatese*. In mancanza di dati certi e definitivi, non si può fare altro che muoversi a tentoni nel campo del possibile.

La figura fortemente simbolica di san Rocco (santo pellegrino e taumaturgo), la sua leggenda, la tradizione, la devozione, sono elementi che delineano i tratti di una *visione del mondo* che difende la sua particolarità, data dall'essere un luogo di passaggio e di confine, vicino alla *Via Francigena* e al Po, sul confine emiliano della grande pianura.

Qualunque cosa si pensi a proposito di questa controversa figura, san Rocco è diventato consustanziale a Sarmato, e ormai è parte della sua stessa identità storica.

DANIELE TOMASINI

BREVI NOTE SUL TRANSITO PIACENTINO DI SAN ROCCO E SUL CULTO A CAORSO

Dante Alighieri, nella sua opera *La Vita Nova*, ci narra di folle sterminate di pellegrini che all'alba del XIV secolo partivano in massa verso i luoghi santi come San Giacomo di Compostella, Roma e Gerusalemme. Qui il sommo poeta ricorda che i pellegrini si potevano intendere in due modi, uno largo ed uno stretto: *"In largo, in quanto è peregrino chiunque è fuori dalla sua Patria; in modo stretto non si intende peregrino se non chi va verso la casa di S. Jacopo (S. Giacomo di Compostella)";* quanti vanno oltremare (a Gerusalemme) sono detti *palmieri*, in quanto molte volte recano la palma; i pellegrini che si recano a Roma sono detti invece *romei*.

Come si evince dall'iconografia medievale, l'abbigliamento classico del pellegrino era costituito dal *bordone* (robusto bastone di legno, simbolo di fede), dalla *bisaccia* (simbolo di speranza) e dalla *schiavina* (veste di ruvido tessuto su cui stava cucita una croce, simbolo della carità). Un cappello a larghe tese per proteggersi dal sole e dall'acqua sarà poi l'altro segno di distinzione dei pellegrini.

San Rocco, che secondo gli *Acta Breviora* e la *Vita Sancti Rochi* stesa nel 1479 dal veneziano Francesco Diedo, nacque a Montpellier capoluogo della Linguadoca, fu dunque un *romeo*. Infatti, dopo esser rimasto orfano in giovane età e dopo aver distribuito in elemosina (sull'esempio di san Francesco) il patrimonio paterno, lasciò la *"Franza Patria sua"* per un pellegrinaggio a Roma.

Rocco, il cui nome per alcuni potrebbe essere una trasformazione del

cognome dell'antica famiglia di Montpellier dei *Roctch* (un'ipotesi oggi pressoché tralasciata dagli storici), una volta giunto ad Acquapendente, cittadina laziale posta sulla *Via Francigena* ed in quel tempo nota per il miracolo del 1166 della Madonna del Fiore, si pose da subito al servizio degli appestati, i quali per primi ne sperimentarono la taumaturgica potenza.

E' noto che la peste nera, nel XIV secolo, fu flagello di estensione europea. La malattia, all'inizio del Trecento, scoppiò dapprima in Crimea per poi diffondersi per via mare (attraverso i ratti e le pulci) in tutto il Mediterraneo e di qui anche verso le regioni dell'Europa settentrionale e occidentale. Alcune piccole comunità subirono addirittura l'estinzione totale. In tutta Europa si arrivò a perdere circa un terzo di tutta la popolazione. Parlando in generale degli indizi del contagio, il Fracastoro scriveva: *"Spesso ti darà un triste augurio un piccolo topo che nessun amore potè tenere nelle profondità della terra"*.

Rocco, dopo aver prestato la sua opera di assistenza ai malati di peste ad Acquapendente, passò in seguito a Cesena al fine di compiere lo stesso ufficio caritativo e di qui a Roma, ove guarì un cardinale.

Nell'urbe Rocco si trattenne per tre anni dedicandosi ai poveri ed agli appestati. È noto che, durante le pestilenze, gran parte dei medici, in specie i più quotati, temendo di infettarsi si allontanavano dai luoghi di contagio; lo si evince da un documento del 1348, dove si ordina ai medici fuggiti di tornare in città *"quia civitas nostra multum deffectum portat in facto infirmorum occasione medicorum qui exiverunt"*. Gran parte degli ammalati si affidò pertanto a Rocco, il quale, con pietà e magari con l'aiuto di qualche infuso, balsamo o erbe solutive (molto diffusa al tempo della peste era anche *"la polvere di rospo seccato sotto il camino col capo all'ingiù")*, cercava di andare incontro

cristianamente alle aspettative degli appestati, i quali ricambiavano con fervente stima e riconoscenza.

In seguito, sempre per gli stessi uffici caritativi, il pellegrino di Montpellier si recò a Rimini, a Novara e a Piacenza dove, colto a sua volta dalla peste, si allontanò dalla città per vivere nascosto nella campagna vicina. Fu allora che venne raccolto e curato fino alla guarigione dal nobile piacentino Gottardo Pallastrelli.

Ma affidiamoci ora alla testimonianza stesa da Cristoforo Poggiali sulla situazione a Piacenza in occasione della venuta di san Rocco in città. *"Abbiamo storici, i quali asserirono, che, oltre al flagello della guerra e delle civili discordie, sperimentarono i piacentini nell'anno presente pestilenza e carestia; mali che d'ordinario vanno alla guerra congiunti, o si seguono l'un l'altro con breve intervallo, e, che liberati ne furono, a un tempo stesso per intercessione del glorioso S. Rocco, nobilissimo franzese di Montpellier. Ritornando Egli quell'anno da Roma in arredo di povero pellegrino, illustrò con vari e stupendi miracoli parecchi territori del nostro distretto; e la terra specialmente di Caorso, dove istantaneamente risanò buon numero di appestati; che appena entrato in città si portò alla chiesa di S. Maria di Betlemme, ove davanti a un'antica immagine di Nostra Donna caldamente pregando per la liberazione del popolo piacentino da tanti e si tremendi castighi, si udì dalla stessa rispondere;*

Rocco Servo di Dio l'orazione tua sarà esaudita; che alloggiando nel vicino ospedale, detto finalmente di S. Maria di Betlemme (là posto a quei tempi, dove oggidì vediamo alquante casupole con un cortile annesso, di rincontro al monastero di S. Maria della Neve, e al vicolo, che conduce in Guastafredda) fu quivi attaccato anch'Egli dal pestifero malore in una coscia, con tale, e si intenso spasimo, che per le grida, che altissime mandava, con disturbo degli altri infermi, dovettero gli ospedalieri fuor di quel pio luogo scacciarlo: che passato quindi come

meglio poté né boschi vicino a Sarmato castello allora spettante alla nobile famiglia dé Pallastrelli, vi si fermò alquanti giorni, fino a che, miracolosamente scoperto da un giovane cavaliere di quella famiglia, il quale Gottardo appellavasi, e nel proprio palagio caritatevolmente raccolto, con le sante esortazioni sue indusse quel generoso cavaliere ad abbandonare il mondo e ritirarsi in paesi ignoti e lontani ove piamente credesi che, dopo parecchi anni di eremitica vita, santamente morisse (imperrocché anch'egli presso noi onorato viene quel santo con altari a Lui dedicati)".

Il Poggiali, rifacendosi ad altri autori (come ad esempio il conte Federigo Scotti, *"Ode Ad divum Rochum Sarmaticum")* asserisce che san Rocco fece altresì miracolosamente scaturire una fonte "*nel luogo di Corvara, ove una fontana vedesi anche a dì nostri presso la chiesa di S. Maria di detto luogo, e fontana appellasi di S. Rocco, del bordoncello dallo stesso piantato in terra nel villaggio di Sarmato, che in un istante diventò un verde e grosso albero di pera, il quale frutti produceva squisiti, e contro ogni sorta di malattie efficacissimi, maturandoli, per colmo di meraviglia, tutti a un tratto, cioè nella sola notte antecedente il 16 agosto, dì consacrato a quel Santo; l'albero medesimo si mantenne in essere e verdeggiante sempre, è fruttifero ogni anno infin al tempo dé nostri avoli; ma poi per certi delitti (oh cosa nefanda e degna di lagrime) di un omicidio commessovi, e di una vergine ivi rapita e violata in occasione delle vigilie, che in onore, e per la festa del Santo vi si facevano, l'albero si seccò immantinente né mai più fece frutti".*

Anche il canonico Campi nella sua *Storia Ecclesiastica* non manca di citare san Rocco, asserendo che Piacenza a Lui deve la liberazione non solo dalla peste ma anche "*dalla tirannide del Visconti (Signore di Milano) e da altri molti mali".*

Sulla certezza del transito di san Rocco a Caorso e nel territorio

piacentino la tradizione plurisecolare è talmente ostinata che è difficile trovare argomenti contrari al suo passaggio. Sulla radicatissima devozione di san Rocco a Caorso invece non ci sono dubbi; del resto è sufficiente guardare agli antichissimi affreschi interni alla locale chiesa parrocchiale, quando san Rocco lo si raffigurava ancora senza cane.

In Caorso fa memoria anche la cosiddetta *Casa di san Rocco*, sorgente proprio a lato della chiesa di Santa Maria, e l'antica *Confraternita di San Rocco*, la cui fondazione si perde nel tempo: il documento più antico nel quale se ne parla risale al 30 luglio 1581, quando il marchese Bernardino Mandelli (signore del luogo) donò alla Confraternita una reliquia del Santo di Monpellier. Il priore che l'accettò fu un certo Lombardo Bordoni ed il Maestro dei novizi Bettino de' Trazijis.

Nel XIX secolo il culto di san Rocco nella "bassa" crebbe a seguito delle epidemie di vaiolo e di colera, tanto che anche il grande compositore Giuseppe Verdi non mancò nelle sue lettere di citare san Rocco.

POSTILLA FINALE

A proposito di san Gottardo, nelle cronache del 1525 *Ad Divum Rochum Sarmaticum*, si narra *"che il glorioso S. Rocco, nobilissimo francese di Montpellier, di ritorno da Roma passasse nel 1322 a Piacenza e poscia riparasse nelle boscaglie in vicinanza di Sarmato, ove venne scoperto dal nobile Gottardo Pallastrelli, signore del luogo, il quale caritatevolmente lo accolse nel proprio castello; le esortazioni del santo lo indussero ad abbandonare il mondo e a farsi eremita in paesi ignoti e lontani, dopo aver donato ai poveri il prodotto dé suoi beni. Prima però di abbandonare la patria, volle lasciare duraturo ricordo a suoi concittadini del santo suo maestro e la di lui effige insieme alla*

propria in atto devoto, dipinse nella chiesa di Santa Maria in Betlemme, ora detta di S. Anna in Piacenza, accanto ad una vecchia immagine di Maria Vergine".

EUGENIO GENTILE

NOTE SUL CULTO DI SAN ROCCO A ROTTOFRENO

IL VIAGGIO DI SAN ROCCO

Rocco nasce in Francia, a Montpellier, nel XIV secolo, probabilmente da genitori agiati che perde in giovane età; distribuisce ai poveri quello che ha e poi s'incammina pellegrino verso Roma.

Due, fondamentalmente, sono i dati certi della sua «biografia»: l'Italia e la peste. Egli giunge, infatti, in luoghi colpiti dal contagio, che a metà Trecento, col nome di Peste Nera, devasta l'intera Europa. Prima di giungere a Roma, ove rimane tre anni, si ferma a Cesena e a Rimini occupandosi di malati, che a volte neppure i parenti vogliono assistere. Anche il ritorno da Roma è interrotto da un'epidemia, scoppiata a Piacenza. Rocco vi si ferma, viene contagiato e pertanto si trascina lungo la via che conduce a Sarmato, fermandosi nelle località che incontra; alla fine trova un rifugio naturale, ove attende di morire in solitudine.

È qui che entra in scena il cane, che tanti artisti dipingeranno al suo fianco. Qui però non sembra il caso di ricorrere ai miracoli; secondo la sua natura, il cane attira l'attenzione del padrone della zona, il nobile Gottardo, sullo sconosciuto giacente nella capanna. Gottardo dapprima è intimorito dalla gravità del male, ma poi non si perde d'animo e, illuminato dalla grazia divina, accudisce Rocco fino alla sua guarigione.

Il Santo cerca di tornare a Montpellier, ma viene arrestato lungo il cammino; imprigionato, muore all'età di trentadue anni, il 16 agosto di un anno imprecisato, presumibilmente tra il 1376 ed il 1379 3. La

devozione popolare lo colloca ben presto nel novero dei santi, come patrono dei malati, degli invalidi e dei prigionieri; la «canonizzazione» ufficiale della Chiesa non è storicamente accertata, ma la si ricava indirettamente da una serie di atti pontifici.

IL RICORDO DI SAN ROCCO A ROTTOFRENO

Le opere che ricordano il passaggio di san Rocco nel variegato territorio del comune di Rottofreno sono custodite principalmente presso la chiesa parrocchiale di San Nicolò, ove troviamo due statue.
La prima, risalente al XVII secolo, è in legno scolpito, stuccato e dipinto. Il Santo è rappresentato come un pellegrino, con il mantello, la bisaccia ed il bastone; ai suoi piedi c'è il cane che si protende verso di lui, per porgergli una pagnotta.
Questa statua è ora collocata in una nicchia circondata da una bella fascia floreale in stucco. Dagli «Atti» della visita pastorale del vescovo Loschi, avvenuta nel 1825, si apprende che nello stesso luogo esisteva un intero altare dedicato a san Rocco; il Santo, del resto, era molto popolare a San Nicolò, in quanto, secondo la tradizione, egli aveva soggiornato nel territorio comunale dopo essere uscito da Piacenza, a causa dell'epidemia di peste.
La seconda statua è in pietra di Vicenza scolpita, è alta un metro e ottanta centimetri e fa parte di una serie di quattro sculture, poste entro delle nicchie sulla facciata della chiesa parrocchiale. San Rocco indossa il mantello, regge con il braccio sinistro il bastone da pellegrino e mostra la mano destra piagata; ai suoi piedi il cane gli porge la pagnotta. L'opera è stata realizzata dallo scultore piacentino Giovanni Perotti (1892- 1977).

LE MANIFESTAZIONI A SAN NICOLÒ IN ONORE DI SAN ROCCO

È importante ricordare che san Rocco è il copatrono della frazione di

San Nicolò, anche se negli ultimi anni san Nicola ha maggiormente beneficiato di cerimonie, concerti e mercatini organizzati per l'occasione. Questo, non tanto per la maggiore popolarità di san Nicola, in qualche misura «strumentalizzato» perché rappresenta colui che porta i doni ai bambini, quanto per il fatto che le celebrazioni che lo riguardano si tengono in un periodo ormai prossimo al Natale.

Sotto questo profilo, le celebrazioni patronali per san Rocco, il 16 di agosto, sono ovviamente condizionate dal periodo di larga assenza degli abitanti. Tuttavia, fino a quarant'anni or sono – ricorda il sindaco di Rottofreno, nativo di Mamago, un agglomerato di San Nicolò – san Rocco era molto venerato ed il giorno della sua festa era per tutta la frazione una giornata di solenni celebrazioni religiose e profane, con fiera, spettacoli e danze paesane. A quei tempi andare in vacanza era un privilegio per pochi e la gente del paese era molto affiatata, anche perché le dimensioni di San Nicolò erano di molto inferiori a quelle attuali.

Dall'anno 2007, comunque, l'assessorato allo sviluppo economico del comune di Rottofreno, d'intesa con don Pier Luigi Dallavalle, parroco di San Nicolò, ha voluto rivitalizzare le antiche tradizioni incentrandole sulle celebrazioni del 16 agosto. Si è potuto verificare, infatti, quanto la devozione al Santo sia sempre viva nei parrocchiani e quanto egli sia venerato in Italia ed all'estero; dopo aver aderito all'«Associazione San Rocco Italia», dopo la visita di pellegrini e di devoti provenienti da LLanes (Spagna), dopo l'arrivo di alcuni studiosi da Sidney (Australia), ci si è resi conto che questo personaggio – di cui è impossibile negare l'esistenza, per i numerosi riferimenti storici verificabili, in particolare, nel piacentino – è tornato ad imporsi all'attenzione degli studiosi ed alla devozione popolare.

Gli abitanti di San Nicolò gli hanno riservato onori solenni, sia nella

chiesa parrocchiale, sia con manifestazioni di natura profana. Non va dimenticato, inoltre, che l'abitato di San Nicolò si trova sulla «Via Francigena», e che l'attuale chiesa sorge ove un tempo un antico ospedale ospitava i pellegrini diretti a Roma o di ritorno; è del tutto plausibile che san Rocco, non a caso patrono di San Nicolò, vi abbia fatto una sosta. Peraltro, lì dove ora è collocata la statua lignea policroma, agli inizi dell'Ottocento vi era ancora un altare a lui dedicato, ad ulteriore dimostrazione della grande importanza del culto di san Rocco in tutto il territorio.

ALESSIO VARISCO

IL CULTO ROCCHIANO NELL'AREA GROSSETANA. IL CULTO NELL'ANTICA «SAN ROCCO A MARE»

San Rocco di Montpellier è una delle figure di maggior rilievo di tutto il Medioevo: trascinatore, testimone della fede –e quindi, per questo, vero *confessore*–, innamorato di Dio e pellegrino nel mondo: apparentemente un soggetto che incarna la *contemptus mundi* –per il suo spogliarsi delle cose del mondo– ed al contempo immagine del Dio invisibile tramite la sua stessa vita. San Rocco di Montpellier è un'icona del suo tempo, dalla vitale e guizzante spiritualità vissuta: si può davvero dire che egli si pone alla sequela di Cristo iniziando in questa vita un pellegrinaggio *terreno* che è tappa fondamentale per la ricerca di quello *divino*.

L'iconografia classica è solita raffigurare il nostro Santo con un mantello rosso, il *«bordone»* (il bastone) e la conchiglia, il bubbone della peste ed un cane che gli porta un tozzo di pane. Narra infatti la leggenda che dopo la contaminazione del morbo pestifero Rocco si rifugiò in una grotta in terra emiliana, dove miracolosamente un cane gli portava appunto un po' di pane: di qui la ricorrente e secolare raffigurazione di tale episodio nell'iconografia cristiana.

San Rocco è perciò anche il simbolo –come san Francesco ed il lupo di Gubbio– della fedeltà della natura verso l'uomo, del rapporto che un Santo sa e può instaurare con gli animali, creature forgiate –nel significato ebraico di *barah*– dal Creatore.

L'altro simbolo – peculiare ed identificativo del Santo francese – è il bubbone, segno indelebile della peste che distrugge il fisico

conducendo il malato a morte certa. Per questo Rocco di Montpellier è non solo il santo patrono dei pellegrini ma è invocato anche per sconfiggere le epidemie. Da ciò nasce un culto sviluppatosi in prossimità della *Via Francigena*, percorsa dal Santo, ma anche in tutte le località colpite dal morbo. San Rocco è davvero il «Santo della peste», colui però che non solo libera dal male *fisico*, ma anche da quello *spirituale*.

In provincia di Grosseto sono molte le chiese e gli oratori dedicati al Santo di Montpellier, compreso il capoluogo di provincia, dove troviamo una parrocchia in località Marina di Grosseto.

Una primigenia chiesetta intitolata a san Rocco viene edificata nel 1721 –l'anno in cui è peraltro istituito uno dei presidi sanitari della costa della Maremma– in occasione della *«Peste di Marsiglia».* Con il diffondersi dell'epidemia, nel XVIII secolo le fu dedicato un piccolo posto di guardia sulla spiaggia; fu così che anche in terra grossetana venne invocata la protezione di san Rocco. L'attaccamento al Santo divenne profondo e sentito, tant'è che nell'anno 1787, dove sorgeva il ricovero che ospitava i soldati del posto di guardia, venne innalzato un fortino difensivo che assunse il nome di *«Forte di San Rocco.* Al fianco del bastione continuava a sussistere una cappelletta dedicata a san Rocco, frequentatissima dai malati che invocavano la grazia al Santo.

Gli anziani erano soliti chiamare la zona limitrofa il forte con il nome di «San Rocco». Si pensi che anche uno dei canali scolatori, impiegati per la bonifica delle zone umide della Maremma grossetana, era detto *«il San Rocco»*. Questo canale, che conserva ancor'oggi il primo nome assegnatogli, ed inizia poco fuori dall'abitato di Grosseto – nei pressi della «Gorarella»–, verso l'Ospedale di San Giovanni (dove sorge una omonima chiesa), costeggia sulla destra la strada che conduce a Marina di Grosseto.

Questo corso d'acqua scolatore sfocia oggi in mare aperto, presso il moderno porto; si potrebbe anche dire che in realtà è quest'ultimo una sorta di propaggine, attrezzata, di un antico porto canale. Il *San Rocco* è molto ben visibile anche dalla pista ciclabile che costeggia la via carrozzabile: si distacca in prossimità del Casotto Venezia per poi sfociare, come già detto, nei pressi del Porto Turistico.

L'attuale toponimo di «Marina di Grosseto» risale agli anni Cinquanta, ma ancor'oggi le persone più anziane ed i marinai –anche nei comuni limitrofi– continuano a chiamarla *«Marina di San Rocco»*, oppure *«San Rocco a Mare»*. Purtroppo le autorità pubbliche non hanno dato corso al ripristino del toponimo, che noi auspichiamo, affinché si ridia lustro alla devozione popolare al Santo di Montpellier.

A Marina di Grosseto la prima chiesa venne eretta nell'anno 1923 e –data la spiccata devozione alla Vergine e precedentemente al *Santo della Peste*– fu dedicata a Santa Maria della Vittoria. *«Nei primi mesi del 1923, finalmente, il comune di Grosseto divenne proprietario della spiaggia demaniale compresa tra il Fossino e il canale San Leopoldo. Nel giugno, un comitato cittadino, del quale facevano parte il vescovo Matteoni, l'architetto Lorenzo Porciatti e il canonico professor Cappelli si recarono a San Rocco per scegliere il terreno sul quale doveva fondarsi una chiesa in muratura "conforme alle norme del piano regolatore redatto dal municipio oggi padrone dell'arenile". La chiesa, priva di campanile fu titolata a Santa Maria della Vittoria "in ricordo votivo dei fatti gloriosi compiuti nel periodo della guerra europea per cui l'Italia uscì grande e temuta"; fu inaugurata il 19 agosto 1923. La sua costruzione fu affidata all'impresa edile Guidi»*.

La chiesetta era costruita in mattoni ed appariva perfettamente isolata al margine della pineta, con due cuspidi agli spigoli della facciata vagamente neoromanica e con tre stemmi marmorei al di sopra dell'arco tondo, sotto al quale si apriva la porta; l'edificio sacro era

sprovvisto del campanile.

Nell'immediato dopoguerra, il vescovo Paolo Galeazzi costituì –con un Decreto datato 11 settembre 1946– la parrocchia di Marina di Grosseto, che venne riconosciuta civilmente il 5 giugno 1948. L'architetto Ernesto Ganelli ricevette l'incarico di redigere un ampio progetto per la costruzione del nuovo centro parrocchiale, comprendente la chiesa, la casa canonica ed i locali per le opere parrocchiali.

Il complesso venne inaugurato solennemente nel 1954 e fu intitolato a *San Rocco* ed alla *Beatissima Vergine Maria del Monte Carmelo*. Fu padre Clemente –l'allora parroco, sacerdote carmelitano– a chiedere al vescovo la dedicazione al culto mariano carmelitano, in ossequio alla precedente consacrazione mariana. Tale aggiunta fu meramente verbale.

Dall'esterno la chiesa si presenta sopraelevata da un'ampia scalinata in travertino, che la rende maggiormente aerea e slanciata. La facciata, come il resto della struttura, è composta da laterizi a vista. Tre sono gli ingressi, come pure il numero delle navate; accedendo dall'interno di un piccolo portico –un *pronao*– si entra in chiesa, nella maggiore delle tre navate. La torre campanaria, anch'essa in laterizio a vista, presenta una cuspide appena abbozzata ed è dotata di orologi. Il campanile si staglia nel corpo laterale di destra; è leggermente retrocesso, ma è comunque in simmetria col fabbricato opposto.

L'altare maggiore contraddistingue la classica zona absidale di una chiesa carmelitana: l'*altare dei nostri Santi* reca santa Teresa d'Avila, san Giovanni della Croce, san Simone Stock –che riceve direttamente dalla Madonna lo scapolare dell'Ordine Carmelitano– e san Giuseppe, lo sposo di Maria. La chiesa, come già detto, è a tre navate; la centrale è più elevata di quelle laterali, con monofore in alto che

assicurano una illuminazione sensata e non eccessiva. Una piccola cappella, a destra dell'altare maggiore, contiene una statua della Vergine col Bambino; alla sua destra campeggia il Poverello d'Assisi, a sinistra san Rocco di Montpellier.
Nel 1958 la chiesa è stata arricchita di tre artistici mosaici di Luciano Favret, che rappresentano la Madonna del Carmelo (dietro l'altare maggiore), il «Sacro Cuore» (nell'altare laterale di sinistra) e Gesù infante (nell'altare laterale di destra); in tempi più recenti sono stati aggiunti alcuni affreschi –i cui bozzetti furono realizzati da Arnaldo Mozzanti–, vetrate istoriate e l'*ambone* in bronzo.
Attualmente la chiesa di San Rocco è retta dai Padri Carmelitani, che da anni si sono attivati per la sistemazione del timpano della facciata. La struttura dell'architetto Ganelli sarà perciò ultimata con cinque statue: al centro il Cristo *Pantocrator;* alla sua destra, san Francesco d'Assisi ed Edith Stein; sulla sinistra invece, san Rocco di Montpellier e san Guglielmo di Malavalle.
A Marina di Grosseto il culto rocchiano è caratterizzato dalla solenne festa del 16 agosto, a cui partecipa il vescovo. Alle ore 20 ha inizio il ritrovo dei fedeli presso la chiesa; dal lungomare il corteo segue processionalmente l'imbarco del vescovo e del parroco, che salgono a bordo di alcune imbarcazioni dirette verso «Principina a Mare». I pellegrini accompagnano in mare la processione; la cerimonia culmina con la recita di alcune preghiere per i caduti, ed infine con il lancio di una corona d'alloro in acqua.

SAN ROCCO NELL'ICONOGRAFIA SEICENTESCA GROSSETANA

A Grosseto san Rocco di Montpellier è presente in due splendide tele di epoca seicentesca. La prima mostra una magnifica veduta *a volo d'uccello* della città di Grosseto; la seconda, invece, una Madonna del Carmine con il padre del monachesimo orientale, Antonio, il profeta

Elia, Francesco d'Assisi, il vescovo e martire Biagio ed il *montpelliérain* patrono della peste.

LA «MADONNA CON SANTI» DI ILARIO CASOLARI

La pala di Ilario Casolani, che rappresenta la *«Madonna in gloria con san Rocco, Lorenzo, Sebastiano, Cipriano e veduta della città di Grosseto»*, è dell'anno 1630 ed anticamente era posta sull'altare della sacrestia di san Lorenzo, a Grosseto. L'olio su tela presenta i quattro protettori del Comune in atto di supplica, al di sopra della città turrita. La preghiera dei santi Rocco e Lorenzo sulla destra, Sebastiano e Cipriano sulla sinistra, è rivolta alla Vergine affinché ponga fine al diffondersi del morbo pestifero, che nell'estate del 1630 falcidiava l'Italia settentrionale ed aveva raggiunto la città di Firenze. La peste, in effetti, non raggiunse la parte meridionale della Toscana, e la pala d'altare fu appunto un grande *«ex-voto»* della cittadinanza per lo scampato pericolo.

L'immagine è davvero singolare. Nel registro inferiore spicca una veduta aerea della città di Grosseto, che mostra le mura medicee del tardo Cinquecento; in primo piano, a dominare è il bastione della Fortezza. Il Casolani accenna appena il paesaggio circostante, che appare sprovvisto di coltivi ed abitazioni rurali; sulla sinistra una strada battuta, di color roseo, che collega, oltre il fossato, la Porta Vecchia alla Fortezza, idealmente rappresenta le strade che provengono da Batignano –in direzione di Siena– e da Scansano o Istia d'Ombrone; da Porta Vecchia esce un'altra carrozzabile, in terra battuta chiara, che si dirige verso meridione, ovvero verso l'*Aurelia* e la foce del fiume Ombrone, mentre un sottile sentiero conduce al mare passando in mezzo ad un'informe area paludosa. Il percorso appare così sottile per le precarie condizioni dell'area, che non era ancora stata bonificata; ma l'immagine serve anche a sottolineare

l'insalubrità della zona paludosa –un *background* ideale per il diffondersi delle epidemie–, quasi a voler cancellare anche questa via di diffusione del male (una sorta di esegesi *apotropaica* del pittore). Idealmente san Rocco, che scopre la sua gamba sinistra recante il segno della peste (il *flemmone)*, è posizionato proprio sopra il lago di Castiglione: egli dunque sovrasta l'area costiera di «Marina di San Rocco» –che nel secondo dopoguerra, come abbiamo già detto, convertirà l'antico toponimo in Marina di Grosseto– a dimostrazione dell'attaccamento dei grossetani al santo di Montpellier.

L'elemento *luce*, nella tela del Casolani, è dominante e determinante: la Madonna riceve la *luce* insieme alle schiere angeliche, così come nel registro centrale i volti dei quattro santi, in particolare Sebastiano e Lorenzo –che fra tutti è quello più prossimo a noi– sembrano bagnati da una *luce* fortemente plumbea (il *male* che si sta diffondendo, la peste). Il registro inferiore è il più scuro, è quello umano, e perciò è dominato dalle tenebre, che possono essere rischiarate ed annullate solo dalla *lucentezza* della fede: di qui l'afflato alla preghiera, per scongiurare la strage, e l'attaccamento ai Santi protettori dalla peste.

Stranamente la luce giunge sulla città –che appare desertificata– da occidente, ed illumina il mare, su cui spiccano otto vele. Questa dicotomia fra l'irreale città deserta –quasi presagio della morte e della disperazione del contagio– ed il mare (il *male)* solcato da otto velieri, sembra quasi gettare l'«allerta» sulla minaccia che potrebbe giungere anche dagli abissi.

Sconcertante è l'accurata e meticolosa attenzione del pittore, quasi maniacale, a rendere l'iperrealismo della topografia interna della città. Questa grandiosa tavola topografica ad olio venne realizzata da Ilario grazie ad una mappa in suo possesso (che presenta molteplici punti di somiglianza con la famosa pianta del colonnello Warren del secolo

successivo); il fatto ci conferma che la committenza dovette partire dalla cittadinanza di Grosseto.
La tecnica del Casolani è davvero pregevole e dimostra che il pittore effettuò accurati rilievi. La pittura *elegiaca* presenta il Cassero Senese con dimensioni ancor più imponenti di quelle reali; e tanta è la maestria del Casolani che riusciamo perfino a scorgere venti cannoni disseminati lungo tutto il camminamento.
La tela è composta da tre registri, divisi in un primo superiore di due quinti, da cui proviene la luce –il Cristo, il *Logos*, portato in grembo dalla Vergine (con la corona)– ed una schiera di angeli e cherubini. Il secondo –nuovamente di due quinti– è posto al centro, e mostra la preghiera dei quattro santi e martiri, che ricevono la luce dall'alto. Nel terzo registro –nell'ultimo quinto inferiore– sembra scatenarsi un nubifragio. La luce proviene proprio dall'asse centrale, l'occidente, cioè dall'Elba e Castiglion della Pescaia.
L'illuminazione sembra provenire da dietro la tela, quasi a cadere, ad incunearsi, da quelle fitte e cerulee nubi che sostengono i santi ed i martiri invocati dai grossetani. L'elemento luminoso anima la tela, ne diviene il *genius loci*, è il ritmo e il timbro delle tre scene sovrapposte; esso sembra 'bagnare' alternativamente i volti dei due santi sottostanti al Trono Regale di Maria (Sebastiano e Lorenzo), mentre Rocco –in particolare– e Biagio appaiono col volto più offuscato. Si noti come il pastorale del Vescovo ed il ginocchio di Rocco, nella gamba che reca la piaga, appaiano bagnati dalla luce divina. San Biagio è genuflesso e tiene con la mano sinistra il pastorale unitamente alla palma (simbolo del martirio), una *pianeta* da cerimonia con la croce pettorale e la *mitria;* nella mano destra reca il Libro sacro rivestito di rosso. San Sebastiano, invece, non appare con i contrassegni del martirio, ma tiene nella mano sinistra le frecce che lo trafissero (proprio per esprimere che alla risurrezione, e fra le

schiere dei *Beati*, il martire non presenta più i segni del supplizio). Lorenzo guarda verso il cielo, ha il volto quasi trasfigurato nel riconoscere in cielo la Madonna ed il Bambino; la graticola sul fianco destro, quasi nascosta dalla tunica rossa, attesta il suo martirio.

Sebastiano è l'unico dei quattro santi pressoché nudo; ricoperto da un drappo, guarda a noi e come Rocco è in atto di genuflettersi (ma solo una delle due gambe è flessa). Il pellegrino di Montpellier porta invece un mantello scuro, marrone, e reca le chiavi di san Pietro, con la sinistra ghermisce il *bordone* (simbolo del pellegrino) e con un pudico gesto scopre la gamba sinistra, per mostrarci il *flemmone*. Si notino le simmetrie tra Biagio e Rocco: entrambi hanno la barba; Rocco, in posizione chiastica, appare illuminato nella parte più a noi prossima, con il nerboruto braccio destro e la muscolosa gamba sinistra; specularmente la mano di Biagio è scura, mentre il bastone del pastorale è di un argento scintillante, rischiarato da un chiarore che proviene dall'alto.

Ma questi giochi di simmetrie emergono ancor di più nell'analisi degli sguardi: la Madonna fissa noi osservatori dall'alto del suo trono con il materno volto di *"colei che tutto conosce";* il figlio Gesù guarda ad un Lorenzo rapito in estasi (i due sguardi paiono comunicarsi); Biagio fissa il cielo con volto serafico, con le certezze di un uomo di fede e di preghiera che confida nelle Scritture (che tiene con la mano destra); Rocco invece osserva con mestizia. Sebastiano pare infonderci la gioia della Risurrezione e del superamento di ogni prova, anche della peste, con uno sguardo che ci riporta al Sepolcro quando, tra l'incredulità delle donne levatesi di buon mattino, il *vuoto* di quelle bende afflosciate indicò la vera via, la gioia del *Christos Anesti*!

Ancora qualche nota sul registro inferiore, che in definitiva presenta l'illustrazione tipologica di una *città ideale*. Grosseto, in effetti, appare davvero quasi 'idealizzata': il reticolo delle strade è molto regolare, il

tracciato delle vie interne è netto –ben poco risente dell'immediato passato medievale– ma soprattutto, il Duomo vi appare, fantasticamente, quasi al centro della città. Lo spostamento in posizione centrale della Cattedra vescovile grossetana –dedicata a san Lorenzo Martire– diviene l'*axis* di tutta la narrazione: la salvezza è nei martiri e nei santi, che con la loro fede ed il loro fulgido esempio hanno saputo sconfiggere il male. In questa diuturna lotta fra il bene ed il male, si stagliano in cielo, come novelli *titani* redivivi, questi grandi modelli per la città di Grosseto: *le loro vite siano monito per la cittadinanza*, questo il messaggio del Casolani.
La tela è utilissima, tra l'altro, a ricostruire la geografia storica della città; in essa scorgiamo, ad esempio, la vastissima area verde che si sviluppò dal XV al XVI secolo –il grande *Prato di San Francesco*, che si estendeva fra i due conventi di San Francesco e Santa Chiara–, come pure gli orti che lambiscono il centro cittadino, quasi affacciandosi sul corso principale e fino all'antica chiesa di San Pietro.

LA «MADONNA DEL CARMINE CON SANT'ANTONIO, ELIA PROFETA ED I SANTI FRANCESCO, BIAGIO E ROCCO» DI GIACINTO GIMIGNANI

Un'altra tela del secondo quarto del XVII secolo, opera del pittore Giacinto Gimignani, sempre commissionata per la chiesa cattedrale di San Lorenzo in Grosseto, testimonia l'attaccamento della cittadinanza al culto della Madonna del Monte Carmelo, ovvero della *Regina del Monte Sion*, la cui festa cade il 16 di luglio, il giorno successivo alla conquista di Gerusalemme per mano cristiana (1099). Il legame del territorio al culto della Madonna è fortemente radicato nel Duomo di Grosseto; anticamente la gente poteva rendere omaggio alla «Vergine di tutte le Grazie» –il culto della *Panaghia tou charou*– certamente diffuso dai *Giovanniti* che in Rodi, dopo la conquista dell'isola nel primo decennio del XIV secolo, iniziarono a

diffondere il culto alla «Madonna del Monte Phileremo» quale *Vergine delle Grazie*. La marianità è molto sviluppata in seno alla *Sacra Militia* di San Giovanni di Gerusalemme, e lo si riscontra nei molti territori che hanno accolto il loro passaggio, comprese le terre toscane.
Oggi nella Cattedrale non vi sono più né quell'altare né la bella tela del Gimignani: essa è custodita presso il Museo d'Arte Sacra della Diocesi di Grosseto, e testimonia quel culto alla «Vergine del Monte Carmelo» che è venerata, come abbiamo visto, anche nella chiesa parrocchiale di San Rocco a Marina di Grosseto.
La tela presenta, in alto a sinistra –e al di sotto della mano destra di Maria, che tiene il simbolo dell'Ordine del Monte Carmelo– sant'Antonio, genuflesso, con la mano destra sul petto. Lo si riconosce dagli abiti e dal giglio –simbolo della purezza– che egli reca nella mano sinistra: ed è il primo forse perché *«cedunt mare, vincula»* (come recita la sequenza di fra' Giuliano di Spira scritta intorno al 1232, che veniva cantata nel convento di Padova). Il significato *apotropaico* dei santi Antonio e Rocco –posto sulla diagonale opposta– vuole suggerire che gli estremi, tanto il meridione orientale (inferiore) quanto il settentrione occidentale (superiore), sono protetti dalla loro presenza, che ci invita a guardare a Maria.
Rocco è di tre quarti, inginocchiato; con la mano destra aperta chiede l'elemosina come un qualunque pellegrino, ma soprattutto chiede alla Madre del Monte Carmelo la maggior grazia dell'intercessione al Figlio; indossa una tunica rossa e con la mano sinistra tiene il *bordone*, che lo aiuta a genuflettersi ed a mostrare il *flemmone* sopra al ginocchio sinistro; sulle spalle ha un mantello verdastro, ed una conchiglia è sopra il petto, a sinistra, lo sguardo è quasi in estasi nel mirare la Madonna del Carmelo ed il Bimbo, che per stare in piedi poggia il piedino sinistro su un serafino che sbuca dalle nubi. San Rocco è l'unico dei cinque santi ad avere le braccia aperte –come di chi è

rapito dinanzi ad una visione– ed accenna ad una esterrefatta sorpresa, che lo dispone alla preghiera. Ma centralmente, sotto le due nubi, da cui sembrano far capolino due angioletti paffuti, come rapito in estasi è anche san Biagio, con l'abito da vescovo, la *mitria* dorata, il *pastorale* tempestato di pietre, un abito bianco cinto con una corda rossa, il piviale dorato, con la mano destra sullo sterno e una lunga stola di colore violaceo, tenuta a sinistra da un angioletto alato, che poggia su di una nube.

Al di sotto del suo braccio si apre quello di Rocco, dal volto luminescente, quasi trasfigurato, come Gesù sul Monte, estremamente raffinata è la resa del volto del Santo di Montpellier, che richiama anche l'Antico Testamento: della gloria di Dio annunziata al suo popolo, Gesù diviene il nuovo Mosè, e Rocco si dispone a seguire l'insegnamento cristico, per divenire *'alter Christi'*. Questa radiosità del volto rocchiano ci riporta a Mosè –che, disceso dal Monte Sinai con le tavole della *Torah* (ovvero l'*insegnamento)*, *«non sapeva che la pelle del suo volto era raggiante, poiché aveva conversato con Lui. Ma Aronne e tutti gli altri Israeliti avevano paura ad avvicinarsi vedendo che la pelle del suo volto era così raggiante»*– e soprattutto al *Mesha*, in ebraico «unto», tradotto in lingua greca con *Christos «il ministero della morte, inciso in lettere sulla pietra, fu circonfuso di gloria, al punto che i figli di Israele non potevano fissare il volto di Mosè a causa dello splendore pure effimero del suo volto»*. Il santo delle piccole cose guarda con gli occhi del cuore la Vergine del Carmelo col suo piccino, che rifulge anch'Egli sollevando la mano sinistra, quasi a salutare Rocco e chi come lui sa che *«Dio che disse: 'risplenda la luce dalle tenebre', rifulse nei nostri cuori, per far risplendere la conoscenza della gloria divina che brilla sul volto di Cristo»* .

A fare da contraltare a Rocco è il Poverello di Assisi: lo si riconosce

dalle *stigmate*, il volto emaciato, le mani giunte e gli occhi fissi al cielo. In alto, sulla destra, il profeta Elia, dalla lunga barba grigia, segue il modello di raffigurazione del vescovo Biagio e differisce per il manto di colore marrone purpureo. La mano destra è sullo sterno, a tener unito il manto; una sorta di tunica simile a quella vescovile – segno della continuità dell'Antico e del Nuovo Testamento– appare dall'angolo alto della tela, come a segnare l'anticipazione del Battista: «*ed ecco, io invierò il profeta Elia prima che giunga/ il giorno grande e terribile del Signore,/ perché converta il cuore dei padri verso i figli/ e il cuore dei figli verso i padri/ così io venendo non colpisca/ il paese con lo sterminio*». La resa iconografica della presenza del profeta Elia è dunque, in realtà, la surrogata partecipazione di un uomo che fu precursore del Messia. Elia è quasi un 'sinonimo' iconografico del Battista, poiché questa lettura esegetica ne fa una *prefigurazione cristica*, annunciata anche dalle Sacre Scritture (dal profeta minore Malachia).

Il Gimignani pare ben destreggiarsi nei meandri delle interpretazioni scritturistiche, e con dotta precisione cita dei personaggi di cui coglie, sapientemente, l'aspetto psicologico di attesa messianica, di emulazione cristica. Sempre nell'ambito della narrazione matteana leggiamo che, al momento della Trasfigurazione di Gesù –*«ed ecco apparvero loro Mosè ed Elia»*– Pietro, da buon pragmatico (in fondo era un pescatore), chiese a Cristo il suo consenso per fissare in quel luogo *«tre tende»*, una per Gesù, una Mosè ed una per Elia. In un certo senso, collocare poco sotto al Bambinello il profeta Elia significa magnificare ed enfatizzare l'*epifania* del Signore: ci sembra quasi di udire, come un suono di tromba dalla nube, *«questi è il Figlio mio prediletto, nel quale mi sono compiaciuto».* La tela del Gimignani è davvero uno scrigno di novità, e soprattutto una vera e propria *teofania.*

IL CULTO A SANTA FIORA NELL'*HOSPITIUM* DELLA PESCHIERA

L'abitato di Santa Fiora è situato sul versante del Monte Amiata, nella valle del fiume Fiora. Sappiamo da un documento dell'890 che Pietro, abate dell'Abbadia di San Salvatore, concedette a *«tale Lamprando»*, ottenuto il consenso dei suoi monaci, l'affitto di alcune terre che confinavano con Santa Fiora. Nell'XI secolo l'area non apparteneva già più al complesso monastico: era uno dei tanti possedimenti della famiglia degli Aldobrandeschi. In un documento risalente al XIII secolo la città è menzionata come *Arminio*.

Oggi il comune è chiamato Santa Fiora, con riferimento all'omonima santa, il cui culto si è sviluppato grazie alla edificazione della stupenda pieve dedicata appunto a *«Sancta Flora»*- La cittadina divenne famosa nel XIII secolo allorquando uno dei due rami della famiglia comitale degli Aldobrandeschi la trasformò nel proprio quartier generale. Santa Fiora divenne dunque un *castrum* ed entrò tardivamente a far parte del Granducato di Toscana (solo nel 1641), mantenendo un impianto medievale con viuzze strette, e tante decorazioni fitomorfiche sugli architravi delle antiche facciate del centro storico.

Il culto alla santa si trasfuse anche nella designazione dell'omonimo fiume, il Fiora, che delimita col suo invaso una parte della provincia grossetana, segnatamente quella meridionale, che dalle propaggini del Monte Amiata si dirige verso il Mar Tirreno.

L'antica città è costituita da un castello interno, ove sorge la chiesa di Santa Chiara e di Sant'Agostino, mentre all'esterno si staglia l'oratorio della Madonna delle Nevi. Al di là della porta di Borgo, si accede al rione Montecatino, dove si trova il «complesso» della Peschiera, in prossimità del quale sorge una chiesetta del XVII secolo, chiamata anche *chiesa della Piscina*, ubicata in quella parte inferiore della città ove si raccolgono le acque del Fiora. La piscina è costituita da quattro

vasche comunicanti, oggi vivai per le trote, e fu ristrutturata in epoca ottocentesca dal conte Lorenzo Sforza, che fece cingere l'intera area con blocchi di trachite a bozze; al centro c'è una fontana con due *delfini*, al di sotto dei quali l'acqua sgorga e scorre entro una lunga vasca.

La facciata presenta una terracotta a rilievo di scuola robbiana, che raffigura le Sante Flora e Lucilla; all'interno spiccano alcuni affreschi di Francesco Nasini, datati 1640. Gli affreschi alle pareti presentano diversi santi a sinistra, partendo dalla soglia d'accesso al tempietto mariano: san Giovanni Battista con gli occhi rivolti al cielo ed il volto caliginoso; san Giacomo, ben riconoscibile dal cartiglio «S» (in alto a sinistra) ed «IA» (in alto a destra), dalla caratteristica *sanrocchina* e da una conchiglia sovrastata dalle chiavi di san Pietro, santa Apollonia con le tenaglie in mano; un'altra con una palma.

Attorno all'area presbiterale si vedono quattro personaggi con abiti religiosi agostiniani. Il primo, prima della rientranza absidale, è san Nicola da Tolentino, che con la destra tiene un giglio bianco fiorito a forma di Croce. L'aspetto risponde ai classici dettami dell'iconografia cristiana: un giovane tonsurato con il tipico saio nero degli agostiniani, una stella pettorale con inscritto un volto, la mano sinistra che tiene un teschio, che allude alla meditazione sulla morte. San Nicola da Tolentino è il patrono degli oppressi dall'ingiustizia poiché egli ottenne la liberazione di un uomo ingiustamente incarcerato; per traslazione è il patrono delle anime del Purgatorio che attendono la fine della loro agonia, per poter vedere Dio. È protettore delle pernici e delle starne, è invocato anche contro la peste e gli incendi, ed è patrono delle maternità (la sua stessa nascita fu il dono miracoloso dell'intercessione di san Nicola di Bari). Nicola, dunque, non a caso è presente in questo snodo, la chiesina di Santa Maria delle Nevi, una meta importante per i tanti pellegrini che

transitavano per l'area del Fiora diretti verso Roma, Gerusalemme o Santiago.

Proseguendo dopo l'altare, costituito da un'abside piatta con una tavola liturgica preconciliare, si nota una santa che tiene fra le mani, con amorevole cura, il crocifisso, al di sotto del quale appare la scritta «1640», data di esecuzione degli affreschi. Procedendo in senso orario si incontra san Guglielmo di Malavalle –indicato dalle iniziale latine «S» e «G»– anch'esso rappresentato con un teschio, segno dell'eremita; il drago vinto dal monaco è posto poco al di sotto delle sue mani giunte; la corona penitenziale –caratteristica del fondatore della Malavalle– è attorno a lui e pare irradiarsi in una luce profonda, che contraddistingue tutti i santi agostiniani che fanno da corona all'altare.

A simboleggiare una sorta di continuità con il santo cavaliere francese convertitosi dopo le tre *«peregrinationes majores»*, ecco san Rocco, rappresentato con i classici abiti da pellegrino: il *bordone* tenuto con la mano destra*,* la *sanrocchina* con i segni del pellegrino –le chiavi di san Pietro– ed un mantello purpureo che viene discostato per lasciar vedere la gamba destra con il *flemmone*. L'immagine dell'oratorio di Santa Fiora è purtroppo acefala, poiché manca una parte dell'affresco, andata perduta anche a causa dell'enorme umidità.

Sulla parete di destra troviamo un altro registro, costituito da tre immagini. Il primo personaggio è il padre putativo di Gesù, san Giuseppe della *stirpe di David*, spesso raffigurato con un bastone fiorito: *«san Giuseppe è stato chiamato da Dio a servire direttamente la persona e la missione di Gesù mediante l'esercizio della sua paternità: proprio in tal modo egli coopera nella pienezza dei tempi al grande mistero della redenzione ed è veramente ministro della Salvezza».* La seconda immagine è quella di Sant'Orsola di Colonia – un culto lontano eppur vicino, Orsola è protettrice dei naufragi nei

fiumi– mentre l'ultimo santo della serie è Lorenzo: lo riconosciamo dalla graticola, sulla quale il diacono fu arso vivo durante il martirio.

LOUISE MARSHALL

IL CULTO DI SAN ROCCO IN TOSCANA NEL TARDO QUATTROCENTO: I DIPINTI DI BARTOLOMEO DELLA GATTA IN AREZZO

Nel 1480, la «Fraternita» di Santa Maria della Misericordia di Arezzo commissionò una grandiosa tela dipinta, da appendere nella propria sala delle udienze, al pittore locale Bartolomeo della Gatta. Tuttavia, in modo decisamente insolito, l'immagine sacra che per prima attira l'occhio in questo dipinto non è il patrono della Confraternita, cioè la Vergine della Misericordia, bensì san Rocco.

Il presente articolo cercherà di spiegare le ragioni recondite della inusuale decisione della Confraternita di Arezzo di far "spostare" il proprio patrono divino dal centro della scena a favore di un altro santo. Come vedrò di spiegare, tale decisione è una significativa attestazione del rapido sviluppo del culto rocchiano in Toscana in quel periodo. Come è stato dimostrato dai più recenti sviluppi degli studi storici, il culto di san Rocco in qualità di santo della peste fu un fenomeno del tardo Quattrocento, e le devastanti epidemie di peste che scoppiarono in Italia nel 1478-80 furono un vero momento cruciale.

Il tempismo dell'incarico di Arezzo è dunque ben poco casuale: nello stesso periodo in cui Francesco Diedo fu indotto dalla visione di Brescia aggredita dalla peste, a scrivere la sua popolarissima ed influente Vita del santo, così pure, un po' dovunque in Italia, altre comunità ed istituzioni furono similmente ansiose di invocare il nuovo santo della peste. L'analisi delle circostanze di questo incarico, e le caratteristiche particolari del dipinto della «Fraternita», insieme

ad una serie di altre immagini del santo dipinte dallo stesso artista per Arezzo e la regione circostante, possono fare luce sulle origini e la genesi del culto di san Rocco, e le ragioni del suo fascino sui devoti del Rinascimento.

Come attestato da una prolissa iscrizione lungo la base, la tela di San Rocco oggi conservata nel Museo di Arezzo fu commissionata nel 1479 (secondo l'attuale calendario 1480) dagli otto rettori della «Fraternita» di Santa Maria della Misericordia. Una nota del febbraio 1480 di un registro contabile della Confraternita, tuttora esistente, riporta il pagamento al pittore locale e monaco camaldolese Bartolomeo della Gatta, indicato con il suo nome da laico Piero Dei.

Per comprendere appieno il significato di questo incarico, in via preliminare dobbiamo conoscere la storia della «Fraternita» della Misericordia di Arezzo. Inizialmente inquadrata, nel 1257, come una confraternita mariana patrocinata dai Domenicani, la «Fraternita» venne ridefinita dagli statuti del 1262 come un organismo sempre più autonomo e laico, dedito soprattutto alla carità («institutam ad opera misericordie facienda»).

Come specificato negli statuti, i soggetti di questa carità erano le tradizionali categorie del povero meritevole: vedove, orfani, prigionieri, religiosi e «poveri vergognosi», la cui classe sociale di appartenenza impediva loro di mendicare apertamente. Le attività della confraternita erano finanziate dai contributi regolari dei singoli componenti, e da un giro settimanale della città e delle campagne da parte dei rettori, per sollecitare le donazioni. In aggiunta all'accrescimento dei meriti spirituali grazie alla partecipazione alle opere di carità, i confratelli erano ulteriormente rassicurati sullo sperato futuro destino della loro anima dopo la morte tramite la provvisione dei suffragi mensili ed annuali in favore dei defunti della Confraternita.

Fin dall'inizio, la «Fraternita» ebbe un carattere marcatamente pubblico e corporativo. Entro fine del tredicesimo secolo, gli appartenenti alla Confraternita coincidevano quasi con la popolazione di Arezzo; l'attuale, incompleta lista dei confratelli comprende approssimativamente 1.700 nomi. Fra di loro si possono trovare uomini e donne di tutte le classi sociali aretine, come pure delle regioni circostanti, dalla nobiltà feudale ed i patrizi agli artigiani, la servitù e gli operai. Comunque gli ufficiali della «Fraternita» – ed in particolare la carica di rettore – furono sempre scelti dall'elite mercantile e benestante. La disposizione era infatti specificata negli statuti del 1262, che decretarono che i rettori dovevano essere uomini agiati, per allontanare il sospetto che, durante i loro giri settimanali per la questua, essi cercassero elemosine a proprio vantaggio. Come nota l'Antoniella, nell'ufficio dei rettori l'abitudine degradante di implorare la carità aveva invece acquisito un carattere estremamente meritorio, purchè fosse posta in essere non per sé stessi ma come una buona opera in favore del prossimo. I rettori venivano scelti da ognuno dei quattro quartieri della città; inizialmente fissato in quattro, il loro numero venne aumentato ad otto nel 12661.

Il ruolo dominante della «Fraternita» nella vita devozionale di Arezzo nel tardo medioevo è dimostrato dal forte appoggio di cui ha goduto da parte delle autorità comunali, sotto forma di esenzioni speciali e di privilegi. La Confraternita fiorì anche finanziariamente, costruendosi un considerevole patrimonio per mezzo di donazioni e lasciti, che in definitiva

le permisero di dispensare contributi mensili ed annuali individuali. Da quanto risulta, la «Fraternita» finì coll'acquisire uno status pubblico pressoché ufficiale, operando quasi come l'organizzazione caritativa istituzionalizzata del governo urbano.

Tutto ciò si accentuò ulteriormente nel tardo quattordicesimo secolo, con la riforma degli statuti della confraternita, che decretò che da quel momento in poi tutti i cittadini aretini ne fossero considerati automaticamente membri, senza la necessità di emettere i «voti» individuali o di pagare contributi. Anche se alcuni hanno visto in questo cambiamento la perdita dell'originario carattere collettivo ed associativo della «Fraternita», non è chiaro perché i nuovi provvedimenti avrebbero dovuto dissolvere automaticamente ogni senso di coinvolgimento corporativo negli affari della «Fraternita» e la partecipazione ai benefici spirituali delle sue attività caritative.

Semmai, con tutti i cittadini considerati come membri, i riti di commemorazione della «Fraternita» – che comprendevano un suffragio settimanale per i defunti nella cappella dell'ospedale confraternale di San Lorentino, la partecipazione dei rettori ai funerali ed un pasto funebre a cura del quartiere del defunto – si dilatarono fino a coprire quasi tutti i decessi della città.

Il carattere semiufficiale della Confraternita è particolarmente evidente nella decisione del Comune di affidarle il compito di conservare i registri dei battesimi e delle morti della città. Non a caso, fu proprio in quel periodo, nel corso del Trecento, che la Confraternita trasferì la propria sede dalla periferia al centro, facendo erigere un sontuoso palazzo nella piazza principale di Arezzo, segno tangibile del suo crescente ruolo cruciale nella vita civile. Il dipinto di san Rocco fu commissionato per questo nuovo palazzo, da esporre nella sala delle udienze, dove i rettori avrebbero ricevuto settimanalmente i cittadini. La notevole dimensione del dipinto e la forma frontale avrebbero conferito al salone un impatto ancor più incisivo e marcatamente visibile.

È davvero sorprendente scoprire che la figura principale del quadro non è il patrono della Confraternita, la Madonna della Misericordia,

ma il nuovo santo della peste, san Rocco. Vestito con l'abbigliamento del pellegrino, il santo domina in primo piano. Egli è raffigurato mentre si trova nella piazza centrale di Arezzo, la cui superficie è coperta da grandi pietre, che forse sono da intendere come un brioso gioco di parole sul suo nome, e che comunque trasmettono anche un senso di decadimento e di devastazione alla scena urbana. La facciata, accuratamente descritta, del palazzo della «Fraternita» è raffigurata direttamente, dietro ed alla sua destra.

A causa della minaccia della peste, la piazza è pressoché deserta. Significativamente, le sole vestigia di attività umana sono concentrate sul palazzo della Confraternita. Due uomini benvestiti, che devono essere i rettori della Confraternita, sono tratteggiati sulla porta d'accesso. Mentre essi osservano, due uomini di fatica salgono la scalinata del palazzo, portando con noncuranza gli strumenti del loro mestiere. Durante le epidemie, la «Fraternita» si accollava le spese per i loro servizi più impellenti.

Le mani giunte in preghiera, Rocco rivolge la sua intercessione alla clemenza della Vergine. Una scritta attaccata all'estremità del suo bordone – il bastone da pellegrino – dice «ora pro populo» (prega per il popolo).

Questa familiare invocazione liturgica articola entrambe le richieste, quella dei rettori a Rocco, e quella del santo stesso a Maria. Si potrebbe anche pensare che la scelta di questa particolare formula, piuttosto che la ben più frequente «ora pro nobis» (prega per noi), sia stata intenzionale. Sostituendo la supplica "personalizzata" (prega per noi) con una più diretta nel senso di abbracciare tutti (prega per il popolo), i responsabili della «Fraternita» esprimono la convinzione che con il loro appello essi rappresentano il popolino di Arezzo nella sua interezza. Ed è qui che il legame con la Confraternita diviene evidente, in quanto la Vergine a cui Rocco si

rivolge è dipinta esplicitamente in guisa di patrono della Confraternita. Sostenuta dagli angeli, si libra nell'aria sopra il tetto del palazzo della Confraternita, il suo mantello allargato nel tradizionale gesto protettivo della Vergine della Misericordia. È come se la Madonna della Misericordia scolpita sopra il portale del palazzo della «Fraternita», realizzata da Bernardo Rossellino nel 1433, avesse miracolosamente preso vita per ricevere la supplica del santo. Commissionato o durante o immediatamente dopo due anni di prolungati e devastanti scoppi di peste, e probabilmente pagato con il denaro dei molti lasciti benefici ricevuti dalla Confraternita durante le epidemie, il dipinto di Bartolomeo della Gatta per la «Fraternità» celebra il ruolo vitale della Confraternita in tempi di crisi civile. L'istituzione committente è visibilmente elevata a fonte di aiuto sia terreno che celeste per tutti i singoli cittadini.

Nella città deserta, gli officiali della Confraternita rimangono costantemente ai loro posti per sovrintendere al lavoro dei becchini, nonostante il considerevole rischio personale. Insomma, la committenza del dipinto testimonia anche degli sforzi della Confraternita di ottenere il necessario soccorso divino per il popolino assediato.

Tutto ciò premesso, il ruolo dominante di san Rocco in questo quadro è estremamente sorprendente e richiede ulteriori chiarimenti. In precedenza, il soggetto pressoché esclusivo degli incarichi artistici della «Fraternita» era stata l'immagine del proprio patrono, la Madonna della Misericordia. Inoltre, se lo scopo fosse stato di promuovere un più stretto legame della Confraternita col proprio patrono celeste in tempo di epidemie di peste, allora di sicuro la scelta più logica sarebbe stata la variante iconografica, rispetto alla peste, della Madonna della Misericordia. Dalla seconda metà del Quattrocento, questa era un'immagine popolare e rassicurante di

difesa divina contro la malattia, frequentemente utilizzata dalle confraternite, dagli ordini religiosi e dai governi comunali per implorare la protezione misericordiosa di Maria a favore dei propri membri e cittadini.

In molteplici immagini, il tradizionale gesto misericordioso della Vergine – il mantello alzato a proteggere i fedeli – diventa letteralmente uno scudo contro i dardi mortali della peste, scagliate sui peccatori da un Dio adirato. La decisione estremamente insolita dei rettori della «Fraternita» di far rappresentare Rocco in un modo così preminente nel loro dipinto, a questo punto può essere compresa solo alla luce di un vasto interesse locale per il nuovo santo della peste, il cui culto raggiunse il culmine precisamente a questa data, durante la devastante serie di epidemie che scoppiarono Italia dal 1477 al 1479.

La chiave della popolarità di Rocco come santo della peste sta nel fatto che si riteneva che anche lui avesse contratto la peste e fosse sopravvissuto. Nel dipinto della «Fraternita», come in altre immagini del Rinascimento, il suo gesto caratteristico è mostrare il suo bubbone della peste. I cronisti del Rinascimento individuavano invariabilmente il bubbone come un segno di morte certa; ed invece, ecco un uomo che porta il temuto segno e tuttavia vive. Per i devoti del Quattrocento, ad Arezzo come altrove, la visione di Rocco, sfregiato dalla peste e tuttavia vivo, doveva essere una possente immagine di speranza di una cura. Nello scoprire la sua pelle morbosamente segnata rimanendo comunque integro e sano, Rocco offre una prova tangibile che era possibile sopravvivere alla peste: ecco un santo che aveva trionfato sulla malattia nella sua stessa carne.

La rassicurazione estremamente efficace e coinvolgente che Rocco ha offerto agli uomini ed alle donne del tardo Quattrocento, attaccati

da un rinnovato assalto di epidemie di peste tremendamente virulente – che rappresenta il contesto immediato entro il quale ben si comprende l'incarico della «Fraternita» – è documentata in modo vivido e speciale ad Arezzo.

Infatti, la città testimonia una rimarchevole proliferazione di immagini del nuovo santo esattamente in quel periodo, tutti dipinti dallo stesso artista, a quanto pare a pochi anni di distanza uno dall'altro, per vari committenti a ciò interessati.

Oltre all'inciarico della «Fraternita», sono sopravvissute non meno di tre altre grandi tavole dipinte di san Rocco, opera di Bartolomeo della Gatta, ed almeno due furono realizzate per essere ubicate nella stessa Arezzo. Due dipinti per predelle dello stesso artista raffigurano vari eventi della vita di Rocco e possono essere associati con uno o più di questi pannelli.

Inoltre, un imponente affresco sulla navata di San Domenico, nei pressi di Cortona, mostra che il culto di san Rocco si era diffuso anche nella regione circostante. Sebbene solo il quadro della «Fraternita» sia stato chiaramente datato, queste altre versioni sono stilisticamente vicine e sono certamente databili a pochi anni uno dall'altro.

In assenza di documentazione, è impossibile dire se alcune di queste pitture precedano la pubblicazione delle prime Vitae del santo (1478-80). In ogni caso, sono attestate le fondazioni di confraternite in onore del nuovo santo ad Arezzo e Cortona nel secondo Quattrocento, ed è assai probabile che tali enti siano almeno in parte i protagonisti dell'incentivazione di un forte interesse locale per il nuovo santo della peste, organizzando celebrazioni pubbliche nel giorno della sua festa e chiamando rumorosamente in causa i governi cittadini per ottenere chiari segnali di riconoscimento comunale del loro santo.

Le tre altre grandi pitture rocchiane di Bartolomeo della Gatta mostrano tutte l'intercessione del santo per proteggere i suoi devoti dalla peste. Compiuto sotto lo sguardo divino, la presentazione rituale da parte di Rocco della sua "ferita" assicura, anzi impone, la grazia divina in favore dei suoi fedeli. Un quadro ora nel Museo Horne di Firenze è probabilmente da identificare con un dipinto, descritto dal Vasari, della chiesa dei Serviti di San Pier Piccolo in Arezzo. Il santo è rappresentato mentre mostra il suo bubbone ad una figura divina – probabilmente Cristo, sebbene le precarie condizioni del dipinto impediscano di esserne certi – nell'angolo superiore sinistro.

Come nel dipinto della «Fraternita», un rotolo di carta attorno al suo bastone riporta le suppliche di Rocco alla clemenza divina: "Risparmia, oh Signore, risparmia il tuo popolo" («Parce Domini, parce populo tuo», Gioele 2: 17). Dietro alla sua spalla sinistra volteggia la scheletrica figura della Morte, armata di una falce. Una veduta della città di Arezzo, ora quasi completamente perduta, un tempo si scorgeva sullo sfondo. Sotto, una iscrizione illeggibile vicino alla base sembra reiterare le parole della tavoletta che, secondo i biografi di Rocco, venne trovata sotto la sua testa al momento della morte, con la promessa divina dei suoi poteri di intercessione.

Iscrizione ed immagine funzionano così assieme: l'origine divina del testo serve a convalidare il culto di Rocco, e la promessa solenne di Dio di ascoltare sempre le sue suppliche è vividamente supportata dall'«ostentatio vulnerum» dipinta. Finché i cittadini di Arezzo onoreranno il santo ed invocheranno il suo aiuto, la loro città sarà libera dalla minaccia di morte della peste. Un'altra tavola del monaco camaldolese, ora in una raccolta privata di Amsterdam, riprende molti degli stessi elementi (ad eccezione della veduta urbana). Forse questa pittura fu ordinata come una copia di quella di San Piero, per

una chiesa o cappella del contado circostante.

In virtù del suo straordinario bouquet di colori e della incisiva chiarezza delle linee, un'altra tela nel Museo di Arezzo è usualmente identificata come il dipinto in origine ubicato nella cappella della famiglia Lippi della chiesa parrocchiale di Arezzo, decantata dal Vasari come il capolavoro del pittore: "il quale San Rocco è una bella e rara figura, e quasi la meglio che mai facesse".

Il modo in cui questo ritratto, unico fra tutti quelli dipinti da Bartolomeo, esprime un vivido dramma di castigo divino e di salvezza tramite il santo, ci offre in modo immediato l'indicazione più drammatica e più chiara delle ragioni dello sviluppo straordinariamente rapido del culto di Rocco come santo della peste. Letteralmente e figurativamente, il dipinto presenta un confronto tra cielo e terra: la determinazione di Cristo nell'esigere la punizione di una umanità peccatrice si incontra con l'insistente supplica di Rocco affinché i suoi devoti siano risparmiati. L'implacabilità divina si dissolve di fronte alla resistenza del santo. Cristo annulla i suoi stessi ordini, inviando una seconda coppia di angeli ad intercettare e rompere le frecce della peste prima che esse raggiungano Arezzo.

La pittura di Bartolomeo della Gatta è una visualizzazione rara ed altamente rivelatrice dell'efficacia del potere del santo. La raffigurazione di Cristo e dei suoi angeli che lanciano le frecce della peste è generalmente confinata nelle rappresentazioni della Madonna della Misericordia riguardanti la peste. Nelle immagini del Rinascimento, l'intercessione di Rocco di solito era evocata nei termini di un pacato colloquio tra il santo ed una divinità accondiscendente. Di contro, il dipinto di Arezzo mette in piena luce il momento del conflitto, quando la decisione originariamente punitiva di Cristo viene contestata e modificata dall'intervento diretto del santo.

La sorprendente giustapposizione di azioni apparentemente contraddittorie da parte dei coadiutori angelici di Cristo – una coppia che lancia le frecce, un'altra che le intercetta e le distrugge – è una brillante rappresentazione pittorica della convinzione che un santo possa forzare Dio ad avere una «seconda idea». Questa immagine insolita offre una irretistibile formulazione pittorica della «battaglia» dei santi con Dio, come entusiasticamente descritto da un popolare predicatore Domenicano come Fra Giordano da Pisa (1260-1311) in un sermone del 1304:

"Pugnano ancora con Dio, e fanno battaglia; ma questa è buona battaglia, che si muove di radice d'amore. Qual è questa battaglia? quando Iddio vorrebbe talora fare vendetta de' peccatori e punirli, e i Santi pregano Iddio, e non lasciano, e tutti pugnano insieme a un tratto e una concordia per la misericordia a' peccatori; ma questa battaglia è buona, e vuole Iddio essere combattuto, e piacegli assai questa battaglia; sicchè i Santi sono fortissimi".

La consapevolezza dell'esistenza di queste altre immagini aretine dell'intercessione di Rocco ci aiuta ad interpretare più chiaramente l'iconografia decisamente differente del dipinto commissionato dalla «Fraternita» della Misericordia per la loro sala delle udienze. Dove tutte le altre versioni mostrano Rocco che intercede direttamente presso Cristo, nel dipinto della «Fraternita» gli appelli di Rocco sono rivolti alla Vergine Maria.

È lei, piuttosto che Cristo, ad essere qui rappresentata come l'autorità finale. Senza ricorso a Dio, lei ha il potere di stornare la peste, se chiamata in causa in modo adeguato dall'appropriata intermediazione del santo. Naturalmente, se Maria è raffigurata nell'esercizio di simili poteri, è solo perché Cristo ciò le permette, come i teologi erano ben attenti a spiegare. Ancora, l'assenza di qualsiasi rappresentazione della divinità certamente conferisce

potere alla Madre, la regina della misericordia di Cristo re della giustizia, la suprema ed in apparenza autonoma autorità celeste a cui il nuovo santo della peste deve inevitabilmente chinare il capo. In tal modo, il dipinto della «Fraternita» testimonia del recente, straordinario decollo della devozione in Arezzo ad un nuovo santo intercessore contro la peste, ma inoltre si appropria efficacemente della devozione e la canalizza in un mezzo di glorificazione del loro patrono celeste.

Visto all'interno del suo contesto locale, il dipinto della Confraternita può essere riconosciuto come uno sforzo propagandistico particolarmente oculato da parte dei rettori committenti. Come diceva il vecchio adagio, se non puoi batterli, unisciti a loro – e falli lavorare per te, piuttosto che contro! In questo dipinto riccamente evocativo, l'invocazione dei poteri speciali di Rocco in qualità di protettore contro la peste è strettamente legata alla celebrazione dell'impegno caritativo della «Fraternita» ed alla esaltazione del suo patrono, la Vergine della Misericordia. In tal modo, l'indubbio carisma di Rocco è arruolato e fatto proprio per ingrandire il ruolo del patrono della Confraternita, la Madonna della Misericordia, come ultimativa fonte di salvezza per l'intera città.

(*traduzione dal testo originale inglese-australiano a cura di Paolo Ascagni*)

ILEANA TOZZI

CHIESE, ORATORI, CAPPELLE: LA DEVOZIONE PER SAN ROCCO DI MONTPELLIER NEL TERRITORIO DELLA DIOCESI DI RIETI.

Il territorio sabino, percorso dalla consolare Salaria, la quarta *via strata* romana che collegava le coste saline di Ostia con la dorsale appenninica per raggiungere le coste adriatiche, fu cristianizzato intorno alla metà del I secolo per opera di San Prosdocimo, discepolo di San Pietro, e costituito giuridicamente come Diocesi nel V secolo.
Dopo due secoli di dominazione longobarda, fra il 773 ed il 774, Carlo Magno eresse a contea Rieti, che si sottomise all'autorità di papa Adriano I. Fino al XII secolo, la città costituì l'estremo avamposto del potere imperiale nell'ambito territoriale del *Reichsitalien* tanto da essere assediata dalle milizie di Ruggero di Sicilia, fra il 1149 e il 1151, a causa della sua rilevanza strategica ai confini fra il Patrimonio di San Pietro ed il Regno di Napoli.
Rapidamente ricostruita fra il 1154 ed il 1156, nel 1198 la città si pose sotto la protezione di papa Innocenzo III: da allora, nell'arco di un secolo, a Rieti si avvicendarono i pontefici Innocenzo III (1198), Onorio III (rispettivamente nel 1219 e nel 1225), Gregorio IX (nel 1227, nel 1232 ed ancora nel 1234), Niccolò IV (fra il 1288 ed il 1289), Bonifacio VIII (nel 1298). La stessa amministrazione diocesana si estendeva per due terzi in territorio di Regno, mentre solo un terzo era territorialmente compreso entro l'ambito temporale della Chiesa.
Questa particolare condizione di confine, unita alle conseguenze della sismicità del territorio, rese le epidemie particolarmente violente e

frequenti. Il primo terremoto registrato nel territorio reatino risale all'anno 628 *ab Urbe condita*, come afferma Giulio Obsequente nel *De prodigiis.* Nel corso del medioevo, fu particolarmente violento il sisma del 1298, a causa del quale papa Bonifacio VIII fece erigere l'arco a doppia volta a crociera che àncora il palazzo papale agli edifici adiacenti.

L'età moderna registra terremoti devastanti nel 1461 e nel 1582. Nell'anno 1703, le scosse si ripeterono incessantemente da gennaio a dicembre con intensità variabile dai 5 ai 10 gradi della Scala Mercalli. Ancora gravi sismi si registrarono nel 1713, nel 1730 e nel 1789. Le difficoltà di portare tempestivo soccorso alle popolazioni colpite dai terremoti in zone isolate sulla dorsale appenninica, prive di adeguati collegamenti stradali, furono di frequente concausa di epidemie virulente. Le autorità dell'uno e dell'altro territorio contermine si adoperarono per quanto di loro competenza, istituendo cordoni sanitari ed attrezzando lazzaretti; l'autorità religiosa, sotto la cui giurisdizione ricadevano le popolazioni al di qua e al di là del confine, provvide con altrettanto zelo a coordinare gli interventi sanitari promovendo l'istituzione di pie unioni e confraternite in grado di assicurare assistenza materiale e spirituale alle vittime delle epidemie.

Ai martiri venerati fin dai primi secoli, il vescovo Eleuterio e sua madre Anzia, il prete san Marone, sant'Anatolia, santa Barbara, santa Vittoria e sant'Audace, si aggiunsero dunque nella pratica delle devozioni i Santi le cui vicende terrene potevano meglio rappresentare le sorti comuni dei fedeli, incoraggiati a ricorrere alla loro intercessione nelle difficoltà quotidiane e nelle emergenze della peste. Dapprima, il Santo che per eccellenza fu invocato in queste circostanze fu il martire Sebastiano, il cui emblema parlante fu costituito dalle frecce che ne piagavano il corpo. Ne offre conferma il

titolo di uno dei più antichi *hospitalia* attivo lungo la Salaria in località Canetra, risalente al XIII secolo, dalle cui pareti esterne fu staccato nel 1967 uno dei più antichi dipinti custoditi presso il Museo Diocesano di Rieti, raffigurante il Cristo Benedicente, con il libro sapienziale nella mano sinistra, affiancato da un Santo Vescovo e da un personaggio purtroppo non identificabili a causa del cattivo stato di conservazione dell'affresco.

Il nome di san Rocco compare per la prima volta nel 1398, dunque po chi decenni dopo la morte del Santo di Montpellier (secondo la cosiddetta *nuova cronologia*), in un *Registro delle Chiese della Diocesi di Rieti* trascritto al tempo del vescovo Saverio Marini: in questo documento si parla ancora della chiesa di San Sebastiano, destinata ad assumere definitivamente il titolo di San Rocco. Dal 1707 fino all'età napoleonica, la chiesa di San Rocco avrebbe assolto funzione cemeteriale per gli abitanti di Borgocollefegato.

Diverso è quanto accadde a Castel Sant'Angelo, dove l'ospizio quattrocentesco dipendeva dall'*hospitale* romano di Santo Spirito mentre a San Rocco era dedicata la chiesa adiacente, dalle modeste, tipiche forme della cappella rurale dal tetto a capanna, appena ingentilita nelle forme dall'oculo della facciata, dalla nicchia destinata ad ospitare il simulacro del Santo titolare, sovrastante al solido architrave in pietra del portaletto d'accesso.

La peste nera, che nel 1348 dilagò nel territorio reatino non meno che nel resto d'Italia, impose drastici provvedimenti di ordine sanitario: poiché gli *hospitalia* preesistenti, dalla matrice essenzialmente caritativa, ad eccezione dell'*hospitale* di Santo Spirito in porta Carceraria, non erano in grado di assicurare un'efficace assistenza, il Comune ed il Vescovo fra Biagio da Leonessa promossero l'istituzione di più efficienti luoghi deputati all'assistenza dei malati. Sorsero così gli *hospitalia* di San Sebastiano nel popoloso

rione delle *Valli*, ai piedi dello sperone di travertino su cui svetta l'arce, lambita dalle limpide e fredde acque del fiume Velino, e di Santa Maria della Misericordia nel cuore dell'*«allargo»* duecentesco a settentrione della città delimitata e protetta da una salda cintura muraria.

Nel 1252, in pieno sviluppo urbanistico, politico e socioeconomico, Rieti fu dotata infatti di un'addizione che si estese programmaticamente nell'area pianeggiante a settentrione dell'arce sabino-romana: in particolare, venne disegnato il tracciato di tre strade parallele, dall'andamento rettilineo, incluse e circoscritte da oriente ad occidente mediante una serrata cerchia di mura, mentre il lato meridionale della città era protetto dalla barriera naturale delle acque del Velino.

Al crocevia fra l'antico *cardo* dell'urbe sabino-romana e l'asse viario del nuovo insediamento ebbe sede la *Confraternita della Misericordia* – più tardi associata alla congregazione senese dell'*hospitale* di Santa Maria della Scala – che si distinse per zelo ed efficienza, tanto da meritare la protezione del Comune, come attesta il capitolo 150 del Libro I degli Statuti Civici. L'*hospitale* di Santa Maria della Misericordia avrebbe mantenuto questi privilegi fino alla metà del Cinquecento, quando l'*hospitale delli furfantelli* fondato nel 1337 dai religiosi della Congregazione di Sant'Antonio di Vienne fu affidato alla *Compagnia del SS.mo Sacramento* e da questa incrementato al punto di diventare la prima istituzione cittadina deputata alla cura dei malati.

La prima, saliente memoria della diffusione del culto di san Rocco di Montpellier è documentata in un affresco parietale della chiesa conventuale di San Domenico.

I frati dell'Ordine dei Predicatori, legati a Rieti dalla memoria della canonizzazione del loro fondatore, qui proclamato Santo da papa

Gregorio IX il 29 giugno 1234, nel 1268 vi costituirono una comunità presso la chiesa dei SS. Apostoli nel sestiere di Porta Cintia *de suptus.* La costruzione della chiesa, nelle sobrie ed armoniose forme romanico-gotiche proprie dell'architettura mendicante, fu compiuta entro la fine del secolo XIII. La decorazione parietale fu inizialmente compiuta con la tecnica dell'affresco e la finalità didascalica propria della *Biblia Pauperum.*

L'affresco che reca memoria di san Rocco risale all'ultimo quarto del XV secolo ed è opera di un artista reatino, Domenico Papa, noto alla storia dell'arte locale per avere affrescato due nicchie del battistero di San Giovanni in Fonte. La datazione del dipinto, stilisticamente coevo alla decorazione del battistero realizzata fra il 1482 ed il 1489, è suggerita dalla recrudescenza endemica attestata fin dal 1478 dagli *Annali* di Ludovico Antonio Muratori.

Incluso nella prima nicchia sulla parete *a cornu Epistulae*, l'affresco raffigura la Madonna della Misericordia che accoglie sotto il suo manto i fedeli, proteggendoli dalle frecce scagliate dagli angeli arcieri per volontà dell'Onnipotente. Sul fondale di un intenso color lapislazzulo, spicca l'immagine severa di Dio, dal volto corrucciato incorniciato da una folta barba, nella mano destra la spada sguainata con la punta rivolta in alto, nella sinistra tre frecce con la punta rivolta in basso. I due angeli dalle tuniche versicolori estraggono dalle faretre le frecce che scoccano invano dai loro archi, perché queste si flettono sulla superficie liscia e tesa del manto bianco della Vergine, dalla lucente, serica fodera color verde smeraldo, sotto cui trovano riparo uomini e donne, ecclesiastici e laici di ogni età, stato e condizione.

Ai lati della Madonna della Misericordia, sono raffigurati i Santi a cui i fedeli sono esortati a rivolgere le loro preghiere per ottenerne intercessione: a destra, sono disposti san Nicola, san Giovanni

Battista, san Sebastiano, oltre alle tracce della sinopia di santa Maria Maddalena, riconoscibile per la folta chioma e per il vaso d'unguenti stretto nelle mani, a sinistra san Rocco con il suo cane, san Domenico e san Francesco.

Nel corso del XV secolo, si registrano nel territorio diocesano le chiese di San Rocco, cappella rurale nel territorio di Cittareale, di San Rocco di Collepiccolo, oggi diroccata, nei pressi del ponte che conduce a Castel di Tora e San Rocco di Pendenza, presso Cittaducale. In questo modesto villaggio montano, il Santo di Montpellier fu anzi eletto ed invocato dagli abitanti come loro patrono. Al Santo invocato nelle emergenze delle epidemie era intitolata anche la chiesa di Poggio di Accumoli, in territorio della Diocesi di Ascoli Piceno.

Nel 1503, l'Arte dei Maestri lombardi chiese ed ottenne dal Capitolo della Cattedrale un sito in cui fondare a proprie spese una cappella da intitolare al proprio protettore san Rocco, impegnandosi a costruirla *«pulchram et insignem»*. Del primitivo allestimento rimane la statua lignea un tempo collocata in una nicchia ed a tutt'oggi disposta sull'altare: si tratta di un pregevole esempio dell'ebanisteria locale, specializzata nel modellato plastico arricchito dalla policromia delle laccature. Il Santo è raffigurato nelle vesti del pellegrino, il mantello sulle spalle, il bastone da cui pende la corona del Rosario, la gamba sinistra protesa in avanti a mostrare le piaghe.

Nel 1631, la confraternita dei muratori provvide ad ampliare la cappella, erigendo il bell'altare in stucco sovrastato dall'iscrizione *«Pestis Mirificus Propulsator»* posta in un cartiglio sorretto da due angeli in volo. La decorazione parietale fu affidata a Vincenzo Manenti, che vi realizzò ad affresco nelle smussature dei quattro angoli le figure di san Sebastiano, san Prosdocimo, san Giuseppe e san Martino.

Il XVII secolo, travagliato dall'epidemia dilagata al di qua dei confini del Regno di Napoli nell'anno 1656, vide dedicare al culto di san Rocco le chiese di Villa Aglioni del Vicariato di Montereale (1614), l'Oratorio pubblico di Ascrea (1658), la chiesa di Nespolo, l'*aedicula* fornita di abitacolo per un eremita alle dipendenze della chiesa di Santa Maria di Categne fino al 1726.

Ancora nei secoli XVIII e XIX le *Relationes ad Limina Petri* e gli *Atti di Sacra Visita* nel territorio diocesano documentano la presenza di cappelle ed oratori legati alla devozione per san Rocco: è il caso della chiesa di Santa Maria *de Villa* nel territorio di Villa Camponeschi, già documentata come pertinenza della chiesa di Santa Croce di Borbona nel Registro del 1398 ed intitolata *ex novo* a san Rocco nell'emergenza delle epidemie, o dell'*Ecclesia ruralis* fondata dagli abitanti di Mozza nel 1738 e dell'Oratorio pubblico di San Rocco a Collegiove nel 1819.

Nel 1793, la Confraternita d'altare dei muratori si costituì in Società canonicamente confermata continuando ancora a lungo a mantenere viva la devozione per san Rocco, celebrando presso la Cattedrale di Santa Maria Madre di Dio la solennità religiosa del 16 di agosto, che veniva a concludere i festeggiamenti di metà agosto in onore dell'Assunta.

ILEANA TOZZI

«PESTIS PROPULSATOR MIRIFICUS». SAN ROCCO E GLI AFFRESCHI DI VINCENZO MANENTI NEL DUOMO DI RIETI

INTRODUZIONE

Fin dagli albori del XVI secolo, presso la cattedrale di Santa Maria Madre di Dio a Rieti una cappella, la seconda a cornu Epistulae, fu intitolata a san Rocco ed affidata ai Maestri lombardi.

Riallestita negli anni trenta del XVII secolo, destinata nel 1966 ad accogliere la sepoltura di un Vescovo morto in concetto di santità, la cappella di San Rocco è stata recentemente sottoposta ad un impegnativo intervento di restauro che ha rivelato, al di sotto di uno spesso strato di scialbo, quanto rimane degli affreschi realizzati nel 1632 da Vincenzo Manenti, un artista sabino che dominò a lungo la scena artistica reatina, divulgando in provincia la lezione pittorica appresa nella capitale dello Stato alla scuola del Domenichino e del Cavalier d'Arpino.

Restituita dunque al suo assetto secentesco, la cappella di San Rocco merita di essere studiata più da vicino e puntualmente descritta, poiché testimonia i modi e le forme con cui la devozione per il Santo si declinò nel corso di due secoli cruciali per la storia della Chiesa e per l'evoluzione dell'arte sacra.

LA CATTEDRALE DI RIETI

Le fonti documentano a Rieti l'esistenza della cattedrale e dell'episcopio –un palazzo a due piani – fin dalla metà del V secolo, ai tempi del santo vescovo Probo, di cui papa Gregorio Magno

racconta la morte e gli eventi miracolosi che la accompagnarono. É presumibile che la basilica paleocristiana dall'antico, tradizionale titolo di Santa Maria Madre di Dio, insistesse sulla medesima area in cui sorse, fra il XII ed il XIII secolo, l'attuale cattedrale costituita da due aule sovrapposte: l'inferiore – impropriamente detta cripta – dal severo impianto romanico, la cui costruzione fu intrapresa nel 1109 dal vescovo Benincasa, consacrata dal suo successore Dodone il primo settembre 1157; la superiore a croce latina,
più grande e maestosa, consacrata il 9 settembre 1225 da papa Onorio III al tempo residente presso la curia reatina.
A partire dal XV secolo, l'assetto romanico delle due basiliche fu gradualmente trasformato intraprendendo la costruzione delle cappelle del transetto e delle navate laterali, affidate alle liberali donazioni ed alla custodia di confraternite e famiglie gentilizie che gareggiarono nel dotarle riccamente di opere d'arte sacra utili a testimoniare la fede dei committenti, la perizia degli artisti, l'adesione convinta al dettato dottrinale della Chiesa. Alla sobria cortina della facciata, dominata ad oriente dalla mole della torre campanaria eretta nel 1252 dai maestri lombardi Andrea, Enrico e Pietro, si aggiunse nel 1458 il portico rinascimentale voluto dal cardinale Angelo Capranica.
Le lunette sovrastanti i portali d'accesso, fra cui spicca per eleganza il duecentesco portale centrale in marmo finemente scolpito, furono dipinte a fresco negli anni trenta del XVII secolo, mentre gli interni furono integralmente ammodernati in ossequio al dettato post-tridentino in materia d'arte sacra e successivamente ristrutturati soprattutto per porre riparo ai danni dei numerosi, violenti terremoti che nel corso dei secoli hanno travagliato il territorio reatino.
Questo lungo ed impegnativo processo di ampliamento architettonico, adeguamento liturgico, rifacimento artistico annoverò

fra i protagonisti pittori del calibro di Antoniazzo Romano, Marcantonio Aquili, Andrea Sacchi, scultori come Gian Lorenzo Bernini e Lorenzo Ottoni, architetti come Giuseppe Valadier accanto ai quali operarono con non minore zelo artisti meno noti, la cui fama pur ragguardevole non superò i confini più angusti dell'accademismo di provincia, come l'aquilano Tobia Cicchini sul finire del XVI secolo, il fiorentino Lattanzio Niccoli, il viterbese Francesco Romanelli nel corso del XVII, il marchigiano Antonio Concioli nell'ultimo quarto del XVIII, il bellunese Pietro Paoletti nella prima metà del XIX secolo. Attivi a Rieti fin dal XIII secolo, quando insieme con i Cistercensi di San Pastore svolsero un ruolo di prim'ordine nella progettazione e nella realizzazione delle grandi fabbriche del duomo (1109-1225), del palazzo dei papi (1283-1288), delle chiese mendicanti di San Francesco (1245), Sant'Agostino (1252) e San Domenico (1269), i maestri lombardi continuano assiduamente a lavorare nei secoli successivi contribuendo a costruire alcuni fra i più importanti edifici civili e di culto che conferiscono a tutt'oggi alla città la sua inconfondibile impronta.

Quando sul finire del XV secolo il monastero suburbano delle Domenicane di Sant'Agnese viene distrutto da un incendio e la comunità superstite si rifugia intra moenia presso la casa della vedova Vanna Guadagnoli, madre della terziaria Colomba da Rieti, suo fratello Antonio, l'autorevole, ricco Ficcante, dà incarico ai maestri lombardi Gerardo di Piemonte, Antonio del Lago Maggiore, Ambrogio di Radelo affinché costruiscano una cappella «seu tribunal, seu tribunam in quadam domuncula que est sororis Palumbe de Rheate vel aliarum sororum Sancti Dominici de Rheate; que domuncula posita est in porta Cintia de suptus iuxta res Contis Gerardi, res ecclesie Sancte Marie, res episcopatus et alios fines» contribuendo così a trasformare in un luogo di culto l'agiata dimora

di un mercante di pannilana.
Pochi anni più tardi, le stesse monache di Sant'Agnese conferiranno l'incarico di adattare l'edificio alle esigenze della vita contemplativa al maestro Giovanni di Sallorino di Varese, il quale s'impegnerà con Domenico Perotti, procuratore del monastero, a costruire «in domo olim Palumme de Reate in civitate Reate et porta Cintia de supra iuxta res Mariani Tatoti, Contis Gerardi (...) tot parietes et muros ibi necessarios pro monasterio ibi fiendo et fabricando per dominas sorores tertii ordinis Sancti Dominici».
Nel 1546, Giacomo da Locarno e Stefano da Como realizzano per l'oratorio di San Pietro Martire nel chiostro nuovo di San Domenico, sede dell'antica confraternita dei mercanti, un bel portale in travertino che fu riadattato trent'anni dopo sulla facciata della chiesa di San Matteo all'Yscla. Fra Seicento e Settecento, architetti illustri come Michele Chiesa,
Antonio Sangallo, Giovanni Domenico Bianchi, eredi della tradizione dei maestri lombardi, avrebbero costruito i palazzi dell'aristocrazia reatina lavorando per i conti Cerroni, i conti Vincentini, i marchesi Vecchiarelli. Ma sono i più modesti capomastri della prima età moderna a costituirsi come Ars Muratorum accreditata nel 1474 negli Statuti dei Consoli delle Arti ed a proporsi come confraternita d'altare dotando una cappella della cattedrale.

L'ASSETTO CINQUECENTESCO

Nel 1503, il Capitolo della Cattedrale acconsentì alla richiesta assegnando alla compagnia dei maestri lombardi lo spazio adiacente alla venerata immagine di san Vincenzo Ferrer. I maestri muratori s'impegnavano a costruire la cappella entro il termine di tre anni, «pulchram et insignem», ad imitazione di quella esistente presso la chiesa romana di San Lorenzo in Damaso.

Poco rimane dell'assetto cinquecentesco conferito alla cappella di San Rocco. Il primitivo allestimento fu presumibilmente limitato all'arredo della nicchia disposta al centro della parete di fondo della navata a cornu Epistulae, contornata di stucchi, decorata di pitture, in cui fu collocata la statua del Santo.

Se sono scarse le fonti materiali, le fonti documentarie consentono però di seguirne le progressive fasi di ampliamento. Gli Atti di Sacra Visita del vescovo Giovanni Battista Osio, registrano nel 1560 la soppressione del vicino altare dedicato ai santi Apostoli Giacomo e Filippo, unito all'altare di San Rocco. I maestri lombardi avevano stabilito che annualmente i Consoli delle Arti avrebbero presentato al Capitolo della Cattedrale il rendiconto delle elemosine raccolte, destinandole in parte all'assistenza materiale dei muratori infermi, ed in parte all'abbellimento della cappella. L'impresa ebbe successo, tanto che nel 1535 i maestri lombardi costruirono a proprie spese in Porta Romana di sopra un loro ospedale intitolato a san Rocco. I proventi delle varie imprese consentirono in seguito il completamento della costruzione della cappella che a ragione Angelo Sacchetti Sassetti definì "piccola sì, ma di buona architettura".

LA STATUA LIGNEA

La statua lignea policroma raffigurante san Rocco dal volto dolce e ieratico, con il mantello ed il bastone del pellegrino, la gamba sinistra piagata leggermente flessa in avanti, la mano tesa ad indicare le piaghe, risale al primitivo allestimento compiuto nel primo quarto del XVI secolo. Si tratta di un pregevole esempio della locale ebanisteria, coltivata da anonime, abili maestranze fin dall'età medievale. Il cane, che in un'immagine del Gabinetto Fotografico Nazionale risalente alla metà del XX secolo compare sul basamento ai piedi del Santo, è andato perduto, forse insieme ad una tela laterale di cui il Sacchetti

Sassetti raccoglie la notizia che fu "data (così si dice) molti anni or sono a restaurare, non fu mai restituita". É ancora lo storico reatino a lamentare che per conferire al bel manufatto plastico "l'aspetto di marmo, fu data sconsigliatamente, non sono molti anni, una mano di biacca". A questo guasto, fortunatamente risarcibile, fu presto dato rimedio forse proprio grazie alla autorevole segnalazione del Sacchetti Sassetti.

Il restauro valse a riportare agli originari, vivaci cromatismi che pongono in risalto con la rossa, attillata calzamaglia la gamba piagata dalla peste, mentre il verde mantello conferisce al Santo il severo aspetto del penitente, esaltato dai tratti raffinati del volto dal nobile aspetto ombreggiato da una folta, ordinata barbetta e coronato da lunghi capelli fluenti in due bande fin sulle spalle.

Le dorature che impreziosiscono il ruvido tessuto del manto sono l'unico indizio della santità del pellegrino. Il modellato plastico è vigoroso, attento a cogliere i dettagli dell'abbigliamento – il bordo sottile della camicia che profila lo scollo del corsetto dalla fitta abbottonatura, le braghe di morbido cuoio, le scarpe solide del viaggiatore – non meno che ad esaltare i particolari delle belle mani curate, che ben si addicono ad un nobiluomo, degli occhi dallo sguardo distaccato e sereno di chi a lungo ha sofferto ed ha quindi meditato sulle miserie dell'umana natura.

IL RIASSETTO POST TRIDENTINO

Il riassetto secentesco, intrapreso dai titolari in coincidenza con la costruzione della cappella degli Angeli Custodi assegnata dal Capitolo ad Alfonso Lucentini e realizzata fra il 1632 ed il 1636 dall'architetto lariano Giovanni Maria Maggi, coincise con il più organico progetto di adeguamento degli arredi della cattedrale al dettato conciliare.

La venticinquesima ed ultima sessione del Concilio di Trento aveva

infatti indicato una precisa e dettagliata serie di divieti in materia d'arte sacra, intendendo così contrastare le posizioni sostanzialmente iconoclaste dei riformatori d'oltralpe arginando del pari gli eccessi e le derive sospese fra la superstizione ed il gusto profano che il Rinascimento aveva tollerato.

L'esigenza di riformulare i principi dell'arte sacra, che a lungo avrebbe ispirato la trattatistica post tridentina, viene ben presto recepita dalla Chiesa reatina: d'altro canto, ben quattro vescovi reatini, Mario Aligeri Colonna, Giovanni Battista Osio, Marcantonio Amulio e Mariano Vittori, partecipano alle sessioni del Concilio e s'impegnano con zelo a metterne in atto i principi.

Se l'impegno primario fu, nella seconda metà del XVI secolo, quello di attuare la riforma cattolica in ordine alla formazione del clero ed all'organizzazione capillare delle parrocchie sottoposte al vigile controllo dei Visitatori, i primi decenni del secolo successivo vedono crescere l'interesse dei vescovi verso il decoroso riassetto della cattedrale e del palazzo della curia, eretto sul finire del XIII secolo come sede pontificia e bisognoso di un significativo intervento di consolidamento e restauro.

Il vescovo fra Gaspare Pasquali, teologo dell'Ordine dei Frati Minori Conventuali, destinando la basilica inferiore a sede della Venerabile Confraternita delle Stimmate di San Francesco aveva dato l'impulso perché le severe pareti in pietra dell'aula romanica fossero affrescate dal leonessano Gioacchino Colantoni, che vi dipinse un ciclo di Storie di san Francesco facendo giusta memoria dell'assidua permanenza reatina del Santo.

I suoi successori, il cardinale Pietro Paolo Crescenzi (1612-1621), monsignor Giovanni Battista Tosco (1621-1633) ed il cardinale Gregorio Naro (1633-1634) promossero il riassetto della basilica superiore. Autentico protagonista di questa meritoria opera fu però il

cardinale Francesco dei conti Guidi di Bagno, che in soli quattro anni di episcopato – dal 1635 al 1639 – provvide a conferire agli interni della cattedrale l'aspetto barocco che a tutt'oggi la contraddistingue.
In questo torno di anni, nella quarta decade del XVII secolo, i maestri lombardi provvedono anch'essi al riassetto della cappella di San Rocco: mantenendo intatta la nicchia e la sua bella statua, le costruiscono intorno un ricco fastigio di stucco policromo, realizzato nel 1631 da Lelio Marini. L'altare in finto marmo e dorature, dalle armoniose forme classicheggianti, è impreziosito dagli elementi plastici che fanno parte del corredo meglio in grado di testimoniare ad un tempo la devozione al Santo e la perizia artistica dei muratori: nastri, tralci d'uva, serti d'alloro, fiori, fogliame, conchiglie, voli d'angeli, testine di cherubini si dispongono in ordine nella trabeazione che culmina nel cartiglio mistilineo campito d'azzurro, su cui risalta l'iscrizione in lettere d'oro: «PESTIS PROPULSATOR MIRIFICUS».
La decorazione delle pareti della cappella è affidata ad un affermato pittore locale, Vincenzo Manenti, che domina la scena artistica a Rieti ed in Sabina. Affreschi e tele si alternano con un brillante effetto cromatico, che esalta le tonalità più calde e piatte dei dipinti parietali eseguiti dall'artista sabino con la rapidità che gli è consueta, affiancando ad essi le belle tele luminescenti, dal tratto più misurato ed accurato.
Ai quattro angoli della cappella, dalla elegante pianta ottagonale, sono dipinte a fresco le immagini di san Giuseppe, san Prosdocimo vescovo, sant'Eleuterio martire e san Sebastiano. La scelta iconografica è certo orientata dal Capitolo della Cattedrale. Se è plausibile una devozione particolare per san Giuseppe artigiano da parte dei maestri muratori titolari della cappella, se è scontata l'associazione di san Sebastiano nel patronato contro la peste, la

proposta di affiancare i santi Prosdocimo e Eleuterio è indubbiamente legata all'intento di glorificare la Chiesa locale. San Prosdocimo, discepolo dell'apostolo Pietro, è infatti unanimemente considerato l'evangelizzatore della Sabina, il primo vescovo della nascente diocesi reatina.

Le spoglie di sant'Eleuterio, martirizzato agli albori dell'età cristiana insieme con la madre Anzia, furono traslate a Rieti nel 1370 ad opera del vescovo Primo, che dette loro sepoltura in un suo praedium suburbano. Nei pressi del sacro deposito, fra il V e il VI secolo, il benedettino santo Stefano da Rieti fondò l'abbazia che le fonti farfensi nominano «ecclesia S. Eleutherii ad rivum», distrutta al tempo dell'assedio di Ruggero II, presto ricostruita dal vescovo Adinolfo Secenari e riconsacrata da papa Innocenzo III al tempo del suo soggiorno reatino nel 1198.

Benché l'abbazia, ormai affidata in commenda al Capitolo della Cattedrale, fosse ancora regolarmente officiata, nella primavera del 1562 si verificò un tentativo di furto sacrilego che convinse il vescovo Osio a ricondurre solennemente in città le reliquie dei santi martiri Anzia ed Eleuterio, disponendole in cattedrale presso la cappella di Sant'Antonio di Padova, seconda a cornu Evangelii, dunque proprio di fronte alla cappella di San Rocco.

La tela inclusa nella ricca cornice di stucco della parete di sinistra è dedicata a san Giovanni Battista ed a san Francesco d'Assisi. Nulla sappiamo, purtroppo, del soggetto della tela della parete di destra, di cui si sono irrimediabilmente perse le tracce ormai da molti anni. Il descialbo della cornice ha però portato qualche interessante novità: accanto alle tracce di doratura, è riapparsa leggibile l'iscrizione AD MDCXXXII che consente l'esatta datazione dell'intervento di riassetto e contribuisce a studiare ordinatamente il cospicuo regesto manentiano. Figlio d'arte, Vincenzo Manenti apprese i rudimenti della

pittura alla bottega paterna: Ascanio Manenti, nato a Capradosso nel Cicolano negli anni settanta del XVI secolo e trasferitosi a Canemorto dopo il matrimonio con una donna del luogo, era infatti un buon manierista, apprezzato a Rieti ed in provincia da una committenza piuttosto vasta. Avendo intuito le buone doti del figlio, Ascanio volle che Vincenzo perfezionasse l'apprendistato a Roma, alla prestigiosa e frequentatissima scuola del Cavalier d'Arpino e di Domenichino.

Il soggiorno romano del giovane durò pochi anni, utili a maturare esperienze ed a collaborare a cantieri di assoluto prestigio. In vista del giubileo del 1625, anche il ventenne Vincenzo fa parte delle maestranze che lavorano ai mosaici di San Pietro. Ma l'ambiente della capitale non si addice al temperamento ed alle ambizioni del giovane, che preferisce essere il primo in provincia, piuttosto che uno fra i tanti artisti in attesa di essere apprezzati da un protettore autorevole nella grande città dei pontefici.

Presto dunque, perfezionata la sua formazione, il promettente artista torna in patria e, trascorsa rapidamente un'iniziale fase di esaltazione giovanile che lo porta ad assumere i tratti trasgressivi dell'artista di temperamento saturnino, intorno ai trent'anni di età Vincenzo Manenti è ormai maturo per intraprendere la sua feconda e fortunata carriera. La sua vena è fresca, perennemente alimentata dal repertorio della mitologia, dell'epica, dei santi vangeli, delle legendae dei santi; il suo lessico pittorico è franco e gradevole come i suoi modi, che lo rendono apprezzabile per i laici e gli ecclesiastici, per gli umili ed i potenti.

Lavorerà assiduamente per numerose casate gentilizie, dai Ricci agli Orsini, dai Naro ai Colonna ai Vincentini, negli Abruzzi, in Umbria, in Sabina, decorerà chiese e cappelle nelle abbazie benedettine di Subiaco, Farfa e Trisulti alla cattedrale di Rieti, nei conventi degli Ordini Mendicanti di Rieti e Borbona, nelle parrocchiali di Ancarano,

Concerviano, San Polo dei Cavalieri, Magliano, Toffia, Monteleone, Rignano Flaminio, Montopoli, Poggio Nativo, Selci in Sabina. Le chiese del paese natale, dal santuario di Santa Maria di Vallebona alla chiesa di San Giacomo, diventano scrigni preziosi in cui la sua fantasia si sbriglia producendo le opere più intense ed originali. A Canemorto, Vincenzo Manenti è stimato anche per il prestigio che circonda la sua persona: insignito del titolo di cavaliere della Milizia Dorata, s'impegna nella pubblica amministrazione e mette al servizio della comunità i suoi talenti.

Sceglie per la sepoltura di famiglia la piccola chiesa di Santa Maria dei Raccomandati, annessa al conventino dei frati dell'Osservanza, già decorata dai dipinti del padre Ascanio, morto nel 1660. Quattordici anni più tardi, nel 1674, anche lui vi sarà seppellito, dopo averne affrescato magistralmente le cappelle del transetto.

LA SEPOLTURA DEL VENERABILE MASSIMO RINALDI

Nel 1966, a venticinque anni dalla morte avvenuta in concetto di santità, furono traslate in cattedrale le spoglie del vescovo Massimo Rinaldi, fino ad allora sepolto presso la tomba di famiglia nel cimitero di Rieti. Massimo Rinaldi, nato a Rieti nel 1869, era stato avviato al sacerdozio dallo zio don Domenico che, eletto vescovo di Montefiascone, lo aveva voluto con sé come suo segretario. Affascinato dall'ideale di vita missionario scalabriniano, abbandonò la vita di curia per intraprendere una difficile esperienza al di là dell'oceano, al fianco degli emigrati italiani nella vasta regione del Rio Grande do Sul in Brasile.

Al ritorno in Italia, nel 1910, proseguì assiduamente nell'opera intrapresa dal vescovo Giovanni Battista Scalabrini operando a Roma come procuratore ed economo generale della congregazione. Intuendo l'importanza della stampa cattolica, diresse dal 1910 al

1924 il periodico scalabriniano L'Emigrato Italiano in America.
Durante gli anni dell'episcopato reatino, fondò, oltre al Bollettino ufficiale della Diocesi, il periodico L'Unità Sabina. Nel 1924, eletto vescovo della città natale, resse la diocesi con autentico zelo missionario, vivendo all'insegna del motto scalabriniano «Humilitas», che volle riportare anche nel suo stemma, gli anni esaltanti della conciliazione, gli anni difficili che portarono allo scoppio della seconda guerra mondiale. Morì a Roma, fra il compianto generale, il 31 maggio 1941.
La scelta di dare sepoltura in cattedrale proprio presso la cappella di san Rocco, benché determinata da ragioni pratiche e contingenti, non poteva essere più calzante ed opportuna, per l'esperienza di pellegrino che il venerabile Massimo Rinaldi compì in Brasile accanto agli emigranti, per i legami mai sciolti con la diocesi di Piacenza.

IL RESTAURO ATTUALE

Il 19 dicembre 2005, la Congregazione per le cause dei Santi ha riconosciuto a monsignor Rinaldi il titolo di Venerabile. La conclusione di questa importante fase del processo di beatificazione di monsignor Massimo Rinaldi ha indotto il vescovo di Rieti, monsignor Delio Lucarelli, ad iniziare proprio dalla cappella di San Rocco l'impegnativo intervento di restauro degli interni della cattedrale.
L'incarico è stato dunque affidato agli esperti restauratori Cecilia Gugliandolo e Ihab Samy Nasseralla, a cui si deve il consolidamento ed il recupero delle originali policromie degli stucchi nonché di una parte saliente dell'originale decorazione pittorica seicentesca. Lo stato di conservazione delle pitture era compromesso in particolare a causa delle infiltrazioni d'acqua piovana a cui per lunghi anni la cappella era stata esposta: i nitrati, i carbonati, i solfati avevano aggredito nel tempo ampi strati degli intonaci, provocandone il

deterioramento e causando di conseguenza vaste lacune nella superficie affrescata.

Al fine di restituire coesione all'intonaco, inoltre, le pareti della cupola erano state scialbate ricoprendo l'intera superficie di un'opaca tinteggiatura color nocciola. Compiute con pazienza e perizia le operazioni di consolidamento, pulitura e descialbo, risarcite per quanto possibile le lacune, si è reso possibile il recupero degli affreschi raffiguranti gli Evangelisti e le Storie di san Rocco.

Nei quattro pennacchi trapezoidali che sostengono l'innesto della cupola, le armoniose cornici mistilinee ornate da volute su cui sporgono deliziose testine di cherubini impaginano le immagini dei quattro Evangelisti, convenzionalmente ritratti da Vincenzo Manenti con i loro emblemi parlanti. In particolare, san Marco poggia il capo sulla mano sinistra mentre tiene nella mano destra il vangelo. Ai suoi piedi è ritratto il leone che lo simboleggia. Memore della lezione di Caravaggio, Manenti ritrae san Matteo che si volge quasi di scatto al richiamo dell'angelo dal volto delicato che compare in volo alle sue spalle per dettargli il vangelo. San Luca, con il bue alla sua sinistra, tiene in mano il cartiglio su cui ha annotato la sua testimonianza riguardo alla vita di Cristo. San Giovanni, accanto a cui è l'aquila, ha indosso un rosso mantello e rivolge intensamente lo sguardo al cielo.

Pur aderendo convenzionalmente ad una consolidata tradizione, l'interpretazione iconografica dei quattro Evangelisti presenta quegli spunti di vivacità, freschezza e facondia narrativa che costituiscono la cifra distintiva dell'arte manentiana, popolare ma mai vernacolare: li ritroviamo con scarse varianti nei pennacchi che sostengono la volta a cupola della cappella di San Francesco presso la chiesa di Santa Maria degli Angeli a Montopoli, nella chiesa parrocchiale di Mompeo e nella cappella dell'Assunta della chiesa reatina di Sant'Antonio al Monte.

La cupola ellittica della cappella di San Rocco è arricchita da una elegante partitura in stucco: le fasce a rilievo scandiscono quattro spicchi, proponendo gli elementi di un apparato iconografico che ai nastri, ai volti dei cherubini, ai serti di frutti più usuali unisce i segnacoli che meglio si addicono a san Rocco, la conchiglia ed il cappello del pellegrino. All'interno di quattro cornici ovali, modellate specularmente con ghirlande di fiori e valve di conchiglie, Vincenzo Manenti include le Storie del santo, portando ad efficace sintesi gli episodi salienti della sua Vita, così come viene narrata dalle fonti agiografiche: la visita ai malati, la cura delle piaghe, il digiuno penitenziale nel deserto, l'elemosina di san Rocco.

LA TELA DI EDOARDO RICCOBONI (2007)

È stato proprio il riassetto dell'ambiente compiuto dai restauratori Cecilia Gugliandolo e Ihab Samy Nasseralla ad evidenziare la perdita di una delle tele manentiane che si alternavano agli affreschi parietali.

Rimossa la piccola tela approssimativamente adattata nella grande cornice in stucco, parzialmente celata da un massiccio confessionale, d'intesa con il Vescovo monsignor Delio Lucarelli, attento estimatore dell'arte sacra e custode appassionato del patrimonio artistico della Chiesa locale, la commissione diocesana per l'arte sacra ha invitato Edoardo Riccoboni, un artista trevigiano che da alcuni anni ha scelto di vivere nel silenzio operoso della Valle Santa, a misurarsi con l'impresa di integrare la decorazione della cappella di San Rocco con una sua opera.

Riccoboni vanta un curriculum di tutto rispetto: sue opere sono esposte presso la chiesa di Sant'Antonino a Treviso, in Santa Maria dell'Orazione e Santa Maria a Setteville di Guidonia, nella chiesa di San Sebastiano e San Fabiano a Fiamignano, nella parrocchiale di

San Clemente a Roma, presso il monastero benedettino del lago di Tiberiade in Palestina.

A lui ben si attaglia la definizione coniata dall'associazione AR.SA, Arte e Sacerdozio: «partecipe della fede, della speranza e del culto della Santa Chiesa, l'artista cattolico è conscio della sublimità del compito che gli è offerto e ad esso si dispone in profonda umiltà, superando e sublimando ogni sua personale, privata e individualistica aspirazione per divenire, come il sacro ministro, come il lettore, voce e manifestazione dell'intero popolo di Dio».

La proposta elaborata dall'artista, la cui cifra stilistica si dispone nel solco della tradizione rinnovandola alla luce delle più attuali esperienze dell'arte sacra, è stata dunque presentata in situ mediante un cartone esposto per oltre un mese ed apprezzata dai fedeli.

Nella solennità di Ognissanti, il 1° novembre 2007, la tela di San Rocco è stata consegnata alla sua definitiva sede, contribuendo a dare dignità e decoro alla cappella in cui riposano le spoglie del Venerabile monsignor Massimo Rinaldi, dando piena conferma degli esiti dell'arte sacra contemporanea, erede della tradizione, fedele interprete del messaggio cristiano, padrona delle tecniche più aggiornate.

Il contributo prezioso di Edoardo Riccoboni, un uomo mite e gentile, un artista limpido e sinceramente ispirato, è ora sotto gli occhi di tutti: la tela di San Rocco, dai colori vividi che esaltano la classicità dell'impianto iconografico, è specchio della sua fede e del suo studio.

LUCA LEONI

SAN ROCCO DI MONTPELLIER ED IL SUO CULTO A VELLETRI

Adagiato su uno sperone vulcanico a forma di scudo, l'abitato di Velletri denota, già nella sua posizione geografica, caratteristiche che lo differenziano dagli altri centri dei Castelli Romani.

Attualmente diocesi suburbicaria le cui origini risalirebbero al V secolo e unita a quella di Segni nel 1982, nella seconda metà del XV secolo la città di Velletri doveva contare tra un minimo di quattromiladuecento ed un massimo di diecimila abitanti, cifra notevole se paragonata alle circa

quarantamila unità della popolazione di Roma in quegli anni.

Fin dai primi secoli del medioevo, Velletri era una sorta di piccola repubblica oligarchica, parzialmente sottomessa al Comune di Roma dall'inizio del XIV secolo e governata da una classe dirigente che era frutto di una preparazione selettiva, gestita da un patriziato e da una borghesia cittadina.

Risale al 13 novembre 1312 il trattato stretto tra il Comune di Roma, rappresentato dal senatore e capitano del popolo Giacomo Arlotti, ed il Comune di Velletri, rappresentato dalla media borghesia cittadina, in virtù del quale, tra le altre clausole, il Comune di Roma aveva il diritto di nominare il Podestà di Velletri e di confermarne il Giudice.

Da allora entrò in vigore l'obbligo, per Velletri, di inviare alcuni suoi cittadini a Roma, da impiegare nei giochi carnevaleschi di Testaccio. Dovette trattarsi di un patto, tra le autorità di Roma e quelle di Velletri, di natura sostanzialmente paritaria e democratica, che prevedeva anche che nessun nobile di qualsivoglia provenienza

avesse potuto abitare a Velletri o acquistare terre nel suo distretto, pena la nullità del contratto stesso. Va tenuto presente, infine, un elemento storico fondamentale per gli equilibri sociali delle rispettive città in quell'epoca: il trasferimento della sede papale da Roma ad Avignone avvenuto nel 1309, durante il pontificato di Clemente V. San Rocco, invocato tradizionalmente contro la peste, è elencato tra i Protettori di Velletri in occasione del sinodo diocesano del cardinal vescovo Alderano Cybo nel 1698 2; il suo culto veliterno, iniziato in epoca ignota, ebbe probabilmente un netto incremento nel corso del Quattrocento, in occasione delle pestilenze anteriori e successive alla battaglia di Campomorto, combattuta il 21 agosto 1482 a sud est di Velletri tra le truppe inviate da papa Sisto IV e quelle di re Ferdinando d'Aragona.

Nel corso del XV secolo, a causa della pestilenza durata dall'agosto al dicembre 1456, "li poveri Velletrani furono forzati à fuggire nelle Terre, e Luoghi vicini, e chi à Civita Lavinia, chi à Valmontone, Segni, Cave, & altri luoghi, come anco altri frà le Selve ebbero ricovero, e scampo".

Meno di vent'anni dopo, nel 1475, un'epidemia si diffuse di nuovo a Velletri: proveniva da Roma, ove l'inondazione del Tevere, causata da lunghe piogge, aveva innescato la diffusione di pestilenze. Papa Sisto IV fu costretto a prolungare l'Anno Santo fino alla Pasqua del 1476, a ridurre le chiese giubilari romane da visitare e perfino ad estendere l'indulgenza plenaria ai fedeli che avessero visitato le chiese principali della loro città, esentandoli dal pellegrinaggio a Roma; per gli stessi motivi, il papa esentò i velletrani dalla partecipazione ai giochi carnevaleschi del Testaccio (le cui spese venivano addebitate alle comunità ebraiche di Roma e dintorni) dello stesso anno 1476.

I cittadini di Velletri fecero voto alla Madonna di Loreto per la

cessazione dell'epidemia e, una volta ottenuta la grazia, il Consiglio maggiore della città, nel mese di settembre, inviò al santuario marchigiano i propri ambasciatori per esprimere la dovuta gratitudine alla "Regina de' Cieli" ed offrire in dono, quale ex voto, "una Corona d'Argento indorata, con ornamenti di Stelle, con molte Gemme, e Pietre pretiose, e con l'Arme della Città".

Il cantiere del nuovo santuario di Loreto, aperto nel 1468 da papa Pio II, veniva finanziato in quegli anni da papa Sisto IV, che vi inviò artisti come Melozzo da Forlì e Luca Signorelli.

A Velletri, in quegli stessi anni ottanta del XV secolo, venne dedicata a san Rocco una cappella nella piccola chiesa di Santo Stefano, situata presso il tratto est delle mura cittadine e che verrà officiata dai Cappuccini a partire dal 1563. In seguito la chiesetta prese il nome di san Rocco per la crescente devozione della popolazione al santo: l'edificio venne

abbandonato nel 1613, ma il toponimo sussiste ancora nella via intitolata al Santo protomartire.

Un'antica statua lignea raffigurante san Rocco venne trasferita dall'ormai fatiscente chiesetta a quella nuova e di maggiori dimensioni e dedicata alla Santa Croce al Monte Calvario, detta dei Cappuccini; presso l'annesso convento è conservata attualmente un'antica raffigurazione in legno dipinto di scuola romana del Santo di Montpellier, la cui datazione sarà possibile solo dopo un'adeguata indagine scientifica. Degna di nota, l'immagine di san Rocco su ceramica, risalente agli anni cinquanta del Novecento, inserita in un'edicola in travertino e situata lungo la scalinata che conduce alla chiesa di Santa Croce al Monte Calvario: vi preannuncia al visitatore la presenza di un'immagine e quindi del culto del Santo.

La presenza dell'immagine di san Rocco, inserito nel Martirologio Romano nel 1584, nell'affresco quattrocentesco presso l'entrata della

sagrestia della cattedrale veliterna (ed il dipinto sarebbe a nostro avviso probabilmente successivo alla costruzione della sagrestia, iniziata nel 1483, dato il suo perfetto inserimento immediatamente a sinistra del portale marmoreo d'ingresso), richiama le epidemie di peste che causarono decessi tra la popolazione di Velletri tra il 1483 ed il 1486.

Tuttavia, la presenza di Rocco di Montpellier nel dipinto murale rientrerebbe in un contesto di santi invocati sia dalla tradizione popolare che dall'iconografia sacra ufficiale come taumaturghi. Infatti, l'affresco presenta, da sinistra: san Sebastiano, san Giovanni Evangelista, la Madonna col Bambino, sant'Antonio Abate e san Rocco.

In passato il dipinto è stato attribuito ad artisti locali, tra i quali Lello da Velletri; la critica recente è orientata verso un anonimo artista locale o comunque di scuola laziale, influenzato da Antoniazzo Romano e dal Pinturicchio. È l'unica raffigurazione di san Rocco attualmente visibile nella cattedrale veliterna, nella quale non sono visibili gli attributi della conchiglia (simbolo per eccellenza del pellegrino) e del cane, tradizionalmente legati all'iconografia del Santo.

L'assenza della figura del cane, più che per pudore nei confronti dell'immagine della Vergine Maria, troverebbe motivazione nella sua comparsa più tarda nel contesto iconografico di san Rocco, ossia sporadicamente a fine Quattrocento e con una ricorrenza sempre più crescente agli inizi del XVI secolo. Probabilmente fu la pubblicazione nel 1479 a Milano diuna prima biografia di san Rocco, curata da Francesco Diedo – più volte ristampata fino al 1495 – ma soprattutto la traslazione delle reliquie del Santo a Venezia, e la loro definitiva deposizione, nel 1490, nella nuova chiesa a lui intitolata, ad innescare un susseguirsi di movimenti devozionali che si diffusero

gradualmente in tutta la penisola italica.

Risale agli anni 1499-1500, a Roma, la Confraternita degli Osti e dei Barcaioli, che ebbe sede nella chiesa di San Rocco, presso il porto di Ripetta, alla quale era annesso un ospedale; una Confraternita di San Rocco è attestata a Velletri negli anni quaranta del XVI secolo, almeno in qualità di fornitrice di ramoscelli d'olivo al Capitolo della locale Cattedrale in occasione della domenica delle Palme.

Un altro dipinto contenente una raffigurazione di san Rocco è conservato nell'antichissima chiesa dei santi Pietro e Bartolomeo, di modeste dimensioni ma a tre navate, e la cui costruzione originaria risale forse al XII secolo. La tela, dipinta da un mediocre anonimo del Seicento ed alquanto annerita, è sull'unico altare di destra, entrando dall'entrata principale della chiesa. Raffigura, da sinistra, i santi Sebastiano martire, Bernardino da Siena (che indica con la destra la scritta «IHS» o trigramma di Cristo, da lui ideata nella prima metà del Quattrocento), Rocco ed il cane. Una nuova ed interessante versione, questa, dei Santi taumaturghi per eccellenza, che esclude Giovanni evangelista e Antonio abate e vede l'inserimento non casuale, al centro della composizione, di un francescano.

NICOLA MASTROCINQUE

LA DEVOZIONE ROCCHIANA A FOGLIANISE

Il culto di San Rocco in Foglianise, piccolo centro della provincia di Benevento, risale alla seconda metà del Cinquecento, ma le origini della cappella dedicata al «Pellegrino di Dio» sono ancora incerte. Nell'Inventario della chiesa di San Ciriaco Martire è stato rinvenuto un documento, risalente al 1579, dal quale si evince che tra i possedimenti della parrocchia è compresa anche "una vigna censuata di Francesco Boccola, situata dove si dice San Rocco".

L'estensore dell'inventario, inoltre, annota che "la cappella de li Cautani rende carlini dieci". Si tratta di un antico casale, denominato appunto Cautani; scorrendo il documento si rileva l'enumerazione degli alberi di ulivo intestati alla chiesa parrocchiale, ed altrove si legge che "un altro pede dentro la vigna di Marco Cautano a San Rocco".

Un anno dopo, nel 15804, alla data del 16 dicembre, il notaio Domizio Ferella acclude nell'inventario redatto dal parroco – il rettore di San Ciriaco don Antonio Tommasello – una donazione della famiglia di Marco de Cautano e di Domitio de Vorcola, dodici carlini annui da versare l'8 agosto per la cura della cappella intitolata al Santo pellegrino.

A partire dal 1665, comunque, la cappella di San Rocco non appartiene alla chiesa di San Ciriaco, ma è legata all'«Arciconfraternita del Santissimo Corpo di Cristo». Gli economi curarono il restauro del luogo sacro, che nel manoscritto viene descritto in un vero e proprio stato di fatiscenza. L'abate Marsilio

Verusio scrive che la cappella di San Rocco
"era in tutto povera di rendite e in grandissima difficoltà"; è facile capire, quindi, perchè l'Arcivescovo di Benevento, Giovan Battista Foppa abbia deciso di assegnare alla Confraternita la cura del luogo sacro.

DESCRIZIONE DELLA CAPPELLA DI SAN ROCCO

L'edificio è menzionato in modo accurato nell'inventario della chiesa di Sant'Anna, della Confraternita del Corpo di Cristo e delle Chiese di San Niccolò e di San Rocco, annesse alla terra di Vitulano Foglianese. Il documento venne redatto nel 1711 per ordine del cardinale Vincenzo Maria Orsini, Arcivescovo in Benevento, e riporta appunto la descrizione della cappella.

"La suddetta Chiesa, sotto il titolo di San Rocco è situata nel luogo detto li Cautani, fuori dall'abitato da passi trenta isolata; le sue coerenze sono, da due parti la via pubblica, da un'altra li beni dell'Università, da un'altra i beni di D. Mattia Mastrocinque mediante la vinella. E' larga palmi sedici e tre quarti, lunga decennove, come della misura e pianta fatta da Sig. Pascucci Agrim. e Regio ed Arcivescovile, con l'assistenza del predetto Economo ed intervento de' Confratelli.

Non è consegrata e no se ha memoria della fondazione. E' fatta a volta di fabbrica coverta di imbrici. Le sue pareti sono nell'interiore dealbate sopra liscio, nell'esteriore sopra riccio. Riceve il lume da una finestra di legno usa, con cancelli di legno e da un occhio sopra la porta, con tela incerata e sopra il cirmale vi è una crocetta di ferro, sopra la base di pietra. S'entra in essa per una porta di legno, che si serra con chiave, e chi vi entra vi calca con i piedi un pavimento di calce lastricato e stende la destra ad una pila di pietra lavorata per l'acqua benedetta.

Sopra la porta si vede un archetto di fabbrica, dal quale pende una campanella di peso rotoli dodici, benedetta con quella di detta Chiesa il 10 Settembre 1710. Dal muro orientale vi è un lavamani di pietra, con chiave e cannella di ferro. Dal corno del Vangelo sta un armadietto di pioppo, per le suppellettile, con sopracalice di noce foderato di Sangallo rosso, che serve per genoflessorio con una tabella preparatoria. Evvi ancora la girella di legno per lo manutergio".

L'ALTARE DELLA CAPPELLA

L'accurata descrizione del luogo sacro prosegue, in questo prezioso documento, con la parte dedicata all'altare, che ci permettiamo ancora di citare per esteso perché rappresenta davvero una fonte di grande valore storico e devozionale.

"Il suo unico Altare, sotto l'invocazione del Glorioso San Roco, è situato a capo di essa Chiesa. Ha una festa propria nel dì si suo titolare de' 16 Agosto, con vesperi e messa cantata ex devozione. Se repara e se mantiene di tutto il necessario della suddetta Chiesa di S. Anna e Confraternita del Santissimo Corpo di Cristo, della quale è annessa.

Il suo stipite al quale si ascende per sottogrado di pietra da taglio con suppedaneo di legno uso, è di fabbrica con frontespizio a marmoresco, spigoli e mensa in pietra di Torrecuso col tomillo in mezzo alle reliquie, coverta di tela incerata, due sotto tovaglie di tela paesana, ed una sopratovaglia di tela della Cava use ligate a bottongini di ferro, e coverte di tela stragola verde usa.

Ha un gradino di pietra mischia e sopra un Crocefisso di legno, sopra croce di legno usata tinta a verde ne' profili dorata, quattro consimili con loro cataletti, un legio di noce ad formam, quattro giarre consimili a i candelieri; quattro Frasche di tela usi, tre tabelle, cioè

una delle segrete, l'altra del lavabo, e l'altra coll'ultimo Vangelo di corame use, due bacchette di legno colorito rosso, cioè una per accendere le candele, l'altra colle gocciolatoio di stagno per smorzarle; ed una Credenzuola di pietra di Torrecuso, confitta nel muro dal corno dell'epistola per uso delle Carrafine. Il suo quadro è sopra a tela usa con l'immagine di San Rocco, e cornice di legno.
Fu consegnato dall'E.mo Sig.r Card.le Arcivescovo Orsini sotto il si 17 [novem]bre 1707. Come s'ha da una lapide posta nel muro sopra la porta interiore con la seguente iscrizione cioè: «Unicum altare in honorem Dei et Sancti Rocchi Confessoris solemni ritu dedicans die XVII [novem]bris MDCCVII. Sacravit Fr. Vinc. s. Maria Ord. s Predicatoris E. Tuscolanus S.R.E. Cardinalis Ursinus Archiep. s., qui iibus fidelibus altare ipsum in die anniversaria consegrationis huius modi ac in vero Sancti Festo visitantibus centum indulgentiae dies in perpetuum concessit».
Instrumento Rogato Sig. Nicolò Canc. Coscia, sotto il sodetto il 17 [novem]bre 1707".
È interessante notare che i paramenti sacri per la celebrazione delle messe pontificali in onore di San Rocco venivano portati dalla chiesa di Sant'Anna, in quanto la cappella del Santo pellegrino era ubicata fuori dal centro abitato, e pertanto erano carenti le misure di sicurezza per conservare le pianete ed i camici di elevato pregio.

IL «LIBRO DEL CANNARUTO»

Un altro documento di grande rilievo per cogliere la dimensione religiosa del popolo di Foglianise rispetto alla venerazione di san Rocco, è costituito dal cosiddetto «Libro del Cannaruto».
Si tratta, sostanzialmente, di un registro contabile, nella cui introduzione sono riportate, con dovizia di particolari, le offerte al Santo, sia nel corso dell'anno che durante i festeggiamenti solenni di

San Rocco. Nella prefazione che accompagna la rendicontazione delle entrate e delle uscite – cioè delle "limosine" – troviamo le seguenti annotazioni.

"Quella cotanto difficile maniera di tacere, che provò quell'insuperabile Giovanale, per la perversità de' tempi suoi, s'oppone ogni giorno a me rendendomi non poco periglioso il parlar, perciochè ondosi da circa mezzo lustro sparsa in ogni angolo dell'Universo tutto la fama del Glorioso Taumaturgo San Rocco, il di cui piccolo sacro Tempio ristretto viene fuori di questa terra di Foglianese mia patria, molto malgevole mi rende il voler pormi in bella veduta ad uno dei più potenti, che in numero, senza numero da questo Santo largamente dispensansi, non solo a questa nostra felicissima Patria in guarir qual siano malori e sian li più maligni dolori e sian li più acerbi infermità e sian le più perigliose piaghe, e sian le più appestate, ma eziando a checchisia vi concorre, che appunto come nuvol di pecchie che ne corre al più bel fiore vedonsi stangate frettolose al lor passo verso detto sacro Tempio, e città le più remote, Nazioni le più barbare, famiglie le più cospicue, dignità le più venerande; sebbene si invero più che certo il naufragio, se inoltrar mi volesse nel vasto Oceano dei suoi prodigiosi miracoli in sì breve tempo oprati, ma astretto vedendomi dal Magnifico Niccolò Columbro, che con gran zelo la cura tiene dello Sacro Tempio a volerne in picciol bozzo, sen in tutto, almeno in parte i suoi portenti esporre avanti li vostri occhi, e quanto in essa Chiesa s'è adoperato e s'adopera brievimente raccontarvi colla presente notificazione, a tali precetti obbedisco".

Davanti al Santo, continua il testo, l'olio della lampada illumina il suo volto, che volge lo sguardo verso l'alto, scruta "le cose di lassù" per indicarci i "Sentieri della Carità", ma il solo contatto del liquido miracoloso riporta la gioia della vita, il ristoro dell'anima e la

salvezza da malattie inguaribili; benigno il Glorioso San Rocco accoglie le suppliche dei devoti e le accorate preghiere di guarigioni, come si può rilevare dalle pagine successive.

Nella parte finale del libro, infatti, sono state raccolte alcune testimonianze di miracoli, rilasciate dai devoti di Montesarchio, Foglianise, Castelpoto e Vitulano, nonchè di altri paesi limitrofi. Le pagine non sempre risultano leggibili, in quanto l'inchiostro in alcuni fogli è ormai troppo sbiadito; in diversi altri, invece, la scrittura appare ancora pressoché inalterata nonostante il trascorrere del tempo, e pertanto la descrizione delle patologie e l'avvenuta guarigione risultano comprensibili e dettagliate.

I DEVOTI DELLA «GRANDE MELA»

Un altro capitolo della devozione rocchiana è legata agli emigranti costretti loro malgrado a lasciare la terra natia, per mancanza di lavoro, tra la fine dell'Ottocento e gli inizi del Novecento. Molti di loro non dimenticarono le proprie tradizioni religiose, che furono anzi una fonte inesauribile di Grazia, un aiuto prezioso per superare le dure avversità dell'esistenza.

L'argomento meriterebbe puntuali ed accurati approfondimenti, ma al momento dobbiamo limitarci a questo breve accenno. Una fonte documentaria di rilievo è quella dei registri contabili di Pellegrino Pedicini, promotore dei festeggiamenti in onore di San Rocco, a cui le offerte dei foglianesari, che vivevano in America, giungevano mediante vaglia postale.

Si tratta di segni autentici e commoventi della fede e del legame strettissimo tra i devoti ed il Santo pellegrino, nonostante la distanza geografica ed il trascorrere del tempo.

IL BRACCIO BENEDICENTE

Un momento di particolare intensità è stato vissuto dalla popolazione di Foglianise nell'agosto del 2001, quando il reliquiario giunto da Voghera, dopo una breve sosta al monumento di Padre Pio, in contrada Utile, ha raggiunto la cappella di San Rocco. Le confraternite di Sant'Anna, di Santa Maria, il Terz'Ordine francescano, il Gruppo di Preghiera Padre Pio, la comunità di Arpaise, nonché un folto stuolo di fedeli, si sono disposti per la processione, che ha percorso le vie cittadine per terminare, ovviamente, con la tradizionale messa solenne, officiata da Mons. Orazio Soricelli, Arcivescovo di Amalfi e Cavi dei Terreni.

Per tre giorni l'edificio sacro è rimasto aperto giorno e notte per consentire l'afflusso dei fedeli, finchè il 12 agosto la concelebrazione, presieduta da Mons. Serafino Sprovieri, Arcivescovo Metropolita di Benevento, ha salutato la fine della permanenza della reliquia vogherese in Foglianise.

Abbiamo voluto soffermarci su questo episodio in quanto esso ha rappresentato un vero evento storico, ormai scolpito nella memoria dei devoti. Il ricordo dell'arrivo in città del «braccio benedicente» del Santo ha impresso nella vita della comunità una rimarchevole sottolineatura delle pagine della gloriosa storia locale, segnata in modo indelebile dalla figura di san Rocco.

DALLE OFFERTE DI GRANO AI CAPOLAVORI DEI «MAESTRI DELL'ARTE DELL'INTRECCIO»

Il giallo è il colore predominante della «Festa del Grano» di Foglianise, con le sue variegate tonalità e gli avvincenti giochi cromatici, che scaturiscono dai riflessi dei raggi solari, quando questi lambiscono gli stupendi «carri di grano», "opere immortali". Secondo la tradizione, il primo vero carro di grano fu il «palio», una sorta di campanile, alto più di 25 metri, con diversi registri, ricoperti con

particolare cura.

Tra la fine dell'Ottocento e gli inizi del Novecento, le creazioni erano per lo più quadri o altari votivi, in cui l'«arte dell'intreccio» si fondeva con l'immagine di San Rocco. In termini pratici, questa «arte» si concretizza, il 16 di agosto, attraverso la realizzazione di autentici capolavori dedicati al Santo, appunto i «carri», realizzati intrecciando il grano con un ingegno, una perizia ed una abnegazione che coinvolge non solo gli adulti, ma anche i più giovani.

Questo ennesimo segno di una fede genuina e vissuta, che si esteriorizza anche nell'arte, ha come antecedente la rievocazione dell'intervento prodigioso del «Pellegrino di Dio», che liberò il paese dal terribile morbo della peste nell'anno 1656. Fu uno degli avvenimenti più tragici della storia di Foglianise, ma al tempo stesso rappresentò un momento decisivo per il rafforzamento del culto di San Rocco e del suo stretto legame con la devozione popolare dell'area beneventana.

NICOLA MONTESANO

ASPETTI E PROBLEMI DELL'ASSOCIAZIONISMO LAICALE NEL MEZZOGIORNO D'ITALIA TRA MEDIOEVO ED ETÀ MODERNA. LA CONFRATERNITA DI SAN ROCCO DI TOLVE.

ASSOCIAZIONISMO LAICALE NEL MEDIOEVO

Il movimento confraternale fonda le sue basi sul concetto medievale di collegialità, inteso come vincolo associazionistico che legava tra loro un certo numero di membri con il compito di realizzare comunitariamente e solidalmente alcuni obiettivi di carattere squisitamente religioso e sociale. Era, questo, il senso della terminologia con la quale venivano designate nel medioevo le confraternite: collegie, consortia, societas; termini, questi che rimandavano a quelle istituzioni di tipo solidale che la lex romana aveva codificato quando aveva concesso ad alcune corporazioni, come quella dei meno abbienti, di potersi radunare periodicamente al fine si riscuotere i contributi dei soci, di compiere qualche rito, di celebrare convito.

Ai modelli istituzionali di collegialità del mondo antico ed altomedievale, il mondo cristiano medievale aggiunse il diverso carattere di rivisitazione cristiana del concetto stesso di collegialità, non più, questa, intesa come semplice forma associazionistica di mutuo aiuto, ma come espressione e proiezione di forte e spiccata caratura religiosa.

Colpisce nel linguaggio dei testi confraternali il ripetersi del termine congregare o congregatio intesa non solo come assemblea del Popolo di Dio, ma anche come adunanza di laici pii; ed è ancor più

significativo che quando si parla delle assemblee apostoliche negli Atti dei primi secoli della Chiesa, non rare volte assume specificità la congregazione dei discepoli cui viene affidato l'esercizio delle opere di carità riservando agli apostoli il ministero della parola, prerogativa primigenia di coloro che erano insigniti del sacerdozio ministeriale e provvisti della missione canonica. In questo contesto emergerà sempre più nitido vigore il termine fraternitas cui viene attribuito un duplice significato, quello relativo alla comunità generale dei battezzati e quello più circoscritto indicante i gruppi di laici che perseguivano specifiche idealità di carattere religioso o caritativo.
La collegialità diveniva allora strumento di comunione arricchito da una pluralità di contenuti e di finalità quali il bene spirituale dei propri membri, l'impegno alle opere di carità, la preghiera comune.
Se da un punto di vista teorico le espressioni di collegialità sembrerebbero categorizzate, bisogna attendere ancora diversi secoli per avere una forma istituzionalizzata di questa realtà associativa come una vera e propria società organica governata da propri ufficiali, regolamentata da apposito statuto che ne disciplina l'organizzazione interna, la periodicità delle riunioni, l'idoneità dei membri, le qualità morali degli aderenti e quant'altro e, soprattutto, richiederà lunghe stagioni storiche attraverso le quali i laici si conquisteranno gradualmente un loro posto all'interno della Chiesa. Infatti per la determinante influenza della teologia monastica e del diritto canonico medievale il problema era stato risolto considerandolo come punto terminale dell'attività carismatica e apostolica dei monaci e dei chierici. Qualsiasi tentativo di chiarire il posto e la funzione del laico nel corpo ecclesiale approdava ad un risultato negativo: lo status del laico appariva complementare, si definiva in netta contrapposizione con quello del chierico e del monaco. Al laico era richiesta soltanto l'adesione piena e completa

alla gerarchia carismatica e l'imitazione della virtù monastica.
È nella storiografica di questi ultimi decenni che bisogna rintracciare la nuova dimensione del ruolo del laicato, quando cioè gli storici, mettendo da parte tutte le problematiche riguardanti la staticità dello schema degli ordines tradizionali nella vita religiosa d'Occidente, hanno caratterizzato con maggiore forza il ruolo del laicato all'interno della societas christiana, constatando come il punto d'incontro dell'ordo laicorum con la vita e le strutture ecclesiali si era compiuto nel più grande contesto dell'esperienza riformatrice con un dinamismo nuovo che caratterizza numerosi aspetti della vita di allora, modificando e arricchendo di nuovi contenuti le stesse istituzioni. I secoli che vanno dalla fine del X alla metà del XII sono il periodo in cui la Chiesa assiste ad una esplosione di vita in tutta quanta la cristianità: nuove formazioni monastiche, riforma del clero, sviluppo dei canonici regolari, pace e tregua di Dio, successo dell'appello delle Crociate, pellegrinaggi, eccetera, ed è anche il periodo in cui la Chiesa scopre, attraverso le manifestazioni di una pietà particolarmente intensa, il valore dell'esperienza laicale.

Natura giuridica delle Confraternite nel Mezzogiorno d'Italia

Le ingerenze nell'amministrazione dei beni dei vari Luoghi Pii portò allo scontro, iniziato già sul finire del Medioevo, tra la Chiesa e lo Stato, creando un periodo di confusione dovuto alla concessione, ciascuno per proprio conto, di privilegi e autonomie, senza che si provvedesse alla stesura di un'opportuna legislazione in materia di beneficenza spontanea. Nel XVIII secolo le confraternite laicali incominciano ad essere fonte di preoccupazione per il governo borbonico che vedeva in esse il tramite per un pericoloso legame che poteva instaurarsi tra il clero e la società civile. Solo dopo il Concordato stipulato tra Carlo III di Borbone e papa Benedetto XVI

del 2 luglio 1741 si ebbe una fonte normativa alla quale appellarsi per tutto quel che riguardava le opere di beneficenza nel Regno di Napoli. Si procedette alla contestualizzazione delle disposizioni del Concilio tridentino del 1526, e della Costituzione Quaecumque di papa Clemente VIII, del 1604.
Si fece chiarezza sulla divisione tra opere pie non assoggettate alla giurisdizione ecclesiastica e associazioni di culto, e l'anno successivo venne introdotto un tribunale misto, formato da due ecclesiastici e due laici, più un Presidente ecclesiastico, con funzione di vigilanza sui Luoghi Pii del Regno. Successivamente vennero promulgate una serie di prammatiche, atte a regolamentare la vita associativa delle organizzazioni pie laicali. Del 1751 è quella che dichiarava che le associazioni laicali non approvate dalle autorità governative erano da considerarsi pericolose ed era loro richiesto il regio assenso. Obbligo che venne ribadito anche dal Real Dispaccio del 28 giugno 1776 e dalla prammatica del 1783. Quindi, la natura giuridica dei sodalizi poteva essere concessa solo dallo Stato, che imponeva la richiesta di regio assenso ed il controllo degli statuti delle associazioni pie già operanti per verificarne la regolarità e conformità.
Il Tribunale Misto cessò le sue funzioni col Governo francese e i Decreti prodotti il 16 ottobre 1809 e il 30 aprile 1810, oltre alle Istruzioni del 15 maggio 1812, quando si operò una sorta di laicizzazione dell'amministrazione e della tutela delle istituzioni di beneficenza, ponendola definitivamente sotto il controllo diretto dello Stato.

LE ISTRUZIONI DELLA CONFRATERNITA DEL GLORIOSO SAN ROCCO DI TOLVE

Tracciare un quadro completo dell'universo confraternale presente nel Mezzogiorno d'Italia peninsulare resta un'operazione molto complessa per due ordini di motivi: il primo si riferisce ad una sorta

di lacuna storiografica sull'argomento, in quanto, tranne per la Puglia e la Calabria, mancano studi organici sulle Confraternite delle altre regioni meridionali; il secondo, che in qualche modo sembrerebbe giustificare anche la difficoltà appena espressa, è legato alla variegata natura delle consacrazioni delle stesse Confraternite.

Sulla scorta di queste difficoltà ed in ragione del contesto in cui questo contributo si inserisce, si è scelto di riporre l'attenzione su una particolare realtà locale dell'entroterra lucano e presentare l'ancora inedito Statuto regolante le attività della Arcionfraternita del Glorioso san Rocco di Tolve.

Abbiamo già analizzato in altra sede le origini e gli sviluppi del culto rocchiano a Tolve e di come esso abbia influenzato alcune vicende storiche e sociali di questo piccolo centro, cresciuto nel corso di oltre due secoli sotto l'egida del suo Santo patrono.

Una prima attestazione di un culto embrionale di san Rocco a Tolve è testimoniata a partire dal XVI secolo, con la presenza di una cappella in onore del santo francese di jus patronato di un certo D. Chio, riportata nella descrizione della Chiesa Madre fatta in occasione della visita pastorale del vescovo di Acerenza e Matera, Giovanni Michele Saraceno, il 17 aprile 1544.

La fine del XVII secolo è il periodo in cui il "santo dal mantello breve" verrà innalzato agli onori del culto patronale del paese, scalzando san Nicola di Bari col quale aveva condiviso questa funzione per quasi mezzo secolo.

Nelle carte dell'Archivio Parrocchiale di Tolve, accanto ad una documentazione manoscritta inerente la vita economico-pastorale e l'organizzazione della locale Ricettizia, sono stati ritrovati il Libro delle generali conclusioni d'uso dell'Illustre arciconfraternita sotto il Titolo del Glorioso S. Rocco della città di Tolve e le Istruzioni estratte dallo Statuto della Confraternita.

Il primo è un volume rilegato di 94 fogli in carta filigranata numerato fino al foglio 10, contenente i verbali delle riunioni del 1807 e dal 1814 al 1927 della locale Confraternita dedicata al Santo patrono; il secondo è un fascicolo di 8 fogli contenente i sei capitoli che costituivano le istruzioni estratte dallo Statuto della stessa istituzione.
Il decreto di costituzione della Confraternita del glorioso San Rocco di Tolve, firmato da Ferdinando IV, è datato 28 luglio 1783, ma l'attività associativa cominciò solo il 24 febbraio del 1805 su iniziativa di D. Felice Cassese, che ne divenne primo Padre Rettore, non senza qualche difficoltà a livello organizzativo, come dimostra la mancanza di un volume per i verbali delle riunioni dei primi dieci anni di vita.

Costituzione ed organizzazione. L'Arciconfraternita del glorioso San Rocco di Tolve aveva un elettorato attivo di 30 confrati votanti, strutturato in base all'anzianità d'iscrizione, in modo da rimpiazzare un assente con il più anziano dei confrati in soprannumero (I, I). Questi trenta confrati erano coloro che annualmente eleggevano gli ufficiali dell'associazione (I, II).
La Confraternita aveva un proprio abito, che mostrava nelle apparizioni pubbliche quali processioni, cortei funebri e ricorrenze particolari, così descritto:
«L'insegna, di cui devono vestire li fratelli, è sacco e cappuccio di tela bianco, mozzetta di ormosino Blù, foderata della stessa seta a colore torchino chiara, coll'Emplema del Santo titolare alla sinistra del petto, ricamato in argento, e con cappello di pelle bianco; nella prevenzione che nelle processioni di penitenza vestirà del solo sacco, cappuccio e Cappello, senza Mozzetta portandosi solamente dal Priore, la solita insigna della medaglia del Santo Protettore» (I, IV).
Gli ufficiali. Al "governo" della Confraternita dovevano essere

preposti il Priore, i due Assistenti, il Tesoriere ed il Segretario, ai quali si affiancava la figura di guida spirituale del Padre Rettore. Dopo alcuni anni, per mere esigenze organizzative, vennero introdotte altre cariche: i due Maestri dei Novizi, i due Maestri di Cerimonia, il Sacrestano Maggiore, il Puntatore e i quattro Fratelli Serventi (I, III).

Il Padre Rettore era tenuto a predicare nei giorni in cui la Confraternita si riuniva, ad amministrare i sacramenti, istruire i confratelli sulla dottrina cattolica e celebrare in suffragio dei fratelli defunti la Messa domenicale e quella celebrata il sedici di ogni mese, ricordare i fratelli defunti nell'anniversario della loro morte. Era a completa disposizione della Confraternita, doveva occuparsi della sfera religiosa e non interferire in quella temporale (II, I): per tutto questo riceveva un compenso di 30 ducati annui (I, II).

Il Priore era a capo della Confraternita, presiedeva tutte le riunioni, proponeva i punti da discutere per poi sottoporli a votazione; tra questi vi era anche l'indicazione del suo successore. Vidimava, assieme ai due Assistenti, i mandati di pagamento proposti dal Tesoriere ed interveniva in eventuali controversie sorte tra i confratelli, avendo anche la facoltà di impartire penitenze (II, II e V, XI).

I due Assistenti, oltre a firmare i mandati di pagamento con il Priore, lo sostituivano nei momenti di sua assenza (II, III).

Al Tesoriere gravava il compito di esigere la quota mensile dai confratelli, redigere i bilanci annuali e sottoporli al giudizio dei Razionali dei Conti (II, IV) in base a quanto prescritto dall'articolo 5, paragrafo 1 e seguenti del Concordato (V, XIX). Il Segretario redigeva i verbali delle riunioni, il volume con gli elenchi dei confratelli e il registro delle donazioni in favore della Confraternita, che custodiva personalmente fino alla fine del mandato quando li

passava al suo successore. Doveva, inoltre, avvisare i confrati del giorno e dell'ora della riunione (II, V). Per essere eletti Priore o Tesoriere era necessaria un'anzianità di quattro anni, per la carica di Assistente bastavano tre anni e per quella di Segretario due (V, VIII).

I Maestri dei Novizi dovevano istruire e preparare i giovani che desideravano entrare a far parte della Confraternita (II, VI); il Sacrestano Maggiore custodiva le chiavi della Chiesa in cui la Confraternita si riuniva, e quelle dell'armadio dove venivano conservate le suppellettili sacre per le funzioni, controllava il lavoro dei Fratelli Serventi ed era tenuto a presentarsi prima di ogni altro confrate per far trovare tutto in ordine per la funzione (II, VII). I quattro serventi dovevano tenere pulita la chiesa, suonare le campane, servire a Messa e portare sulle spalle il feretro dei confrati defunti (V, XXX).

Infine, il Puntatore segnava le presenze alle riunioni e alle processioni, imponendo il pagamento di una multa a coloro i quali si fossero assentati senza giusta causa (II, VIII).

Sia gli amministratori che i Razzionali dei conti non dovevano avere frutti pendenti con la Confraternita, stando a quanto riportato dalla disposizione reale del 1742 (V, XX).

Il comportamento da tenere in chiesa e nelle processioni. Nelle riunioni e durante le celebrazioni ogni confrate aveva un posto assegnato, che ovviamente era in funzione della carica ricoperta e dell'anzianità d'iscrizione.

Al centro del coro della chiesa vi erano dei sedili distinti dagli altri dove prendevano posto il Priore con gli altri superiori (III, I). Alle due ali laterali sedevano tutti gli altri, secondo uno schema fisso che faceva occupare alternatamene il posto alla destra e alla sinistra del Priore (III, II). Entrando in chiesa il confrate dopo essersi genuflesso

davanti alla Croce e al Santissimo era tenuto a far riverenza ai superiori, per poi prendere posto nel sedile assegnatogli ed osservare "la maggior decenza, compostezza e silenzio" (III, V). L'ingresso in chiesa del Padre Rettore e del Priore era scandito dal suono di un campanello in modo che tutti gli astanti si alzassero in piedi per salutare i superiori (III, VI). Se un confrate arrivava in ritardo doveva inginocchiarsi di fronte al superiore ed aspettare che questi suonasse il campanello prima di prendere posto a sedere (III, VII).

Durante le riunioni, dopo l'intervento dei superiori, tutti potevano esprimere il proprio parere in riguardo ai punti posti all'ordine del giorno, ovviamente sempre mantenendo un atteggiamento conveniente e senza creare confusione (III, VIII). Una volta stabilito l'ordine del giorno e verbalizzate le conclusioni, i confrati le sottoscrivevano portandosi uno per volta al tavolo del segretario (III, IX).

Nelle manifestazioni pubbliche così come nelle processioni l'ordine seguiva sempre l'anzianità d'iscrizione, sviluppandosi a partire dallo stendardo della Confraternita, dall'ultimo iscritto fino a chiudere la fila con il gruppo dei superiori (III, III).

Le celebrazioni. Le celebrazioni iniziavano con l'intonazione da parte di due novizi o due fratelli più giovani delle antifone dei versetti dei salmi (IV, I). Dopo il suono del campanello da parte del superiore presente, tutti i confratelli recitavano l'orazione Aperi Domine (IV, II). Sempre il superiore intonava il primo canto "Domine labia mea o Deus in uditorium", seguitava la lettura della prima antifona del Mattutino o delle Lodi, tutti i capitoli e i versetti degli Inni, la benedizione delle lezioni, il Te Deum, il Benedictus e tutte le Orazioni (IV, III). Alla fine dell'Uffizio, al suono del campanello, tutti s'inginocchiavano e pronunciata l'Orazione dal superiore, detta Sacrosancta, si recitava il Salmo De profundis. Il nuovo suono del

campanello segnava la fine dell'Uffizio. Tutti i confrati si alzavano in piedi ed iniziava la Santa Messa; al termine della celebrazione eucaristica, dopo che il celebrante postosi ai piedi dell'altare aveva intonato l'inno della Confraternita Ave Roche Sanctissime (IV, IV), tutti i convenuti uscivano dalla chiesa in ordine e in silenzio, rispettando l'ordine col quale erano entrati (IV, V).

Questo schema generale subiva delle integrazioni in periodi particolari.

«In tutte le feste di doppio precetto, devono i Fratelli unirsi in Conghegazione, recitando alternativamente, in una di esse, un "Nunno et Laudes" della Beata Vergine; e nell'altra tre Notturni et "Laudes" de' morti. In ogni giorno 16 di ogni mese devono anche recitare solennemente l'Uffizio della Beata Vergine. Nel giorno 2 Novembre l'intiero Uffizio de' Morti, e nel primo Lunedì dopo la Terza Domenica di Maggio, l'Uffizio solenne della Beata Vergine, previo il Novenario coll'esposizione del Santissimo per la translatazione del nostro Glorioso S. Rocco (V, XXI). In ogni prima Domenica di mese debbasi leggere queste presenti istruzioni e Regole, in Congregazione, affinché ogni Fratello sappia il suo dovere» (V, XXII).

Senza dubbio i momenti di sodalizio più forti erano quelli della settimana santa, del 16 di agosto e del giorno dedicato al ricordo dei defunti.

«Il Giovedì della Settimana Santa, dopo che i Fratelli si saranno confessati, andranno processionalmente alla Chiesa Parrocchiale, a farsi il Santo Precetto, vestiti di solo Sacco e Cappuccio; e la mattina seguente, ossia il Venerdì, andranno anche processionalmente, vestiti dell'istessa maniera, visitando i Santi Sepolcri (V, XXIII).

Nel succennato giorno della Translatazione di S. Rocco, nel dì 2 Novembre, nel giorno dell'obito o del terzo di ciascun Fratello, o Sorella defunta, e nella solenne ricezione di qualche nuovo Fratello si

deve assistere all'Uffizio e Messa, vestiti di Sacco, Cappuccio e Mozzetta, come pure in ogni giorno sedici di mese, si fa la solita solennità, ciascun Fratello che mancherà, senza leggittima causa, sarà punito non solo col punto, ma con penitenza arbitraria del Padre Rettore» (V, XXIV).

Diritti e doveri dei confrati. La Confraternita assicurava ai fratelli defunti un servizio di sepoltura, con tanto d'ufficio funebre e ceri (V, II), messa ufficiata dal Padre Rettore e trenta successive messe di suffragio (V, I). Ma la Confraternita interveniva in soccorso degli aderenti anche nei casi di difficoltà economica, in special modo in casi di malattia (V, III).

Alla morte di un confrate tutti i componenti erano tenuti ad intervenire alle esequie e alla celebrazione in suffragio del defunto che si svolgeva il terzo giorno dalla morte nella chiesa della Confraternita (V, XXV). Nel caso in cui a morire era un novizio la Confraternita assicurava solo il servizio di accompagnamento, dell'ufficio dei defunti e della messa cantata (V, XXVI).

Il verbale della riunione del 26 di maggio del 1894 riporta il comportamento tenuto dalla Confraternita alla morte di Domenico Cirone, segretario della stessa.

«Oggi che sono li 26 del mese di Maggio dell'anno 1894, in Tolve e nella Chiesa della Nostra Arciconfraternita. Riunitasi la nostra Arciconfraternita al suono della Campana ed avuta conoscenza della morte avvenuta del nostro fratello Sig. Domenico Cirone, ci siamo colà recati in processione, tutti i fratelli e sorelle, e rilevatane la salma del Fratello estinto lo abbiamo con tutta la pompa trasportato nella nostra Chiesa, dove gli abbiamo celebrate solenni esequie, e dopo tutti uniti lo abbiamo accompagnato all'ultima dimora, nella Chiesa del Cimitero, dove gli abbiamo cantato "Libera me Domine", giusto come prescrivono le Regole della nostra Reverenda

Arciconfraternita e gli abbiamo data sepoltura. Tolve li … Maggio 1894. Requiem aeternam, dona ei Domine».

Iscrizione ed esclusione. Per l'ingresso all'interno della Confraternita bisognava avere un minimo di 25 anni e presentare una richiesta al Priore, che nella prima riunione utile avrebbe vagliato assieme agli altri componenti la ricezione. I minorenni potevano comunque entrare a far parte dell'Arciconfraternita, ma solo dopo aver svolto un servizio di noviziato della durata di sei mesi (V, V). I novizi dovevano "osservare la massima subordinazione e venerazione non solo de' Superiori, ma anche a ciascun Fratello", dovevano assistere alla vestizione del Sacerdote e servire a Messa (V, XXVIII).

Ogni nuovo iscritto, una volta avuta notifica dell'accettazione, poteva farsi confezionare l'abito delle cerimonie a proprie spese o, depositando 14 ducati, farlo fare dal cassiere, che gli avrebbe comunque rendicontato tutte le spese sostenute (V, VI).

Tutti gli appartenenti alla pia istituzione erano tenuti al pagamento di una quota mensile di un carlino (V, XIV), mentre la quota d'iscrizione differiva per sesso ed età. I maschi pagavano trenta carlini fino ai venticinque anni, che salivano a sei ducati per le età comprese tra i venticinque e i cinquant'anni. Passata quest'età la quota veniva decisa dalla maggioranza dei fratelli. (V, VI). Per le donne il discorso era un tantino diverso. Così come per gli incarichi di governo, anche le quote che dovevano pagare erano limitate. Dal momento dell'iscrizione fino ai quarant'anni era di venti carlini; dopo i quarant'anni era anch'essa assoggettata alle decisioni della maggioranza dei confrati (V, VII). Solo i quattro Fratelli serventi erano esentati dal pagamento della quota d'iscrizione e da quella mensile.

Oltre agli oneri statutari, i confrati erano tenuti al pagamento delle multe che scattavano per le loro inadempienze. L'assenza alla singola

riunione era multata con il pagamento di un carlino; per la mancata partecipazione alle esequie dei confratelli e alle processioni la multa saliva a tre carlini (V, X).

Generalmente l'esclusione dalla Confraternita era inflitta per due ragioni: ai confrati che risultavano assenti a quattro riunioni in un anno, senza giusta causa; a coloro i quali, sebbene ammoniti ripetutamente, infangavano il buon nome dell'associazione con comportamenti pubblici immorali.

Il rito d'investitura. La cerimonia nella quale i nuovi iscritti venivano ricevuti in Confraternita è descritta nel sesto ed ultimo capitolo delle Istruzioni, che riportiamo per intero.

«Si parerà solennemente l'Altare della Chiesa. A pie' di esso vi faranno due Cuscini sul Tappeto; ed al lato sinistro dell'Altare, una credenza, in dove vi sarà il libro delle presenti Regole; il Secchio e l'aspersorio dell'acqua Santa; il Sacco, Cappuccio e Mozzetta del Fratello, e finalmente tre sedie in un posto distinto, una cioè con cuscini e l'altre due laterali, più semplici. Tutti i Fratelli si troveranno nel rispettivo loro stallo, vestiti dell'abito della Congregazione, ed all'impiedi. Preparato tutto ciò, aprirà la porta Grande della Chiesa, e da' Maestri di Cerimonie, sarà ricevuto il Fratello, innanzi a detta porta, dandosi da' medesimi l'Acqua Santa. Lo condurranno a' piedi dell'Altare, che sarà illuminato, cantandosi da tutti il Salmo Miserere; e fattosi prostare di faccia a terra, starà così situato sopra que' due Cuscini, sino a tanto che si terminerà detto Salmo e versetti che sieguono, cantato dal Rettore, o altro Sacerdote destinato, e riposto da' Fratelli...etc.» (VI).

APPENDICE DOCUMENTARIA

DOCUMENTO N. 1

Tolve, 24 febbraio 1805
Verbale della riunione di costituzione della Confraternita del Glorioso San Rocco di Tolve, contenente le Istruzioni estratte dallo Statuto della stessa Confraternita.

Fonti: Archivio Parrocchiale di Tolve, manoscritto Istruzioni della Confraternita del Glorioso San Rocco di Tolve, foglio 1

Ferdinando IV, Dei Gratia utriusque Siciliae et Apuliae Rex, Infans Hispaniarum, Dux Parmae, Placentiae et Castri, ac Magnus Princeps Hereditarius Aetruriae. Etc. etc.
Datum Neapoli, ex Regio palatio, die vigesima octava mensis Julii millesimo septigentesimo octuagesimo tertio. (1783) Ferdinando IV.
Tolve li 24 Febraro 1805, in Congregazione. Radunati in questa nostra Conghegazione tutti i Signori Fratelli, dall'Illustre Priore di essa, si è proposto quanto siegue: Signori miei fratelli dilettissimi, sanno le SS. LL. che nel Regio Assenso impartito a questa Illustrissima nostra Arciconfraternita del glorioso S. Rocco, furono inserite alcune Regole generali che trattavano il grande di essa Arciconfraternita, le quali volendosi mettere in pratica vi sorgerebbero per l'avvenire di molti dubii, quindi senza appartarsi da dette Regole Generali, anzi per maggiore spiega di esse, e per regolare sussistenza e buon ordine della succennata Arciconfraternita non meno che per fissarsi la maniera degli esercizi degli Atti

Cristiani, dal nostro meritevolissimo Reverendissimo Padre D. Felice Cassese, della Congregazione del Illustrissimo Rettore, nostro Reverendo Fratello e promotore di detta Arciconfraternita, si sono formate le seguenti Istruzioni, le quali non solo che sono derivanti dalle sopra descritte Regole, ma spiegano e stabiliscono tutti quei punti su de' quali potrebbero insorgere de' dubbi. Le dette istruzioni sono le seguenti:

Capitolo I

I. In detta Arciconfraternita vi debbono essere trenta fratelli votanti; ed essendovi mancanza di qualcuno di essi si deve rimpiazzare dal sopranumero più anziano.

II. Detti fratelli, in ogni anno, e specialmente nel dì 17 del mese di Agosto, giorno in cui si eliggono tutti gli Uffiziali di detta Arciconfraternita, devono obligarsi con suffragi segreti, come […] un […] e Spirituale, col Padre Rettore, il quale deve assistere negli uffizi di pietà, assegnandosi al medesimo la somma di docati trenta.

III. Gli Uffiziali debbono essere un Priore, un Primo Assistente ed un Secondo Assistente, un Tesoriere ed un Segretario, i quali devono irremisibilmente eliggersi in ogni anno, senza dar luogo a confirma, purche questa o di tutti cinque, o di uno di essi, non seguisse nemine discrepante, da que' Fratelli, che sull'atto dell'elezione legittimamente intervengono. E siccome nelle Regole Generali non vi sono prescritti altri Uffiziali che li succennati cinque, così pel maggiore buono ordine si istituiscono due Maestri di Novizii; due Maestri di Cerimonie; un Sacristano Maggiore, un Puntatore, e quattro Fratelli Servienti. Ben inteso però che i Maestri de' Novizii possano fare anche da Maestri di Cerimonie; che detti Maestri di Cerimonie, di Novizii, Sacristano Maggiore e Puntatore, non abbiano luogo distinto nel Coro, come lo hanno li sopradetti cinque Uffiziali, e che detta loro carica non li viene di ostacolo ad ascendere nell'anno

appresso al grado di Uffiziale. E detti quattro fratelli servienti, che avranno gli oblighi che in appresso si additeranno, dovranno essere del ceto della Maestranza, e nelle funzioni vestiranno del solo sacco e cappuccio, e non già Mozzetta.

IV. L'insegna, di cui devono vestire li fratelli, è sacco e cappuccio di tela di lino bianco, mozzetta di ormosino Blù, foderata della stessa seta a colore torchio chiara, coll'Emplema del Santo Titolare alla sinistra del petto, ricamato in argento, e con cappello di pelle bianco; nella prevenzione che nelle processioni di penitenza vestirà del solo sacco, cappuccio e Cappello, senza Mozzetta portandosi solamente dal Priore, la solita insegna della medaglia del Santo Protettore.

V. Tutti li succennati privilegi e suffragi, che coll'aiuto del Signore si godano e se ne otterranno dalla Santa Sede, si intendono per tutti i Fratelli, Sorelle e Fratelli Servienti della nostra Arciconfraternita.

Capitolo II - De' doveri e facoltà del Padre Rettore ed Uffiziali

I. Del Padre Rettore. Deve questo intervenire e predicare in tutti i giorni di Congregazione; amministrare i SS. Sacramenti, dire a benefizio de' fratelli, ed applicare in suffragio de' fratelli defunti, la Messa di ogni Domenica, di ogni giorno sedici di mese, del giorno della translazione di S. Rocco, e nel giorno dell'obbito di qualche fratello o Sorella, o fratello serviente defunto; giacché in tutti gli altri giorni di Congregazione dirà la Messa per solo commodo de' fratelli, ma l'applicazione per se stesso. Dovrà framezzarsi in tutto ciò che riguarda lo spirituale, e non già nel governo temporale dell'Arciconfraternita.

II. Del Priore. Il Priore, come capo de' Fratelli, deve avere la presidenza in tutte le funzioni, nelle quali si riunisce l'Arciconfraternita. Ha il Diritto di proporre gli affari à fratelli, per risolversi dalla maggioranza de' voti di essi. Deve, con i due assistenti, firmare i mandati che si fanno al tesoriere, per le spese

dell'Arciconfraternita. Deve finalmente framezzarsi trà fratelli che avessero controversie fra loro, avendo l'autorità di penitenziare, ciascheduno fratello manchevole, con Salmi, Litanie ed altro simile.

III. Degli Assistenti. Hanno questi il dritto di firmare, col Priore, i mandati di pagamento che si fanno al tesoriere. Devono invigilare con massimo zelo agli interessi e dritti dell'Arciconfraternita; e mancando il Priore deve uno di essi, graduatamente funzionare, ed esiggere il rispetto, come proprio Superiore.

IV. Del Tesoriere. Deve costui esiggere tutte le rendite dell'Arciconfraternita, tenerle in Cassa e registrarle, per poi unito col Priore ed Assistenti, darne conto in fin dell'anno, in mano di due razionali, in pubblica Congregazione eliggendo con voti secreti, e coll'intervento del Deputato Ecclesiastico, a tenore del prescritto nel Concordato, non potendo fare spesa veruna, senza mandato sottoscritto dal Priore ed Assistenti.

V. Del Segretario. Deve il Segretario tenere un libro in cui stanno scritte le Conclusioni, firmate da fratelli; deve tenere un altro in cui siano reggistrati tutti i Fratelli, colla loro rispettiva anzianità ed epoca della loro ricezione; ed un altro libro in cui vengono notate tutte le oblazioni divote che si fanno all'Arciconfraternita; dovendo rilasciare, in mano del Priore, ricevo non solo de' suddetti tre libri, ma di quello ancora in cui vi è il Regio Assenso, Regole ed Istruzioni; esprimendo in detto a quel giorno in cui sono stati allo stesso consegnati. Ed è finalmente nell'obligo di passare a notizia di Fratelli li giorni di Congregazione straordinarie, Processioni o Funerali, che dal Priore saranno passati a di lui notizia in iscritto.

VI. De' Maestri de' Novizii. Devono questi istruire gli Alunni ne' doveri verso Dio e della Congregazione, e devono prendere conto se detti Novizii frequentano i Sacramenti e la Congregazione, affinché dopo del Noviziato non possono essere ammessi alla Professione;

anzi vedendosi da' Fratelli, e da' detti Maestri, l'ostinazione di ciascun Novizio, nel non ravvedersi, debbano passarne notizia al Superiore, per punirsi e cassarsi.

VII. Del Sacristano Maggiore. Deve costui tenere le Chiavi della Chiesa, delle suppellettili Sacre, d'Argento, di Cera ed altro, con tenere fuora, e propriamente in mano del Priore, ricevo di tutto ciò che di suppellettili, Argento, Cera e tutt'altro che gli sarà consegnato; affinché terminato il suo impegno, ne dia esattamente conto, e ne faccia la consegna al successore. Deve invigilare sul buon ordine e pulizia della Chiesa e Coro; con sopraintendere à quattro fratelli Servienti. E finalmente deve essere il pimo di ogni altro fratello, a presentarsi in Chiesa, ne' giorni stabiliti; affinché disponga tutto l'occorrente, onde niente manchi pria di principiare le funzioni.

VIII. Del Puntatore. Il Puntatore deve tenere un registro in cui deve segnare tutte le mancanze de' Fratelli, che senza legittima causa e permesso, non intervengono alle funzioni della Congregazione e nelle Processioni stabilite; affinché possano purgare tali mancanze, a norma delle Regole, antecedentemente stabilite. Che però è nel dovere che dopo la terza mancanza, ne dia parte à Superiori, affinché si esegua quanto antecedentemente si è stabilito.

Capitolo III - Maniera di Stare in Chiesa e nel Coro

I. Nel Coro vi sarà uno stallo più distinto ed eminente, dove sederanno il Rettore in mezzo ed il Priore, due Assistenti, Tesoriere e Segretario gradatamente.

II. Nelle due Ali del Coro sederanno tutti gli altri Fratelli gradatamente, da dritta a sinistra; cioè il primo a dritta, e il secondo a sinistra, il terzo a dritta, e così di mano in mano affinché e secondo Fratello restino tutti e due Capi Coro.

III. Detta gradatazione comincerà coll'epoca dell'anzianità di ricezione, ma siccome gli attuali Fratelli hanno stabilito, che senza

aversi riguardo a quelli che anni fa, furono fatti fratelli siccome loro stessi hanno rinunciato e stabilito che si intendano creati e ricetti tutti un giorno; così concordemente hanno fissato che restasse stabilito per precedenza del Coro e delle Processioni, quella istessa situazione che colle proprie firme de' presenti e con quelle di carattere del Segretario, per gli assenti, verranno apposte in fine di queste Regole ed Istruzioni; giacché i Fratelli che da oggi in avanti si riceveranno, avranno quelle anzianità che è epoca della loro ricezione li additava. Bene inteso che nelle Processioni debba andare immediatamente presso dello Stendardo o Gonfalone, quel Fratello che sarà l'ultimo qui firmato; così gradatamente; eccetto che il Priore pro tempore, il quale andrà in ultimo ed avrà la precedenza a tutti.

IV. Nelle Processioni, mancando il Priore, andrà nel suo luogo, e con la Medaglia o Bastone, quell'Uffiziale che si troverà di grado maggiore.

V. Entrando un Fratello che sarà in Chiesa, dopo aver fatto l'orazione alla Croce ed all'Altare Maggiore, e fatta profonda riverenza allo stallo de' Superiori, ed all'una ed all'altra Ala del Coro, andrà a situarsi nel luogo che gli spetta, dove o seduto ovvero all'impiedi, che stia, deve osservare la maggiore decenza, compostezza e silenzio.

VI. Entrando il Padre Rettore o Priore, nella Chiesa, si suonerà il Campanello, affinché tutti si alzino, e stiano in piedi, fino a che detto Superiore vada a situarsi nel suo luogo.

VII. Se un Fratello entrasse in Chiesa, dopo principiato l'Uffizio, dovrà inginocchiarsi ed aspettare che il Superiore suoni il Campanello, onde possa andarsene al suo posto.

VIII. Proponendosi cosa dal Superiore, o da chi funziona in quel giorno, non è lecito a chiunque parlare, fino a che il Superiore non esprima tutti i suoi sentimenti; ed […] colla debita umiltà e rispetto,

si risponda da ciascheduno Fratello, senza confusione, dando luogo à più vecchi ed anziani, senza muoversi dal proprio luogo.

IX. Stabilito un punto, si intendo dal Segretario, nel libro delle Conclusioni; ed indi chiamati dallo stesso i Fratelli vadano ad uno ad uno a firmare la Conclusione, senza far folla alla Banca.

Capitolo IV - Modo di Ufficiare

I. Pria dell'Uffizio, dal Maestro din Cerimonie, previo permesso del Superiore, si scelgano due Novizii, o Fratelli più giovani, per Antifonarii, e questi canteranno l'Invitatorio, Antifone e Versetti dell'Uffizio.

II. Dal Superiore si suonerà il Campanello, affinché ciascheduno si alzi, o si reciti l'orazione, Aperi Domine, dal Superiore ed essendosi da tutti risposto, Amen, si darà principio all'Uffizio.

III. Dal Superiore si intuonerà sempre: Domine labia mea etc, ovvero Deus in uditorium. La prima Antifona del Matutino o Laudi. Tutti i capitoli o primi versetti degli Inni, la Benedizione delle Lezioni = Il Te Deum = Il Benedictus e tutte le Orazioni.

IV. Terminato l'Uffizio, col suono del Campanello, ognuno si inginocchierà, e dettasi dal Priore l'orazione, Sacrosancta; si reciterà ancora il Salmo, De profundis; cioè un versetto dal Superiore, e l'altro dall'intero Coro; e terminato detto Salmo, colle sue Orazioni, al suono del Campanello, tutti si alzeranno e principierà la S. Messa; dopo della quale dallo stesso Celebrante, ed a piedi dell'Altare, si canterà l'Inno: Ave Roche Sanctissimo.

V. Terminata la funzione, si uscirà dalla Chiesa, con eguale rispetto, silenzio e buon ordine; tenendosi per sistema che nella Chiesa e Congregazione debba avere il primato la virtù dell'umiltà.

VI. In tutte le funzioni, tanto solenne che private, è nell'arbitrio del Superiore, col segno del Campanello, principiare, spezzare e terminare le funzioni.

Capitolo V - Suffragi e Privilegi che godono i Fratelli e Sorelle

I. Ogni Fratello, nella sua morte, oltre della necessaria pomba di Associazione, Uffizio e Messa solenne, che si celebrerà dal Padre Rettore, avrà trenta altre Messe, a raggione di Carlini due, per ciascheduna, a conto della Arciconfraternita.

II. Nel giorno dell'obbito, avrà consumato intorno al suo cadavere sei torce di cera, ed altrettante nel giorno del terzo.

III. In caso di necessità positiva, deve essere soccorso, per l'alimento, dall'Arciconfraternita istessa.

IV. Sempre che si reciterà l'Uffizio della Beata Vergine o de' Morti, si guadagneranno.

V. Ogni individuo che voglia essere ricevuto in detta Arciconfraternita come Fratello, se ha passate l'età di anni 25, deve presentare supplica al Priore, diretta unimamente agli altri Fratelli, quindeci giorni prima della ricezione, e resta all'arbitrio dello stesso Priore e Fratelli, previa Conclusione, di farli fare prima il Noviziato /meno però di sei mesi/ o dispensarlo prima però della ricezione; ed indi nel giorno stabilito, precedente bussola secreta, e maggioranza di voti, e restare incluso. Se poi detto individuo non sia giunto alla età di diciotto anni, in tal caso, in vista della sua supplica che il Priore proporre come sopra, à fratelli, dovrà irremisibilmente essere ammesso al Noviziato, non meno di sei mesi e nemmeno di più; qual tempo elasso, precedente Fede del Maestro de' Novizii, circa la frequenza de' SS. Sacramenti, ed assistenza alla Congregazione, non meno che dal buon costume, previa ancora Conclusione, bussola secreta e maggioranza di voti, resterà incluso e ricevuto Fratello, con solenne funzione e rubrica, che in appresso sarà dinotata.

VI. Prima che il Fratello riceverà il possesso, dovrà farsi, a proprie spese l'abito, che di sopra al paragrafo IV, è stato predescritto; oppure dovrà fare il deposito presso il Cassiere, di docati quattordici,

affinché non facendolo fra lo spazio di un mese, possa farsegli dal succennato Cassiere, col detto deposito, dando al Fratello esatto conto della spesa. Deve ancora detto Fratello pagare in beneficio della Cassa, per l'entrata, carlini trenta, quante volte non ha oltrepassati gli anni venticinque. Da' venticinque anni sino à cinquanta anni deve pagare ducati sei; e passata tale età deve convenirsi per quella somma maggiore, che dalla maggior parte de' Fratelli viene stabilita. Di tale pagamento però, e della formazione dell'abito, vengono esentati li quattro fratelli servienti.

VII. Volendosi ricevere qualche Sorella, deve questa fare la Supplica al Priore, e dopo quindici giorni, che l'avrà proposta, precedente Conclusione, bussola e Maggioranza di voti, resterà inclusa e pagherà Carlini Venti, per la sola entrata, fino a che fusse dell'età di quaranta anni; giacchè, oltrepassata detta età, si converrà per quella maggiore somma che converrà e che sarà stabilita dalla maggior parte de' Fratelli.

VIII. Nessuno potrà essere eletto Priore o Tesoriere se non avrà compiti quattro anni di ricezione; non potrà essere assistente se non ne ha tre, e Segretario se non ha due anni di ricezione.

IX. Chiunque mancherà alla Congregazione, senza legittima scusa, ne' giorni stabiliti, pagherà per ogni mancanza, la pena di un carlino, a beneficio dell'Arciconfraternita; e se dopo la terza mancanza ed ammonizione non si ravvedesse, e mancasse per la quarta volta, in tal caso, previo conclusione, bussola e suffragi secreti, e maggioranza di voti, resterà cassato dal Ruolo dell'Arciconfraternita.

X. Chiunque mancherà alle esequie o Funerali di ciascuno Fratello, Sorella, o Fratello Serviente, ed a processioni stabilite, pagherà la pena di Carlini tre, per ciascuna mancanza, a beneficio dell'Arciconfraternita.

XI. Se vi fusse lite tra Fratelli, non si deve ricorrere al Giudice se prima non s'interponga la mediazione del Padre Rettore e del Priore.

XII. Tutti i pubblici viziosi e scandalosi possono escludersi con Conclusioni e maggioranza di voti, dopo di essere stati più volte ammoniti.

XIII. Ogni Sorella o Fratello professi, dovrà confessarsi una volta al mese; ma il Novizio due volte al mese; ed in mancanza dovrà essere fraternamente ammonito dal Rettore, dal Priore o Maestro de Novizii, i quali potranno anche penitenziare a detti Fratelli manchevoli, con Litanie, Salmi, o altro simile, in Chiesa. Ben inteso però che detta ammonizione e penitenza deve esser lontana da ogni scandalo; Laonde nel vedersi penitenziare un fratello non se ne sappia la causa delli Astanti; e dopo terminata tale penitenza vadasi ad inginocchiare innanzi al Superiore, il quale con l'abbracciarlo fraternamente li dimostri la sua sodisfazione ed il concesso perdono.

XIV. Ogni Sorella o Fratello deve pagare un carlino al mese, durante la sua vita, dal giorno della ricezione, in beneficio dell'Arciconfraternita, restando esenti da tale pagamento li solo quattro fratelli servienti; e mancandosi per mesi tredici a tale pagamento, resta cassato dall'Arciconfraternita.

XV. La Congregazione non puote fare acquisti, essendo compresa nella Legge di Ammortizzazione.

XVI. Tutte le esequie debbono farsi senza ledere menomamente i dritti del Parroco.

XVII. Le processioni ed Esposizioni debbono farsi precedente la debita licenza.

XVIII. Tutti i Fratelli che sono Ecclesiastici non possono godere voce attiva ne passiva; et neque recta, neque indirecta possono inserirsi negli affari della Congregazione.

XIX. Nella reddizione de' conti del Tesoriere, deve osservarsi il

prescritto del Capo V = § 1 et sequentibus del Concordato.

XX. Que' che devono essere eletti per Amministratori e Razionali, a norma del Reale stabilimento fatto nel 1742, non devono essere debbitori dell'Arciconfraternita; che esser citata l'Amministrazione di essa ne abbiano dato conto, e ricevuto le debite liberatoriali lettere, e che non siano consaguinei, ne affini degli Amministratori precedenti, sino al terzo grado inclusivo de iure civili.

XXI. In tutte le feste di doppio precetto, devono i Fratelli unirsi in Congregazione, recitando alternativamente, in una di esse, un Nunno et Laudes della Beata Vergine; e nell'altra tre Notturni et Laudes de' morti. In ogni giorno 16 di ogni mese devono anche recitare solennemente l'Uffizio della Beata Vergine. Nel giorno 2 Novembre l'intiero Uffizio de' Morti, e nel primo Lunedì dopo la Terza Domenica di Maggio, l'Uffizio solenne della Beata Vergine, previo il Novenario coll'esposizione del Santissimo per la translatazione del nostro Glorioso S. Rocco.

XXII. In ogni prima Domenica di mese debbasi leggere queste presenti istruzioni e Regole, in Congregazione, affinché ogni Fratello sappia il suo dovere.

XXIII. Il Giovedì della Settimana Santa, dopo che i Fratelli si saranno confessati, andranno processionalmente alla Chiesa Parrocchiale, a farsi il Santo Precetto, vestiti di solo Sacco e Cappuccio; e la mattina seguente, ossia il Venerdì, andranno anche processionalmente, vestiti dell'istessa maniera, visitando i Santi Sepolcri.

XXIV. Nel succennato giorno della Translatazione di S. Rocco, nel dì 2 Novembre, nel giorno dell'obito o del terzo di ciascun Fratello, o Sorella defunta, e nella solenne ricezione di qualche nuovo Fratello si deve assistere all'Uffizio e Messa, vestiti di Sacco, Cappuccio e Mozzetta, come pure in ogni giorno sedici di mese, si fa la solita solennità, ciascun Fratello che mancherà, senza leggittima causa,

sarà punito non solo col punto, ma con penitenza arbitraria del Padre Rettore.

XXV. Nel caso di morte di uno di essi Fratelli, Sorelle e fratelli serventi, precedente avviso del Segretario, devono tutti intervenire alle esequie, ed assistere, come pure nel terzo, che si farà in Congregazione, con l'Ufficio e Messa Solenne de' Morti.

XXVI. Morendo qualche Novizio, nel tratto del suo Noviziato, avrà soltanto l'accompagnamento, Uffizio e Messa Cantata.

XXVII. Quando un Fratello deve mancare dalla Congregazione, dovrà passarne notizia al puntatore, affinché non vi accada qualche equivoco.

XXVIII. Ogni Sorella, nell'obito di ciascun Fratello o Sorella, deve recitare cinque Poste di Rosario, per l'Anima del defunto e defunta, come pure in tutti i giorni che da' Fratelli si fa solennità o si recita Uffizio, deve recitare benanche detto terzo di Rosario, per essere partecipi delle indulgenze, a tutt'altro che godono i Fratelli.

XXIX. Il Novizio deve osservare la massima subordinazione e venerazione non solo de' Superiori, ma anche a ciascun Fratello della Congregazione; deve assistere al vestire e spogliare del Sacerdote per la S. Messa, e la deve servire; ben inteso che, essendo molti, dovranno fare tal servizio per turno, a due a due; e devono i Novizi prestarsi ancora a tutto ciò che è servizio di Chiesa, eccetto in quello che è de' servienti.

XXX. I fratelli serventi devono avere la cura di spazzare la Chiesa ed il Coro, suonare le Campane ed assistere all'altare, e portare sulle spalle i fratelli e le Sorelle defunti. Devono anche essi intervenire a tutte le solennità, Uffizii e Processioni, e quelli che non sapranno leggere, reciteranno cinque poste di Rosario, sempre che i Fratelli reciteranno l'Uffizio. Devono detti quattro fratelli Serventi, prestare a tutti i fratelli il massimo rispetto, suggezione ed ubbidienza; e

mancando a ciascheduno loro dovere, saranno puniti dal Superiore con sole penitenze, quante volte la penitenza non meritasse la Cassazione.

Capitolo VI - Modo da ricevere e dare il possesso in Congrega

Si parerà solennemente l'Altare della Chiesa. A pie' di esso vi faranno due Cuscini sul Tappeto; ed al lato sinistro dell'Altare, una credenza, in dove vi sarà il libro delle presenti Regole; il Secchio e l'aspersorio dell'acqua Santa; il Sacco, Cappuccio e Mozzetta del Fratello, e finalmente tre sedie in un posto distinto, una cioè con cuscini e l'altre due laterali, più semplici. Tutti i Fratelli si troveraino nel rispettivo loro stallo, vestiti dell'abito della Congregazione, ed all'impiedi. Preparato tutto ciò, aprirà la porta Grande della Chiesa, e da' Maestri di Cerimonie, sarà ricevuto il Fratello, innanzi a detta porta, dandosi da' medesimi l'Acqua Santa. Lo condurranno a' piedi dell'Altare, che sarà illuminato, cantandosi da tutti il Salmo Miserere; e fattosi prostare di faccia a terra, starà così situato sopra que' due Cuscini, sino a tanto che si terminerà detto Salmo e versetti che sieguono, cantato dal Rettore, o altro Sacerdote destinato, e riposto da' Fratelli...etc.

DOCUMENTO N. 2

Tolve, 26 maggio 1894

Verbale di una riunione in cui è riportato il comportamento tenuto dalla Confraternita alla morte di un confrate.

Fonti: Archivio Parrocchiale di Tolve, manoscritto Libro delle generali Conclusioni d'uso dell'Illustre Arciconfraternita sotto il Titolo del Glorioso S. Rocco della Città di Tolve, s. f.

Oggi che sono li 26 del mese di Maggio dell'anno 1894, in Tolve e nella Chiesa della Nostra Arciconfraternita.

Riunitasi la nostra Arciconfraternita al suono della Campana ed avuta conoscenza della morte avvenuta del nostro fratello Sig. Domenico Cirone, ci siamo colà recati in processione, tutti i fratelli e sorelle, e rilevatane la salma del Fratello estinto lo abbiamo con tutta la pompa trasportato nella nostra Chiesa, dove gli abbiamo celebrate solenni esequie, e dopo tutti uniti lo abbiamo accompagnato all'ultima dimora, nella Chiesa del Cimitero, dove gli abbiamo cantato Libera me Domine, giusto come prescrivono le Regole della nostra Reverenda Arciconfraternita e gli abbiamo data sepoltura.

Tolve lì, Maggio 1894

+ Requiem aeternam, dona ei Domine.

BIBLIOGRAFIA ROCCHIANA

«ANONIMO LATINO», De sancto Rocho confessore, detto Acta Breviora, in «Hystorie plurimorum sanctorum», Colonia 1483, Lovanio 1485.

«ANONIMO TEDESCO», Historie von sant Rochus, Vienna 1482 (due edizioni); Das leben des heiligen sant Rochus, Norimberga 1484.

«AUTORE ANONIMO», Compendium vitae sancti Rochi, aggiunta al testo originario di Pietro Natali, «Catalogus Sanctorum», Vicenza 1493.

ALLIEZ Bernard, Saint Roch. Secours des malades, premier médicin sans frontière!, Marsiglia 2001.

ANDENNA Giancarlo, A proposito del cardinal "de Angleria", in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ASCAGNI Paolo e BOLLE Pierre, Rocco di Montpellier. Voghera ed il suo santo, Voghera 2001.

ASCAGNI Paolo e MONTESANO Nicola, San Rocco di Montpellier. Studi e Ricerche, Tolve 2015.

ASCAGNI Paolo e RIZZI Francesca, San Rocco a Cremona. Storia di un secolare legame tra luoghi, arte e tradizioni popolari, Cremona 2009.

ASCAGNI Paolo, As antigas hagiografias de Sao Roque de Montpellier, in Cidade Solidaria, rivista della Irmandade da Misericordia e de Sao Roque de Lisboa, n. 33, Lisbona 2015.

ID., Domenico da Vicenza, Bartolomeo dal Bovo e Paolo Fiorentino: tre 'nuovi' agiografi del Quattrocento per gli studi rocchiani, in Annali del Centro Studi Rocchiano, a cura dell'Associazione Italiana San Rocco di Montpellier, n. 1, Cremona, annata 2012.

ID., Le più antiche fonti scritte su san Rocco di Montpellier. Un excursus comparativo e sistematico delle agiografie rocchiane, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

ID., Ricerche, ipotesi e studi sul nome e sulla famiglia di san Rocco, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura della Associazione San Rocco Italia, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

ID., San Rocco contro la malattia. Storia di un taumaturgo, Cinisello Balsamo 1997.

ID., San Rocco Pellegrino, prefazione di mons. Angelo Scola, edizioni Marcianum, Venezia 2007.

BAUMEL Jean, Histoire d'une Seigneurie du midi de la France: Montpellier 985-1505, Montpellier 1969.

BELLETTIERI Gerardo e LATRONICO Salvatore, La vita di san Rocco ovvero una pagina nella storia della medicina, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

BENEVIDES Nete, A louvacao das prostitutas de Riachao do Jacuipe ao glorioso Sao Roque, a cura del Fondo per la Cultura di Bahia,

2006.

BENOIST Jean, Histoire des albigeois et des vaudois ou barbets, avec une carte géographique des vallées, Parigi 1691.

ID., Suite de l'Histoire des Albigeois con la Généalogie de la race de Saint Roch qui est celle de la Maison de Castries, Tolosa 1693.

BERNINI Fabrizio, La chiesa di San Rocco in Voghera, Voghera 1988.

BERSANI Elisa e PIONETTI Nicola, San Rocco e Sarmato: genesi, costruzione e radicamento di una tradizione locale, in «Vita Sancti Rochi», rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, n. 1 (2006).

BERTOLDI Graziano, 1967, un anno in S. Rocco, in S. Rocco, un santo pellegrino e taumaturgo. Inaugurazione e benedizione della nuova Cappella di S. Rocco, Cremona 2002.

BESSODES Maurice, Saint Roch. Historie et légendes, Montpellier 1929, nuova edizione 1933; edizione italiana, San Rocco. Storia e leggende, Torino 1931.

BIRABEN Jean Noel, Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens, Parigi-La Haye 1975-1976.

BOLLA Elena Cristina, «Adi sedexe dimarti». Nuovi elementi di datazione per la morte di san Rocco, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

BOLLE Pierre, La versione «arlesiana» delle reliquie di san Rocco. Una maldestra giustificazione, in Vita Sancti Rochi, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

ID., Où en est aujourd'hui la recherche sur saint Roch?, in Etudes

Héraultaises, n. 39, Montpellier 2009.

ID., Saint Roch de Montpellier, doublet hagiographique de saint Raco d'Autun. Un apport décisif de l'examen approfondi des incunables et imprimés anciens, in Hagiologia, « Scribere sanctorum gesta », raccolta di studi di agiografia medievale offerta a Guy Philippart, a cura di Etienne Renard, Michel Trigalet, Xavier Hermand e Paul Bertrand, Turnhout 2005.

ID., Saint Roch, une question de méthodologie, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ID., Saint Roch. Genèse et première expansion d'un culte au XVème siècle, tesi di dottorato alla Facoltà di Lettere e Filosofia dell'Università Libera di Bruxelles, 2001.

ID., San Rocco di Montpellier. Dai racconti agiografici alle origini leggendarie, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

BONNET Emile, Esquisse d'une iconographie de saint Roch, in Mémoires de la Société Archéologique de Montpellier, Montpellier 1920, seconda serie, volume VIII, fascicolo 1.

BOSIO Giancarlo, Tensioni religiose ed impulsi riformistici dall'inizio del secolo XV al Concilio di Trento, in «Storia religiosa della Lombardia», a cura di A. Caprioli, A. Rimoldi e L. Vaccaro, volume dedicato alla Diocesi di Cremona, Brescia 1998.

BOVO (dal) Bartolomeo, Vita sancti Rochi confessoris, 1487

(manoscritto).

BREVIARIUM BITTERENSE, fogli 318v° e seguenti, voce S. Rochus, mattutini, lezione VIII, 1534.

BRU Jean-Louis, Roch de Montpellier. Pèlerin de l'amour, Parigi 2006.

ID., Saint Roch de Montpellier. Jeune laic, pèlerin-médicin, Parigi 1997.

CARDINI Franco, Il pellegrinaggio a Roma ai tempi di San Rocco, in San Rocco nell'arte. Un pellegrino sulla Via Francigena, Milano 2000.

CAVALCABO' Agostino, Chiesa e convento di San Rocco in Cremona, estratto da «L'Italia», edizione cremonese, 3-5-6 luglio 1949.

ID., Le vicende dei nomi delle contrade di Cremona, Cremona 1933.

CERONI Gelindo, San Rocco nella vita, nel culto e nell'arte, Roma 1927.

CHARLES D'AIGREFEUILLE, Histoire de la ville de Montpellier, depuis son origine jusqu'à notre temps, Montpellier 1737-1739.

CHARMASSE (de) Anatole, La cathédrale d'Autun en 1705 d'après un manuscrit inédit de la bibliothèque de Rouen, in Mémoires de la Société Eduenne, 34, 1906.

ID., Le prieuré de Saint-Racho-lez-Autun de l'Ordre de Cluny, in Mémoires de la Société Eduenne, n. 10, 1881.

CHAVANNE Abbé J.C.F., Saint Roch, histoire complète en trois parties, Lione 1875.

CHIARI MORETTO WIEL Maria Agnese, Le storie di san Rocco di Jacopo Tintoretto nella chiesa del santo a Venezia, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione

San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

CHOLVY Gérard, Un saint populaire? La lente renaissance du culte de saint Roch dans le diocèse de Montpellier durant la première moitié du XIXe siècle, atti del 43° congresso della Fédération historique du Languedoc méditerranéen et du Roussillon, Béziers 30-31 maggio 1970, Montpellier 1971.

CIAPETTI Francesco, La sacra magnificenza descritta per la famosa e venerabile Scuola del gloriosissimo principe san Rocco, con la vita e traslazione del medemo santo, Venezia 1674.

CIRANI Enrico, L'oratorio di San Rocco in Casalmaggiore e lo stampatore Antonio Canacci, in «Bollettino Storico Cremonese», nuova serie VI (1999), a cura della Società Storica Cremonese, Cremona 2000.

COFFINIERES Paul, Saint Roch. Etude historique de Montpellier au XIV siècle, précédée d'une introduction et suivie de pièces justificatives inédites concernant saint Roch, Montpellier 1855.

COMBES Jean, L'économie montpelliéraine au milieu du 14e siècle, in Histoire de Montpellier, a cura di Gérard Cholvy, Montpellier 2001.

CONCHA José Alberto, La reliquia de San Roque de Llanes, sito Internet ufficiale del «Bando de San Roque» (www.san-roque.com), sezione Articulos, Llanes 2006.

CONTE-PRIVAT Anne-Marie, Découvrir aujourd'hui Roch de Montpellier. Saint, pèlerin de l'absolu, Montpellier 2005.

D'ORANGE Alain e SIGAUT Marie-Hélène, Saint Roch, pèlerin de Dieu, secours des malades, albo a fumetti, Parigi 1983.

DAINVILLE Maurice e GOURON Marcel, Archives de la ville de Montpellier, volume XII, serie EE, Fondi della «Commune Clôture et

affaires militaires», Montpellier 1974.

DANROC Gilles, Saint Roch, hier pour aujourd'hui! Suivi des portraits croisés de Saint Dominique et Saint Roch, histoire de la communauté dominicaine de Montpellier, prefazione di mons. Claude Azéma e di Anne-Marie Conte Privat, postfazione di Daniel Le Blevec, a cura del Convento Domenicano di Montepellier, 2008.

DE CRECCHIO Michele, Presentazione a Bodri di S. Rocco. Un'esigenza di recupero ambientale, rendiconto delle ricerche finanziate con la Legge Regionale 5/76, Assessorato Regionale all'Ecologia, studi di R. Groppali, G. Bassi, A. Ceraminiello, C. Paleologo, G. Parise, A. Riva e T. Ruaro, a cura del Comune di Cremona, Assessorato all'Urbanistica di Piano, Cremona 1982.

DE SANDRE GASPARINI Giuseppina, Nascita e primi sviluppi del culto di san Rocco nel Veronese, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

DESLANDRES Paul, L'ordre des Trinitaires pour le rachat des captifs, Toulouse-Parigi 1903.

DESPETIS Joseph, A propos de la falsification germanique de la légende latine de saint Roch, in Bulletin de la Archiconfrérie Saint-Roch, Montpellier 1920.

ID., Conférence sur saint Roch, patron de Montpellier, in Revue Historique du diocèse de Montpellier, anno V, n. 1, Montpellier 1913, nuova edizione con prefazione 1914.

DI VITTO Domenico e DI VITTO Stefano, San Rocco il pellegrino di Dio, albo a fumetti con appendice testuale, Scanno 2005.

DIEDO Francesco, Vita sancti Rochi, Milano 1479, Venezia 1483-84, Norimberga 1485, Magonza 1494-95, Parigi 1495.

DOMENICO DA VICENZA, Istoria di san Rocco, Milano 1478-1480 [?].

DORMEIER Heinrich, St. Rochus, die Pest und die Imhoffs in Nurberg von und warhend der Reformation. Ein spatgotischer Altar in seinem religios-liturgischen, wirschaftlich-rechtlichen und sozialen Umfeld, reperibile in «Anzeiger des Germanischen Nationalmuseum», 1985.

ID., Un santo nuovo contro la peste: cause del successo del culto di san Rocco e promotori della sua diffusione al Nord delle Alpi, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez e Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ID., Venedig als Zentrum des Rochuskultes, in Nurnberg und Italien. Begegnungen, Einflusse und Ideen, Volker Kapp/Frank-Rutger Hausmann, Stauffenburg verlag, 1991.

DOS SANTOS BRUNO Reginalva, Memoria historica e praticas culturais no municipio de Amelia Rodrigues: a festa no Milagre de Sao Roque, monografia presentata all'Università di Tecnologia e Scienze di Bahia, corso di specia-lizzazione in Storia della Cultura Afro-brasiliana, relatore prof.ssa Jamile Silveira, Bahia 2008.

DOSI Giulio, La più antica effigie di Rocco di Montpellier, in La libertà, Piacenza, 28 luglio 1949.

DU BROC DE SEGANGE Père, Les saints patrons des corporations et protecteurs spécialement invoqués dans les maladies et dans les circustances critiques de la vie, Parigi 1887.

EANJEAN Marie Odile J, Saint Roch et la peste, tesi di laurea per il

dottorato presso la Facoltà di Medicina di Montpellier, maggio 1988.

FALCIOLA Pietro, La chiesa di S. Rocco e le ossa del Santo. La peste a Venezia e il furto delle reliquie, in Il Popolo di Pavia, n. 141, 23 novembre 1941, reperibile in Notizie storiche di Voghera e del suo agro, volume I, raccolta di articoli conservata nella Biblioteca Civica di Voghera.

ID., Le sacre spoglie dei SS. Bovo e Rocco in una ricognizione storica, in Corriere di Voghera, marzo 1946, reperibile in Notizie storiche di Voghera e del suo agro, volume I, raccolta di articoli conservata nella Biblioteca Civica di Voghera.

FIORENTINO Paolo, Vita del glorioso confessore san Rocco, Brescia 1481-1482 [?].

FIORI Giorgio, Rocco, il santo pellegrino tra realtà e leggenda, in Strenna Piacentina, 2001.

FLICHE Augustin, Le problème de saint Roch, in Analecta Bollandiana, volume LXVIII, Bruxelles 1950.

ID., Saint Roch, in L'art et les saints, Parigi 1930.

FORNARI SCHIANCHI Lucia, Esplorazione territoriale per una mostra: qualche considerazione sulle testimonianze ritrovate nel piacentino, in San Rocco nell'arte. Un pellegrino sulla Via Francigena, Milano 2000.

FORZATTI GOLIA Giovanna, Il culto di san Rocco a Voghera e nel territorio pavese, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ID. Giovanna, La diffusione del culto di san Rocco in Diocesi di

Tortona. Una devozione sorta nella terra di Voghera, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

FOSSATI Giorgio, Vita del glorioso San Rocco, figlio di Giovanni principe di Agatopoli, ora detta Monpellieri, con la Storica Relazione della Traslazione del suo Sacro Corpo, Venezia 1751.

FURSTENBERG (von) Michael, La chiesa di san Rocco a Vienna, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

FUSARO Ermenegildo, San Rocco nella storia, nella tradizione, nel culto, nell'arte, nel folklore ed a Venezia, Venezia 1965, sesta edizione 1995.

GALLICCIOLLI Giambattista, Manoscritto sulla famiglia Dal Verme e sulle reliquie di san Rocco, pubblicato da Giambattista Soravia, Le chiese di Venezia descritte ed illustrate, volume III, La Chiesa e la Scuola Grande di S. Rocco, Venezia 1824; vedi anche Biblioteca Marciana di Venezia.

GARIEL Pierre, Idée de la ville de Montpellier, recherchée et presentée aux honestes gens, Montpellier 1665, parte IV, Des saints originaires de Montpellier.

GAVARDO Lelio, La vita di san Rocco, Venezia 1576.

GELMI Josef, Lexikon der Namen und Heiligen, Vienna 1988.

GENTILE Paolo, Diario di un Pellegrino: "Rocco di Montpellier". Romanzo storico-religioso, Genova 2005.

GODDING Robert, San Rocco di Montpellier, un doppione agiografico? Culto e leggenda di san Rocco di Autun, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes de Bruxelles, Bruxelles 2006.

GOI Paolo, Di Rocco (e del compagno Sebastiano): una lettura iconografica dal Friuli, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

GOLINELLI Paolo, Annotazioni conclusive, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ID., S. Rocco e i Borromeo di Angera, in Memorie storiche della diocesi di Brescia, volume XXI, in Monografie di storia Bresciana, volume XLIII, Brescia 1953.

ID., S. Rocco. Appunti critici attorno ad una devozione popolare, in La Scuola Cattolica, settembre 1921, nuova edizione in Miscellanea bresciana, volume I, Memorie storiche della diocesi di Brescia, volume XXI, in Monografie di storia Bresciana, volume XLIII, Brescia 1953.

ID., Un falso diploma cardinalizio per il culto di S. Rocco a Piacenza, in Bollettino Storico Piacentino, anno XVI, fascicolo 2°, 1921.

GUIRAUD Louise, Le banc dit de Saint Roch, in Revue historique du Diocèse de Montpellier, I, n. 9, 15 marzo 1910.

ID., Recherches topographiques sur Montpellier au Moyen Age, in Mémoire de la Societé Archéologique de Montpellier, seconda serie, volume I, Montpellier 1895.

HERAULT, ARCHIVI DIPARTIMENTALI, Attestation du Ministre des Trinitaires d'Arles, François Alois, relative à la transmission d'une relique de saint Roch au couvent des Trinitaires de Montpellier, 8 luglio 1617, e Attestation de l'archeveque d'Arles, Gaspard de Laurens, relative à l'authenticité des reliques de saint Roch conservées dans le couvent des Trinitaires d'Arles, et à la translation d'une parcelle de ces reliques à Montpellier, stessa data; pergamene dei Fondi degli antichi Trinitari di Montpellier.

Hérault, Archivi Dipartimentali, Statuts octroyés par Jean de Lavergne, Eveque de Lodève, à la confrérie Saint-Roch établie dans l'église Saint-Paul de la ville de Clermont, 1413, confermati da Jean Felix Henry, éveque de Lodève, le 20 janvier 1752.

INTINI Mariella, Le prime attestazioni del culto di san Rocco a Noci: una rilettura tra arte e liturgia, in «Vita Sancti Rochi», rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, n. 2 (2008).

ID., San Rocco 'medico'? A Noci una rara attestazione iconografica, in «Noci Gazzettino», settembre 2008.

IRENEE d'Orleans, Vie populaire et édifiante du glorieux Saint Roch, 1875.

JALAGUIER Marcel, Roch le mendiant du Christ, Montpellier 1971.

Jehan PHELIPOT, La vie et legende de Monseigneur Saint Roch, Parigi 1494 (due edizioni), Rouen 1496.

KESSEL PACE Oreste, San Rocco di Montpellier. Anno del Signore

1345, Reggio Calabria 2005.

LA FONTAINE Pietro, introduzione a Ave a te, Rocco, peregrin d'amore, supplemento al n. 8 de La Buona Novella, Voghera 12-21 agosto 1927.

LE BLEVEC Daniel, La città di Montpellier ai tempi della formazione di san Rocco, in San Rocco nell'arte. Un pellegrino sulla Via Francigena, Milano 2000.

LOMASTRO Francesca, Di una «Vita» manoscritta e della prima diffusione del culto di san Rocco a Vicenza, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ID., Santità e miracoli: S. Rocco e la peste a Vicenza (1485-1487), Vicenza 1994.

LONGERI Carla, L'Oratorio di San Rocco in Piacenza, in San Rocco a Piacenza, Piacenza 2000.

MANCINI Vincenzo, L'oratorio di San Rocco a Padova, in San Rocco a Piacenza, Piacenza 2000.

MANDARINI Enrico, Storia di S. Rocco da Mompellieri e delle più celebri pestilenze dal suo tempo fino ai nostri giorni, Napoli 1862.

MANFREDI Giuseppe, Storia di Voghera, Voghera 1908, nuova edizione 1987.

MANNI Mariano, Chiesa e corpo di S. Rocco in Voghera, in Ave a te, Rocco, peregrin d'amore, supplemento al n. 8 de La Buona Novella, Voghera 12-21 agosto 1927.

Marchionne di COPPO STEFANI, Cronache fiorentine, reperibile in

Rerum Italicarum Scriptores, XXX, 1723-1751, a cura di Ludovico Antonio Muratori.

MARSHALL Louise, Il culto di san Rocco in Toscana nel tardo Quattrocento: i quadri di Bartolomeo della Gatta in Arezzo, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura dell'Associazione San Rocco Italia, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

MAURINO Antonio, Chi fu verosimilmente il primo biografo di S. Rocco: il patrizio piacentino Gottardo Pallastrelli, in Bollettino Storico Piacentino, anno XXXIV, luglio-dicembre, fascicolo 1/2, 1939.

ID., Il cardinale Anglico Grimoard e San Rocco di Montpellier, in Osservatore Romano, 18 settembre 1953.

ID., Nuove ricerche biografiche su San Rocco di Montpellier, in Bollettino Storico Piacentino, anno LIV, ottobre-dicembre, fascicolo 4, 1959.

ID.o, San Rocco di Montpellier, Confronti Storici, Torino 1936 (raccolta di tre articoli precedenti).

MAZZI Maria Serena, La peste e l'assistenza agli appestati in Italia ai tempi di san Rocco, in San Rocco nell'arte. Un pellegrino sulla Via Francigena, Milano 2000.

MERULA Pellegrino, Santuario di Cremona, nel quale si contengono non solo le vite dè Santi di tutte le Chiese, e di quelli, i cui Corpi in alcune di esse si riposano, mà anche le Reliquie, e cose notabili di ciascuna di esse. Con l'origine de' Monasteri, Hospedali, e Luoghi Pij di detta Città, nuovamente dato in luce dal R. D. Pellegrino Merula, Protonotario Apostolico, e Rettore della Chiesa de' Santi Nicolò, e Michele Nuovo, Cremona 1627.

MONTESANO Nicola, Aspetti e problemi dell'associazionismo laicale nel Mezzogiorno d'Italia tra Medioevo ed Età Moderna. La Confraternita di San Rocco di Tolve, in «Vita Sancti Rochi», rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, n. 1 (2006).

ID., Itinerari, pellegrinaggio ed ospitalità nel Mezzogiorno d'Italia, in «Vita Sancti Rochi», rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, n. 2 (2008).

ID., San Rocco del popolo. Il culto del Santo nel territorio lucano, Venosa 2016

ID., Se non fosse per quel Santo. Tolve. La Storia, il Prete, il Patrono, Matera 2011.

MOTTA Lidia, Il culto di san Rocco in Diocesi di Bergamo, tesi per il Corso di Laurea in Filologia e Storia dal Medioevo all'Età Contemporanea, Università di Pavia, facoltà di Lettere e Filosofia, relatore prof.ssa Giovanna Forzatti Golia, contro-relatore prof. Annibale Zambarbieri, 2006. Si veda, a cura della stessa autrice, una breve presentazione intitolata Lineamenti per uno studio del culto rocchiano in Diocesi di Bergamo, in Vita Sancti Rochi, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

ID., Il culto di san Rocco in Diocesi di Brescia, tesi per il Corso di Laurea Specialistica Interfacoltà in Storia dell'Europa Moderna e Contemporanea, Università di Pavia, Facoltà di Lettere e Filosofia e di Scienze Politiche, relatore prof. Annibale Zambarbieri, contro-relatore prof.ssa Giovanna Forzatti Golia, 2008.

MUSAJO SOMMA Ivo, Il culto di san Rocco a Piacenza, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di

Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

NIERO Antonio, San Rocco. Storia Leggenda Culto, Vicenza 1991.

Odo de CISSEY, Histoire de la vie admirable de Saint Roch… le tout colligé de plusieurs auteurs, Tolosa 1632.

PALAZZINI Vito, Storia e leggenda di San Rocco, Bari 1945.

PAPEBROECH Daniel, in Acta Sanctorum, Anversa 1668, n. 7, capitolo VIII, 79, De martirologio brixiano tractatus.

PASCHINI Pio, Notarella su san Rocco, in Rivista di Storia della Chiesa in Italia, IV, 1950.

Pierre GARIEL, Series praesulum Magalonensium et Monspeliensium, Tolosa 1652.

PINS (de) Jean, Vita sancti Rochi, Venezia 1516.

PITANGUE François, Nouvelle contribution à l'étude de la vie authentique de l'histoire et des legendes de Mgr. saint Roch, Montpellier 1984.

RECLUZ Elizée, Histoire de saint Roch et de son culte, Avignone-Montpellier 1858.

RENOUARD Yves, Routes, étapes et vitesses de marche de France à Rome au XIII et XIV siècle d'après les intinéraires d'Eudes Rigaud (1254) et de Barthélemy Bonis (1350), in Etudes d'histoire médiévale, II, Parigi 1968.

RIGAUX Dominique, Le dossier iconographique de saint Roch: nouvelles images, nouvelle chronologie, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova

del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

RIGON Antonio, Origini e sviluppo del culto di san Rocco a Padova, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez ed Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

ROMESTAN Guy, Une collectivité organisée, in Histoire de Montpellier, a cura di Gérard Cholvy, Montpellier 2001.

ROUET Abbé, Panégyrique de Saint Roch, prononcé dans l'église Saint-Roch de Montpellier le 28 août 1876, Mont-pellier 1876.

ROUQUETTE Julien, A propos d'une conférence historique sur saint Roch Patron de Montpellier, in Revue Historique du diocèse de Montpellier, VI, 1914.

SALAMINA Luigi, S. Rocco e l'anno della sua morte, in Archivio storico per la città di Lodi, 1945.

San Rocco e il suo culto a Voghera, opuscolo a cura del Comitato Vogherese per il VI centenario di San Rocco, Voghera 1927.

SANGIOVANNI Pier Giorgio, Il parco periurbano di San Rocco, in «Cremona Produce», n. 2, Cremona, aprile-giugno 1990.

SAUMADE Abbé J.E., L'admirable pélerin et guèrisseur de Montpellier, saint Roch. Avec une lettre approbative de Monseigneur de Cabrières, Eveque de Montpellier, Montpellier 1876, seconda edizione 1884.

SCHMITZ-EICHHOFF Marie-Thérèse, St. Rochus. Ikonographische und medizinhistorische Studies, Colonia 1977.

SCOTTI Federico, Ad Divum Rochum Sarmaticum, in Federici Scoti Placentini, Vici Laelii comarchi, Sarmati beneficiarii, iurisconsulti Opera ad mansuetiores musas pertinentia. Quorum indicem pagella continet, Bologna 1580.

SEGONDY Jean, Montpellier ville royale, XIVe-XVIe siècles, Montpellier 1969.

ID., Saint Roch de Montpellier, in Monspeliensis Hippocrates, n. 23, Montpellier 1964.

SORAVIA Giambattista, Le chiese di Venezia descritte ed illustrate, volume III, La Chiesa e la Scuola Grande di S. Rocco, Venezia 1824.

SORRIBES Vincent, La devocio valenciana a sant Roc, in Analecta sacra Tarraconensia, tomo 28, Collectanea E. Serra Buixio, Barcellona 1956.

THOMSON Jim, Rocco, Rinascimento e «ferrovie». La storia di san Rocco in Scozia, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura della Associazione San Rocco Italia, n. 2, Sarmato-Voghera-Caorso 2008.

TOMASINI Daniele, Brevi note sul transito piacentino di san Rocco e sul culto a Caorso, in Vita Sancti Rochi, rivista del Comitato Internazionale Storico-Scientifico per gli Studi su San Rocco e la Storia Medievale, a cura della Associazione San Rocco Italia, n. 1, Sarmato-Voghera-Caorso 2006.

VASLEF Irène, The Earliest German Version of the St. Roch Legend, in Classica et Mediaevalia, studi in onore di Joseph Szoverffy, Washington 1986.

VASLEF Irène, The role of St. Roch as a plague saint: a late medieval

hagiographic tradition, dissertazione presentata alla facoltà della Scuola di Arti e Scienze della Catholic University of America, Washington 1984.

VAUCHEZ André, Introduction, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, Atti del Convegno di studi di Padova del 12-13 febbraio 2004, a cura di André Vauchez e Antonio Rigon, in Subsidia hagiographica n. 87, Societé des Bollandistes, Bruxelles 2006.

VAUCHEZ André, Rocco, in Storia dei santi e della santità cristiana, Milano 1991.

ID., Un modèle hagiographique et cultuel en Italie avant saint Roch: le pèlerin mort en chemin, in San Rocco. Genesi e prima espansione di un culto, come sopra, Bruxelles 2006.

VILLA Marco, San Rocco nel Piacentino, Piacenza 1996.

VINAS Jean François, Vie de saint Roch nouvellement présentée aux fidèles, Montpellier 1838.

L'ASSOCIAZIONE ITALIANA SAN ROCCO DI MONTPELLIER

L'«Associazione Italiana San Rocco di Montpellier» è stata costituita a Sarmato, in provincia di Piacenza, nell'ottobre del 2010; è apartitica, non ha scopo di lucro e si configura, giuridicamente, come una «associazione di promozione sociale» e culturale. Base fondamentale della sua attività è il volontariato. Può aderire all'Associazione chiunque sia interessato, a qualunque titolo, alle sue attività, senza discriminazioni di ordine sociale, politico, religioso, culturale, di sesso o di razza. Il suo scopo fondamentale è promuovere una corretta e adeguata conoscenza della figura di San Rocco, in tutti i suoi aspetti umani, religiosi, culturali e sociali. In tal senso, il suo principale strumento operativo è il «Centro Studi Rocchiano - Comitato Internazionale», sua diretta emanazione. L'Associazione collabora attivamente con la «Association Internationale Saint Roch» di Montpellier, punto di riferimento di primo livello per tutte le attività rocchiane in Italia e nel mondo.

IL CONSIGLIO DIRETTIVO

Claudio BRAGHIERI. Presidente. Nato nel 1952, residente a Sarmato, provincia di Piacenza. Impiegato tecnico. Rappresentante dell'«Association Internationale Saint Roch» di Montpellier.

Nicola MONTESANO. Vice Presidente. Nato nel 1971, residente a Tolve, provincia di Potenza. Medievista, docente presso l'Università degli Studi della Basilicata – sede di Matera. Direttore del Centro Studi e Documentazione sulla Storia e la Devozione.

Francesca RIZZI. Segretario. Nata nel 1970, residente a Cremona. Impiegata di banca e dirigente sindacale.

Paolo ASCAGNI. Direttore del «Centro Studi Rocchiano» Nato nel 1960, residente a Cremona. Impiegato di banca, dirigente sindacale e storico.

Volume finito di stampare a settembre 2016
presso CentroStampaDigitale, via Nazario Sauro 90 - Potenza

Nicola Montesano (Potenza, 1971). Docente a contratto presso il Dipartimento delle Culture Europee e del Mediterraneo dell'Università degli Studi della Basilicata. Nello stesso Ateneo lucano ha conseguito la Laurea in Lettere Moderne e il Dottorato di ricerca in Storia del Mezzogiorno e dell'Europa mediterranea dal Medioevo all'Età moderna. È direttore del Centro Studi e Documentazione sulla Storia e la Devozione. È autore di diverse pubblicazioni e saggi tra cui ricordiamo: San Rocco del Popolo. Il culto del Santo nel territorio lucano (2016); Grassano Melitense. Memoria e Territorio (2015); Se non fosse per quel Santo. Tolve. La Storia. Il Prete. Il Patrono (2011); Il Priorato di Barletta. Insediamenti giovanniti nel Mezzogiorno d'Italia (2009).

Paolo Ascagni (Voghera, 1960). Laureato in Economia e Commercio presso l'Università di Pavia, è iscritto all'Ordine dei Giornalisti di Milano, in qualità di pubblicista. È direttore del Centro Studi Rocchiano e componente dell'associazione «QU.EM. quintelemento» di Cremona, che si occupa di promozione sociale attraverso la creazione di video-teatro e cultura teatrale. È autore di diverse pubblicazioni e saggi tra cui ricordiamo: San Rocco di Montpellier. Vita e Opere (2010); San Rocco Pellegrino (2007); Rocco di Montpellier. Voghera e il suo Santo (2001); San Rocco contro la malattia. Storia di un taumaturgo (1997).

©2016 Edizione CSDSD
ISBN 9788894067828

€ 15